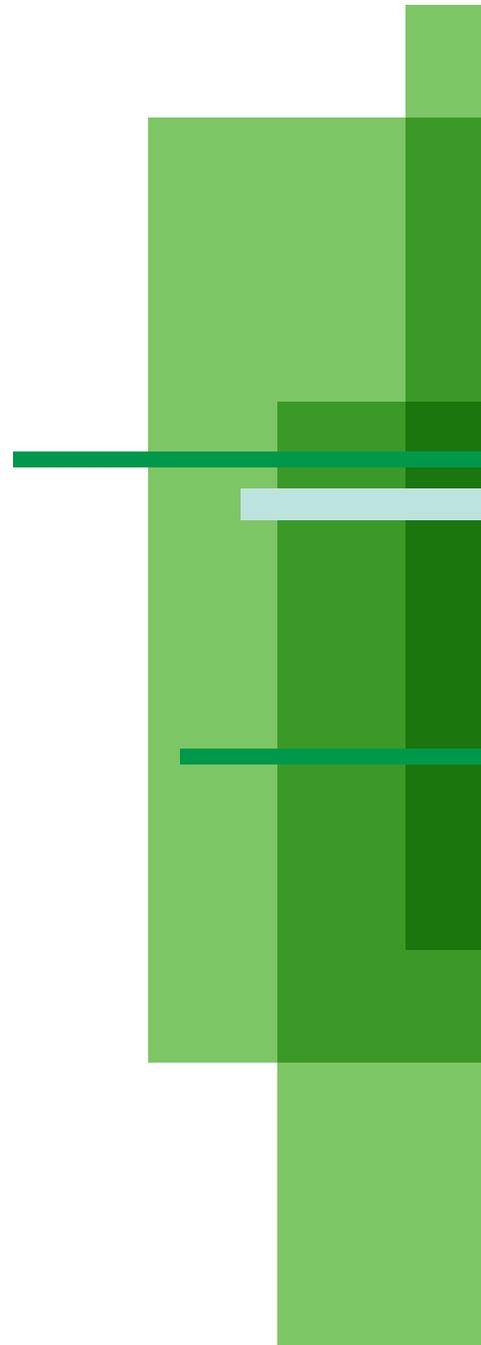




RELATÓRIO ANUAL

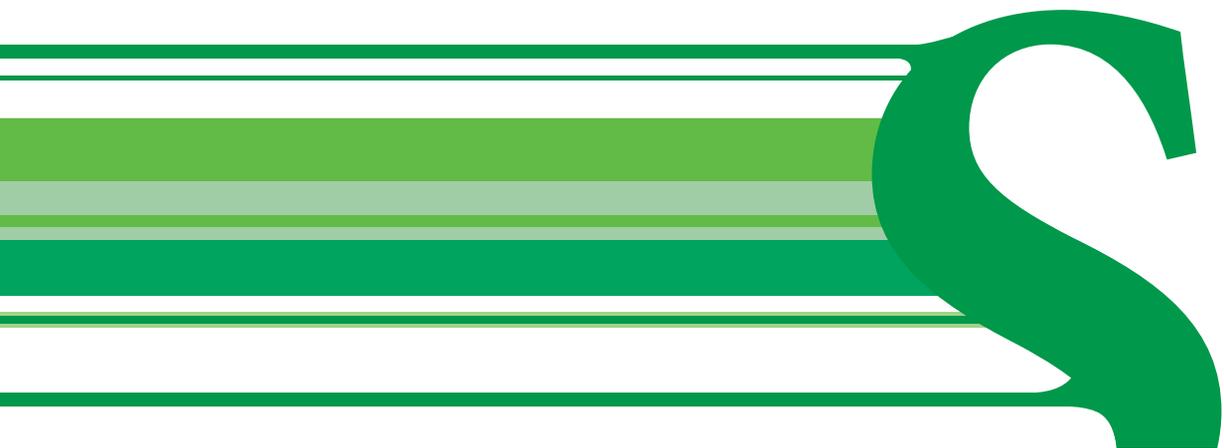


*O banco nacional
do desenvolvimento*

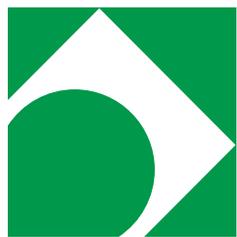


BNDES – O desenvolvimento do Brasil e dos brasileiros tem uma marca	04
Mensagem do Presidente	08
Mensagem do Ministro	12
Geração de Empregos	16
Transparência	20
Responsabilidade Social Ambiental	26
Responsabilidade Social Corporativa	32
Gestão Corporativa	38
Planejamento Estratégico	44
Política de Desenvolvimento Produtivo	48
Programa de Aceleração do Crescimento	54
Internacionalização	60
Micro, Pequenas e Médias Empresas	66
Apoio à Inovação	72
Área de Estruturação de Projetos	76
Meio Ambiente	82
Indústria Cultural	86
Área de Capital Empreendedor	92
BNDES em Números	96
Área de Infraestrutura	106
Área de Insumos Básicos	110
Área Industrial	114
Área de Comércio Exterior	118
Área de Inclusão Social	122
Área Financeira	126
Área de Operações Indiretas	132
Área de Mercado de Capitais	140
Crédito e Gestão de Risco	146

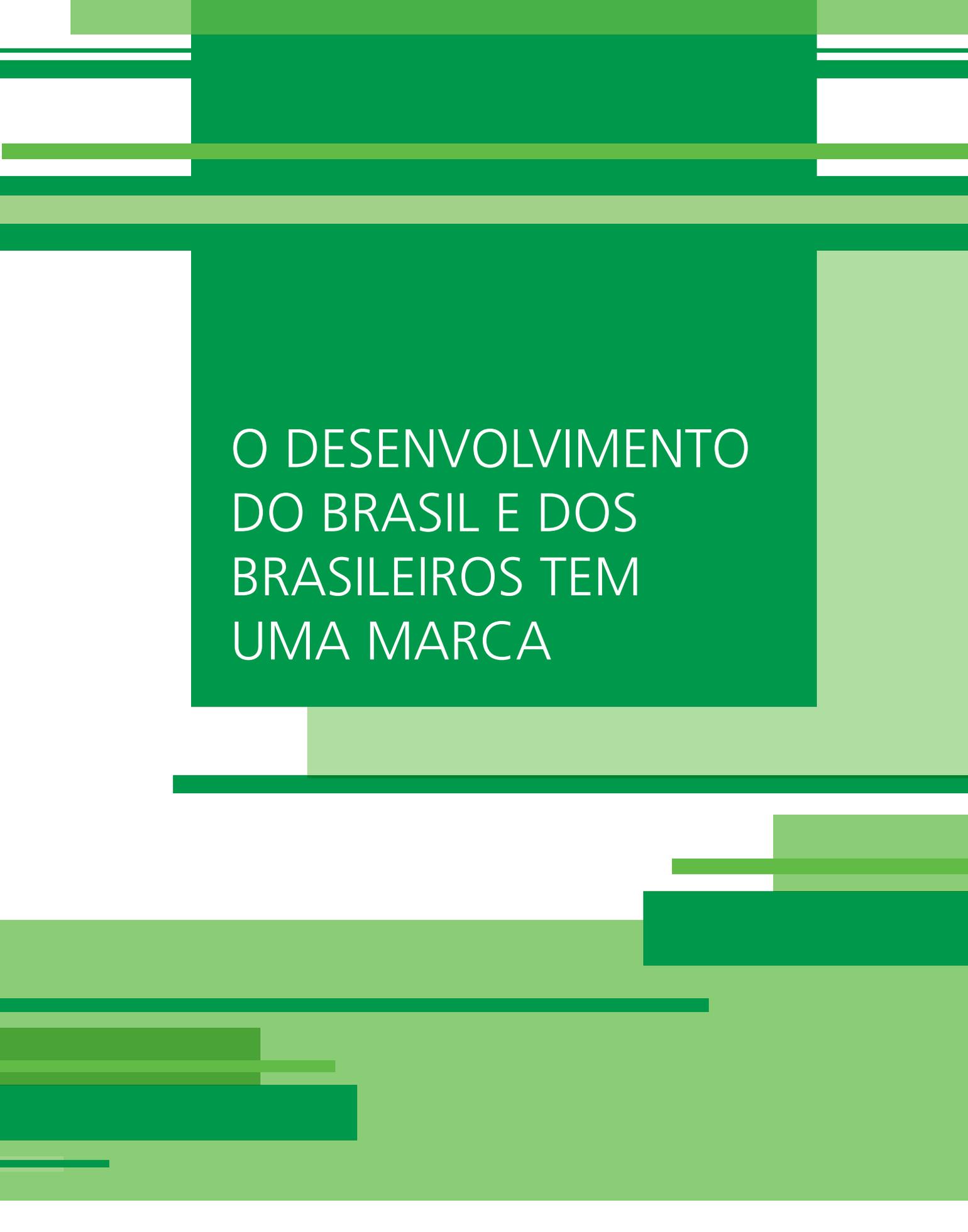
Anexo – Demonstrações Financeiras



SUMÁRIO



BNDES



O DESENVOLVIMENTO
DO BRASIL E DOS
BRASILEIROS TEM
UMA MARCA

BNDES AMPLIA DESEMBOLSOS, ESCOPO DE SUA ATUAÇÃO, APERFEIÇA PROCESSOS E RENOVA QUADRO FUNCIONAL

O ano de 2008 foi marcado por grandes transformações do BNDES. Os desembolsos de mais de R\$ 92 bilhões, um recorde na história da instituição, trazem desafios internos e externos que vêm pautando o novo perfil do Banco. A inequívoca relevância do BNDES como agente propulsor do desenvolvimento econômico brasileiro requer, no atual cenário, ajustes importantes de ordem financeira, gerencial, estrutural e até mesmo cultural, que irão nortear seus passos futuros.

O planejamento corporativo do BNDES 2009–2014 objetiva preparar o Banco para o futuro. O processo partiu da definição da missão e da visão da instituição, para então consolidar orientações estratégicas, indicadores e metas de ação e de gestão. As diretrizes estabelecidas exprimem as prioridades de atuação do Banco, que passaram a refletir-se nas novas políticas operacionais e orçamentárias.

Merece destaque a incorporação das dimensões “inovação”, “socioambiental” e “desenvolvimento regional e local” nas atividades operacionais do Banco, com a finalidade de conferir maior sustentabilidade ao desenvolvimento econômico.

Para garantir a implementação da nova estratégia corporativa, bem como o crescimento e o fortalecimento do Banco, é preciso que ocorram transformações internas, como as que se seguem.

O crescimento do BNDES está atrelado, fundamentalmente, ao equacionamento de fontes financeiras que possam conferir a liquidez necessária ao atendimento da demanda por recursos. É importante que novas fontes de caráter estrutural sejam acessadas, isto é, com custos e prazos compatíveis com o investimento produtivo. Ao mesmo tempo, ganham relevância as estratégias de captação em mercado doméstico, por intermédio de instrumentos de dívida corporativa e lastro em ativos, e também em mercados internacionais, por meio de maior comunicação com investidores internacionais e bancos de desenvolvimento.

A estratégia de crescimento do BNDES também contempla o desenvolvimento de atividades internacionais com base em uma perspectiva integrada. Destacam-se, além da captação de recursos, o crédito à exportação, o seguro, as garantias, o apoio à internacionalização de empresas (subsidiárias e *joint ventures*), a assistência técnica e serviços, a estruturação de fundos de investimento e a gestão internacional dos ativos do Banco.

É importante observar que o processo de planejamento é convergente com outros projetos em curso igualmente relevantes para a gestão do Banco: o novo modelo operacional, a implementação de uma política de gestão de recursos humanos por competências, o projeto de integração de processos e o projeto AGIR.

O novo modelo operacional do BNDES busca dar maior eficiência ao processo de análise e de concessão de crédito. As mudanças trazidas beneficiam não apenas os clientes tradicionais do BNDES, uma vez que reduzem a quantidade de documentos e de procedimentos internos na análise de operações de menor complexidade, mas também os novos clientes e aqueles de médio e pequeno portes, pois haverá maior disponibilidade de tempo das equipes para analisar pleitos relativos a esses segmentos.

O Banco vem atravessando um momento de transição geracional. Em três anos, o corpo funcional deverá renovar-se em um terço. Um número expressivo de novos técnicos ingressou no Banco ao longo de 2008, o que deverá se repetir em 2009 e 2010. Esses novos técnicos significam não apenas novos conhecimentos e habilidades que se agregam àquelas já desenvolvidas pela Instituição, mas também novas forças que auxiliarão na superação de desafios em prol do desenvolvimento do País.

Ao mesmo tempo, o BNDES prepara uma nova política de recursos humanos, voltada para o desenvolvimento de competências corporativas, comportamentais e técnicas e de habilidades necessárias ao desempenho das atividades com qualidade e de forma eficiente, promovendo a retenção e o aprimoramento do capital intelectual da Instituição. Essa nova abordagem fornecerá uma visão mais clara de quais competências devem ser desenvolvidas, alinhando as ações de RH à realidade e ao planejamento estratégico do BNDES.

O sucesso do BNDES em conduzir as mudanças para alcançar os resultados pretendidos depende, em grande medida, da intensiva articulação entre as diferentes áreas do Banco, que necessitam de uma nova organização, flexível, horizontalizada e integrada. Para isso, é essencial que o processo de gestão corporativa da Instituição, já iniciado, seja continuado e aprimorado, o que possibilitará ao Banco consolidar-se efetivamente como um dos principais agentes condutores do desenvolvimento do País.

O projeto AGIR, criado para implantar um modelo de gerenciamento novo, capaz de integrar as áreas e atividades do Banco, trazendo mais qualidade na informação, transparência e velocidade no fluxo das informações, vem mostrando de forma clara o tamanho dos desafios que o BNDES enfrentará nos próximos anos. A modernização de processos, procedimentos e sistemas, acompanhada de mudanças estruturais, organizacionais e culturais, irão conferir ao BNDES credenciais indispensáveis ao alcance de sua visão de longo prazo, bem como ao cumprimento de suas diretrizes estratégicas.

No bojo dessas transformações, está inserida também uma nova e maior atenção à imagem institucional do BNDES. Assim, com a adequação da logomarca do Banco, iniciou-se um moderno processo de gestão da marca. Muito mais que uma adaptação da logo às novas necessidades de comunicação, esse trabalho prevê uma nova forma de lidar com os conceitos que envolvem a marca BNDES – que é sinônimo de desenvolvimento do país.

A criação de uma nova política de gestão de marca engloba também as demais marcas de produtos do BNDES. Dessa forma, garante-se que essas marcas sejam geridas como ativos estratégicos e que sejam cuidadas e protegidas de maneira adequada. Com isto, espera-se conseguir uma imagem integrada por intermédio de uma gestão unificada de marca.







MENSAGEM DO
PRESIDENTE

Em 2008, a economia brasileira viveu dois momentos distintos. Até o terceiro trimestre, observou-se aceleração da taxa de crescimento, liderada pelo investimento e pelo consumo das famílias. Foi o ápice do mais longo e robusto ciclo de fortalecimento do mercado interno e de ampliação da capacidade produtiva da economia brasileira, desde o fim da década de 1970.

O segundo momento foi caracterizado pelo agravamento da crise financeira internacional. A abrupta restrição ao crédito externo afetou o Brasil, desacelerando as exportações e provocando o adiamento de decisões de investimento do setor privado. A atividade econômica foi afetada de modo mais intenso no último trimestre, e o País teve que desenvolver capacidade de resposta rápida e efetiva aos impactos negativos desse choque externo.

O BNDES foi um ator importante nos dois momentos. Como já foi destacado no Relatório anterior, o Banco estava cumprindo um papel estratégico na indução ao investimento no período de crescimento virtuoso. A partir de setembro, com outros bancos públicos, o BNDES empreendeu esforços para mitigar os efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira. O trabalho do Banco, em coordenação com o Governo Federal, contribuiu para que a crise tivesse um impacto muito mais moderado no Brasil do que nos países centrais e em boa parte das nações emergentes.

Neste contexto, em 2008 o desembolso do Banco atingiu o recorde histórico de R\$ 92,2 bilhões, valor 42% superior ao desembolsado em 2007, e as liberações cresceram continuamente ao longo do ano. A participação do desembolso do Banco na Formação Bruta de Capital Fixo aumentou de 12,5% em 2007, para 13,3% em 2008, mostrando a importância crescente da Instituição para a sustentação dos investimentos no país. Mais importante, os investimentos financiados pelo BNDES, em 2008, estiveram associados à geração e manutenção de 2,8 milhões de postos de trabalho. Portanto, as empresas e instituições públicas financiadas pelo BNDES demonstraram, com clareza, a benéfica relação entre investimento e geração de empregos, de produtividade e qualidade crescentes.

Nos três últimos meses de 2008, a carteira de crédito aumentou em 13%, o que corresponde a uma taxa anualizada superior a 50%. Com a crise, a demanda por recursos do BNDES cresceu e ampliou-se para, temporariamente, incorporar linhas de giro, escassas no mercado financeiro. Preservar o nível da atividade econômica ganhou espaço na agenda do BNDES.

Mas a missão permanente do BNDES é a promoção do desenvolvimento. Assim, ao longo de 2008, o Banco atuou em parceria com outras esferas de governo para manter a trajetória de expansão do investimento. Dentre as iniciativas, destacam-se o apoio ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), à PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo), e coordenação das atividades do Banco com outros planos setoriais, como os da saúde e da ciência e tecnologia.

Para orientar suas ações, o BNDES desenvolveu e aprovou, no final de 2008, o seu Plano Corporativo 2009-2014. O esforço realizado para seu desenvolvimento resultou em ações organizacionais que demandavam atenção imediata. Foi criada mais uma Diretoria, dedicada à gestão corporativa, às atividades de tecnologia da informação, e ao desenvolvimento do principal ativo do Banco: seu corpo funcional. Além disto, sua atuação no mercado de capitais foi ampliada e sofisticada, estruturando-se uma área específica para cuidar de participações acionárias em pequenas e médias empresas. Também criou-se uma nova área para ampliar sua ação no campo socioambiental, que cuidará da gestão do Fundo Amazônia, administrado pelo BNDES, e que aplicará recursos em iniciativas de preservação da floresta amazônica. E, em sintonia com o crescimento das empresas brasileiras e o aumento de sua presença fora do Brasil, o BNDES passou a contar com uma Área Internacional, que terá como braços a representação em Montevideu e a subsidiária em Londres.

O processo de planejamento identificou também a necessidade de melhorar a interação do Banco com a sociedade brasileira. Assim, o Código de Ética foi atualizado; uma nova cláusula social que previne o financiamento para projetos nocivos ao desenvolvimento do País foi adotada; foi dado impulso à maior transparência de suas atividades, ampliando-se as informações disponíveis no site do Banco sobre projetos financiados e, finalmente, a marca do BNDES foi redesenhada para permitir uma melhor comunicação da Instituição com a sociedade.

O ano de 2008 foi de recordes e realizações, em um momento virtuoso da história do país. No final do ano, impuseram-se novos e complexos desafios, mas o Brasil está demonstrando uma extraordinária capacidade de resistência à crise e perseverança em sua trajetória de longo prazo, para um desenvolvimento sustentado e inclusivo. O BNDES foi e continuará sendo um instrumento público deste processo. Afinal de contas, o BNDES é o banco de desenvolvimento do Brasil.

Luciano Coutinho

Presidente





MENSAGEM DO
MINISTRO

A atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) colaborou bastante para que a economia brasileira registrasse em 2008 mais um ano de crescimento econômico acima de 5%. O Banco apresentou uma formidável melhoria em seu desempenho operacional e ampliou sua atuação, sobretudo na área de infraestrutura. Essa situação reafirmou a Instituição como um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e reforçou sua posição de agente financeiro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em um cenário caracterizado por escassez internacional de crédito, a partir de setembro do ano passado, o BNDES exerceu, também, um destacado papel de agente anticíclico. Mesmo diante da crise financeira, as estatísticas do BNDES revelaram crescimento dos desembolsos da Instituição.

As liberações em 2008 foram de R\$ 92,2 bilhões, superando, pela primeira vez, o patamar de R\$ 90 bilhões em um único ano, com crescimento de 42% em comparação com 2007. Por sua vez, o volume de aprovações de crédito somou R\$ 121,4 bilhões, apresentando aumento de 23% no ano.

Chama a atenção o crescimento dos desembolsos para a indústria, que aumentaram 48%, em 2008, chegando a R\$ 39 bilhões. A área de infraestrutura absorveu R\$ 35 bilhões dos desembolsos do ano, com um crescimento, também vigoroso, de 37% em relação a 2007.

Em todas as áreas-alvo de ações, o BNDES registrou importantes acréscimos de liberações, como recursos para micro, pequenas e médias empresas, financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME) e apoio a exportações.

Como a maior instituição provedora de crédito de longo prazo para o financiamento das atividades produtivas no Brasil, em 2008 o Banco realizou uma importante adequação de sua política operacional, implementada com:

- Redução dos *spreads* das linhas de financiamento;
- Aumento dos prazos de financiamento do FINAME de cinco para dez anos;
- Operacionalização do Programa Revitaliza;
- Implantação de uma área de renda variável dedicada às empresas inovadoras; e
- Criação de novas linhas de crédito.

Essas e outras medidas resultaram em melhores condições para as empresas privadas atendidas pelo Banco. Em sintonia com as diretrizes da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), o BNDES deu maior destaque a iniciativas para a internacionalização das empresas brasileiras, como a autorização para a abertura de subsidiárias no exterior, e ao fortalecimento da atuação do Banco no financiamento às exportações.

Neste Relatório Anual, fica demonstrado, cabalmente, que o BNDES é um agente extremamente importante para o desenvolvimento industrial e da infraestrutura do Brasil, e que continuará sendo uma ferramenta decisiva para vencermos os atuais e futuros desafios.

Miguel Jorge

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior





GERAÇÃO DE
EMPREGOS

BANCO TEM GRANDE INFLUÊNCIA SOBRE A CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, QUE É PARTE DE SUA MISSÃO

O BNDES é a instância do poder público à qual foi delegada a função de agente do Estado para a promoção do desenvolvimento econômico e social do País, na sua vertente financeira. Organizado como banco público, o BNDES aloca recursos especiais, preferencialmente na forma de financiamentos de longo prazo e participações acionárias, e apoia os investimentos de entidades econômicas e sociais das esferas pública e privada.

Como promotor do desenvolvimento, o Banco analisa os projetos a serem financiados não só pelos aspectos jurídicos e econômico-financeiros, mas também por suas externalidades, nos aspectos territoriais, ambientais e sociais. Entre os aspectos sociais, mostra relevância a questão do emprego.

O entrelaçamento dessas questões – a promoção do desenvolvimento por meio do financiamento de longo prazo e os impactos sociais e ambientais dos projetos – é realçado na Missão do Banco: “Promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais.”

Desde a segunda metade da década de 1990, o BNDES vem desenvolvendo estudos para avaliar os efeitos de suas ações sobre o emprego, e os principais resultados encontram-se divulgados nas publicações mantidas pela Instituição em www.bndes.gov.br.

O efeito total do apoio do Banco sobre o emprego pode ser decomposto em duas etapas: 1) na fase de implantação do projeto, quando são contratados trabalhadores principalmente da construção civil, dos setores produtores de bens de capital e alguns setores de serviços, como prestação de consultoria empresarial e engenharia de projetos; 2) na fase de operação, quando é necessária a utilização de empregados na firma tomadora de recursos do BNDES, para efetivamente realizar a produção de bens e serviços oriunda do projeto.

Os resultados relacionados à fase de implantação foram dimensionados em cálculos de técnicos do Banco, que estimaram, para o ano de 2008, que os desembolsos e as contrapartidas dos empresários relacionados a investimentos fixos permitiram a geração ou manutenção de aproximadamente 2,8 milhões de empregos.

Tal número leva em consideração tanto empregos diretos como empregos indiretos e aqueles provenientes do efeito-renda. Essa estimativa, entretanto, é conservadora em relação ao efeito total, pois não considera o pessoal a ser contratado quando da efetiva operação do projeto.

Em função do aumento do apoio do BNDES ao investimento fixo, o número de empregos gerados ou mantidos em 2008 cresceu 41%, comparativamente ao ano de 2007.

Em relação à fase de operação, um estudo técnico do BNDES (“Ação do BNDES sobre o emprego formal: efeito nas empresas financiadas”, *Revista do BNDES* nº 27) realizou uma comparação entre empresas que receberam apoio financeiro do Banco e empresas semelhantes que não receberam apoio algum. Os resultados indicam impacto positivo significativo da ação financiadora: cinco anos após o contrato, as empresas apoiadas pelo BNDES apresentaram um número de empregados 34% superior ao das empresas não apoiadas. Verificou-se, também, que esse efeito é mais relevante nas empresas de menor porte, nas quais a diferença é de 37%.

Adicionalmente, existem evidências positivas sobre o impacto local dos financiamentos no nível de emprego.

No estudo “Emprego formal, qualidade de vida e o papel do BNDES”, também constante da *Revista do BNDES* nº 27, avaliou-se que cada desembolso de R\$ 10 bilhões geraria entre 58 mil e 86 mil empregos com carteira assinada no próprio município receptor do apoio.

Finalmente, a preocupação com a questão do emprego não reside apenas no caráter quantitativo. O Banco, em seus contratos de financiamento, explicita o repúdio a qualquer forma de discriminação nas empresas a seus trabalhadores, bem como à existência de trabalho escravo ou infantil, podendo o ilícito acarretar vencimento antecipado do contrato. Por outro lado, existe linha específica de financiamento para o incremento da responsabilidade social das empresas, cujo objetivo é incentivar ações de oferta de melhores condições de educação, saúde e lazer para os trabalhadores.





TRANSPARÊNCIA

BANCO AMPLIA DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL E DISPONIBILIZA DADOS SOBRE TODAS AS SUAS OPERAÇÕES PELA INTERNET

A agenda de responsabilidade social corporativa tem um de seus pilares nos instrumentos de transparência sobre as informações estratégicas da corporação. O BNDES, em sintonia com reivindicações da sociedade civil e modernos procedimentos de *accountability*, ampliou de maneira significativa o acesso a informações sobre seus financiamentos. Em 2008, elaborou o projeto BNDES Transparente, que inicialmente tornou disponível para consulta as 50 maiores operações por área de atuação do Banco e, em seguida, estendeu o acesso para todas as operações de financiamento, diretas e indiretas, realizadas pelo BNDES.

Em 2009, portanto, o BNDES disponibiliza consulta às operações contratadas diretas e indiretas, não automáticas e automáticas, em uma iniciativa pioneira no Brasil, que coloca o Banco em uma posição de vanguarda em termos de transparência, até mesmo entre as instituições internacionais de fomento. Existem quatro níveis de apresentação dos dados: operações diretas de grandes empresas, operações indiretas não automáticas de grandes empresas, operações com micro, pequenas e médias empresas, tanto diretas como indiretas, e operações com o setor público, estados e municípios. As informações sobre todas as operações diretas e indiretas não automáticas estão disponíveis por cliente e desagregadas para as áreas de Indústria, Insumos Básicos, Infraestrutura, Inclusão Social e Exportação.

As operações indiretas automáticas, que somaram mais de 360 mil em 2008, são disponibilizadas de forma agregada, por setor e por porte (média, micro/pequena, pessoa física e cartão).

As informações são atualizadas trimestralmente e correspondem aos projetos contratados pelo BNDES nos últimos 12 meses. Para as empresas, os dados informados são nome do cliente, CNPJ, descrição do projeto, unidade da federação, data da contratação e valor do apoio. As operações com o setor público são apresentadas por ente federativo, de forma desagregada por programa, objetivo, modalidade operacional (direta ou indireta), nível da operação (contratada, aprovada etc.), data e valor total desembolsado.

Diálogo com a Sociedade

O avanço na incorporação dos conteúdos de transparência e de responsabilidade socioambiental expressa, entre outras dimensões, o acúmulo de uma trajetória histórica de interação do BNDES com diversos atores sociais. Em particular, o processo de diálogo com a sociedade civil organizada, os movimentos sociais e as centrais sindicais intensificou-se no período recente.

Em 2007, o presidente do Banco, Luciano Coutinho, participou da VII Assembleia da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, e debateu a pauta do documento “Plataforma BNDES”, que expressa o acúmulo de discussão de cerca de vinte organizações sociais. A partir de então, estabeleceu-se um processo de interlocução estruturada e regular com representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais com a discussão de um amplo espectro de temas, desde os impactos socioambientais nos setores de etanol e de energia elétrica até especificações no cumprimento da “cláusula social” e na formatação da “janela da transparência”.

Nos campos da diversidade e dos direitos humanos, destaca-se o diálogo com entidades empresariais e organismos governamentais. Em particular, a participação no Programa Pró-Equidade de Gênero, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e no Encontro dos Presidentes – Responsabilidade Social das Empresas e os Direitos Humanos –, organizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e pelo Instituto Ethos. A Declaração do Encontro dos Presidentes foi assinada inicialmente por presidentes de 12 empresas (incluindo o BNDES) e conta hoje com a adesão de presidentes de noventa empresas.

Prestação de Contas

Em termos de prestação de contas, o BNDES é fiscalizado e presta contas de seus atos de gestão para diversos órgãos do setor público. Sua diretoria é nomeada pelo presidente da República, e sua governança inclui a avaliação de suas atividades pelo Conselho de Administração – com representantes do Governo, dirigentes empresariais e de centrais sindicais de trabalhadores – e pelo Conselho Fiscal, com representantes de órgãos externos.

Responsável pela aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o BNDES submete-se à orientação e ao crivo do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat), organismo tripartite com integrantes do governo federal, do empresariado e das centrais sindicais.

O Banco segue, ainda, orientações do Departamento de Coordenação das Empresas Estatais Federais (Dest) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e tem suas contas julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Como componente da administração indireta do Poder Executivo, subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o BNDES está sujeito a auditorias de gestão de crédito, empresarial, financeira, operacional, patrimonial, de tecnologia da informação e de ambiente de controle pela Controladoria Geral da União (CGU).

Como instituição financeira, tem suas atividades fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e submetidas às normas e resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) fazem prestações de contas anuais. Todas dispõem de um Comitê de Auditoria, que avalia o cumprimento de normativos e a efetividade dos sistemas de controle interno e das auditorias (interna e externa).



COMO FUNCIONA O PROCESSO DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

ETAPAS ENVOLVEM DEZENAS DE TÉCNICOS E ÓRGÃOS COLEGIADOS

O fluxo de concessão de crédito do BNDES obedece a quatro fases distintas: enquadramento, análise, aprovação e contratação, liberação e acompanhamento. As funções são distribuídas entre dezenas de técnicos e as decisões são tomadas por colegiados de diferentes estruturas e alçadas de acordo com o avanço da análise de um pleito.

Assim, a fase de **enquadramento** começa com a aceitação do roteiro de consulta prévia, no qual são especificadas as características básicas do interessado e do empreendimento necessárias à análise do enquadramento do pedido às políticas operacionais do BNDES – nessa etapa, participam as áreas de planejamento, de crédito e operacionais. A análise do pedido e a proposta de apoio, bem como a classificação de risco de crédito e a avaliação cadastral, são submetidas, então, ao primeiro colegiado da Instituição, o Comitê de Enquadramento e Crédito (CEC), formado por superintendentes de diferentes áreas do BNDES. A etapa seguinte, após acolhido o pleito pelo CEC e ratificado pela Diretoria do BNDES, é a fase de **análise**, na qual os técnicos da área operacional do Banco relacionada ao empreendimento – uma equipe

multidisciplinar – procedem à avaliação detalhada da situação econômico-financeira, administrativa e jurídica do interessado e do projeto. Nessa fase, avaliam-se também aspectos de inovação e os efeitos do projeto sobre o setor de atuação, sobre o território e sua população, além dos impactos socioambientais. O relatório com a proposta de apoio é encaminhado ao segundo colegiado do processo, a diretoria do BNDES, órgão decisório final, composto de oito membros nomeados pelo presidente da República, caracterizando a terceira etapa: **aprovação**.

O fluxo prossegue com a acolhida da proposta de apoio do BNDES, formulada pelo grupo de análise para a Diretoria, passando para a quarta fase: **contratação, liberação e acompanhamento**. A utilização dos recursos é realizada conforme o avanço físico e financeiro do projeto, com visitas regulares de acompanhamento e sistemática prestação de contas. Os técnicos das áreas operacionais procedem ao acompanhamento do projeto, da empresa e do contrato, até a liquidação da dívida assumida





RESPONSABILIDADE
SOCIAL
E AMBIENTAL

PIONEIRISMO NA ANÁLISE INTEGRADA DE IMPACTOS E CRÉDITO PARA QUE EMPRESAS APERFEIÇOEM SUAS PRÁTICAS

A consideração dos impactos socioambientais na classificação dos riscos de empreendimentos é uma iniciativa pioneira do BNDES entre os bancos oficiais de crédito dos países em desenvolvimento.

O BNDES considera de fundamental importância observar princípios éticos socioambientais na execução de sua política de concessão de crédito. Por isso, na análise de projetos, são consideradas as informações sobre a gestão dos aspectos socioambientais vinculados ao desempenho das atividades do interessado, bem como a comprovação da sua regularidade ambiental e trabalhista.

Numa visão integrada, são analisados os possíveis impactos decorrentes do projeto a ser implementado, não apenas na ótica de cumprimento da legislação, mas também pela análise da influência sobre o entorno, buscando seu desenvolvimento por meio da maximização das externalidades econômicas e socioambientais positivas, além da mitigação de eventuais impactos negativos decorrentes ou associados aos empreendimentos financiados.

Conforme a política vigente, os projetos são inicialmente classificados de acordo com o setor e tipo de atividade, localização, magnitude e atributos dos impactos inerentes ao empreendimento, como se pode ver a seguir:

CATEGORIA SOCIOAMBIENTAL	RISCO E MAGNITUDE DE IMPACTO
A	Atividade relacionada a riscos de impactos socioambientais significativos, ou de alcance regional. O licenciamento requer estudos de impactos, medidas preventivas e ações mitigadoras.
B	Atividade associada a impactos socioambientais mais leves ou locais. Requer avaliação e medidas específicas.
C	Atividade não apresenta, em princípio, risco socioambiental.

Fonte: BNDES.

A categoria socioambiental estabelecida por ocasião do enquadramento do pedido de financiamento às políticas do BNDES determina a elaboração de eventuais recomendações, identificando oportunidades e riscos para as fases de análise e acompanhamento do pleito.

Assim, o BNDES incentiva a adoção e a disseminação de conceitos, práticas e procedimentos relativos ao exercício da responsabilidade socioambiental empresarial no País, até mesmo disponibilizando linhas de crédito específicas.

Nesse sentido, são oferecidas condições diferenciadas para investimentos ambientais por meio de três modalidades de apoio financeiro: o Apoio a Investimentos em Meio Ambiente; o Apoio a Projetos de Eficiência Energética (Proesco); o Apoio ao Reflorestamento de Carajás (Refloresta). O BNDES conta ainda com o Fundo BNDES Desenvolvimento Limpo, cujo objetivo é apoiar empresas e projetos potencialmente geradores de reduções certificadas de carbono. O montante de financiamentos no âmbito dessas linhas, nos últimos dez anos, foi de cerca de R\$ 477 milhões, com R\$ 114 milhões de desembolsos de recursos ocorridos no ano de 2008, que também registrou aprovações de 18 novos financiamentos, num total de R\$ 238 milhões.

Cabe ressaltar que, além das linhas específicas já referidas, o BNDES financia, em todos os setores de atividade econômica, investimentos ambientais intrínsecos aos empreendimentos. Nesse caso, incluem-se os investimentos em novas tecnologias e equipamentos, que, na sua grande maioria, são mais eficientes no uso de recursos energéticos e demais insumos e aqueles voltados à mitigação de impactos no meio ambiente e nas comunidades abrangidas pelos projetos. Também o apoio do BNDES ao setor de saneamento contribui para a melhoria da condição social da população e das condições ambientais.

Quanto aos investimentos sociais privados não obrigatórios, ou seja, investimentos além da obrigação legal ou exigíveis por condicionante de licenciamento ambiental, o BNDES dispõe da linha Investimento Social de Empresas. Esta objetiva o apoio a projetos ou programas de investimentos sociais que contribuam para a elevação do grau de responsabilidade social empresarial, voltados para a articulação e o fortalecimento de políticas públicas desenvolvidas nos diferentes níveis federativos.

No exercício de 2008, foram contabilizados, no âmbito dessa linha, desembolsos de cerca de R\$ 32 milhões e a aprovação e contratação de 37 novos apoios a projetos sociais corporativos, correspondendo a financiamentos da ordem de R\$ 175 milhões. Nos últimos dez anos, o valor total do apoio do BNDES para investimentos sociais privados soma cerca de R\$ 251 milhões, beneficiando milhares de brasileiros em diferentes regiões do País.

Cabe destacar o lançamento, em fevereiro de 2008, da chamada Cláusula Social. Para atender a demandas da sociedade civil, o BNDES reformulou a redação das cláusulas sociais, presentes em todos os seus contratos, explicitando uma postura mais nítida quanto ao repúdio ao trabalho escravo, ao trabalho infantil e a qualquer forma de discriminação. Com a nova redação, comprovado o ilícito, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata suspensão de desembolsos.

Em todos os contratos do BNDES, existem também outras cláusulas socioambientais envolvendo o atendimento à legislação aplicável às pessoas com necessidades físicas especiais e a obrigação de oferecimento de programa de treinamento voltado para oportunidades de trabalho, no caso de o projeto apoiado incorrer em redução do quadro de pessoal. A apresentação da licença ambiental de instalação e operação do projeto financiado também é obrigação constante nos contratos.

Criação da Área de Meio Ambiente

Em 2008, o BNDES anunciou a criação da Área de Meio Ambiente (AMA), o que significou a ampliação da estrutura organizacional existente para cuidar do tema, antes limitada a um departamento da Área de Planejamento. A decisão de passar a contar com área específica, com três departamentos, levou em conta a dimensão que o tema vem ganhando no País e no mundo, com o reconhecimento da importância do Brasil para a preservação de ecossistemas e para a melhoria da qualidade ambiental, aí considerado o papel estratégico do bioma amazônico; a necessidade de investimento das empresas em projetos que apresentem ganhos socioambientais; e a necessidade do estabelecimento de parceria de trabalho com o governo federal no combate às mudanças climáticas e na redução do desmatamento.

Responsável, entre outras ações, pela administração do Fundo Amazônia, da iniciativa BNDES/Mata Atlântica e do Fundo BNDES Desenvolvimento Limpo, a AMA atuará em conjunto com as áreas operacionais na aplicação das demais modalidades de apoio ambiental.

Outra atividade desempenhada em 2008 foi a parceria com o Banco Mundial para a celebração de contrato de empréstimo lastreado em políticas e programas socioambientais.

Iniciativa BNDES/Mata Atlântica

A Mata Atlântica será alvo de programa especial de preservação, para o qual foram destinados R\$ 15 milhões. Os recursos poderão ser utilizados no apoio a projetos de reflorestamento nas regiões de Mata Atlântica, na modalidade financiamento não reembolsável.

Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental

Em 2008, o BNDES celebrou com o Ministério do Meio Ambiente, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental. No documento, os bancos reconhecem seu papel na busca do desenvolvimento sustentável e se propõem a empreender políticas e práticas bancárias precursoras, multiplicadoras, demonstrativas ou exemplares em termos de responsabilidade socioambiental e que estejam em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa as necessidades das gerações futuras, a partir da atualização dos compromissos previstos no Protocolo Verde, firmado em 1995.







RESPONSABILIDADE
SOCIAL
CORPORATIVA

A promoção do desenvolvimento sustentável faz parte da missão do BNDES. Como principal agente financiador de longo prazo do Brasil, o Banco desempenha também o papel de disseminar e influenciar princípios e procedimentos éticos e socialmente responsáveis, tanto no meio econômico quanto no setor público.

Governança Corporativa

As características, a magnitude e a complexidade da atuação do BNDES exigem um elevado grau de governança corporativa e o comprometimento e a responsabilidade de seus administradores e empregados quanto à lisura e à transparência na condução das suas atividades, obedecendo aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade. Nesse contexto, em 2008 foi criada na estrutura do BNDES uma Diretoria Corporativa, para ajudar o Banco a se fortalecer, permitindo que enfrente de maneira adequada a expansão de suas atividades e o aumento de suas responsabilidades.

A começar pela obrigatoriedade de aprovação em seleção pública para o ingresso de pessoal, seguem-se a padronização, a sistematização e a disponibilização, para os empregados, de acesso via intranet às seguintes informações, entre outras: ao estatuto; aos regimentos internos; ao código de ética; às normas de procedimentos; às políticas operacionais e de risco de crédito; a modelos de diferentes documentos; e às decisões da Diretoria. Isso possibilita uma atuação homogênea das diferentes áreas do Banco.

Além de dois colegiados – Comitê de Enquadramento e Crédito e Diretoria –, o BNDES conta com um Conselho de Administração, órgão de orientação superior, formado por dez membros nomeados pelo presidente da República, com mandato de três anos, e por representantes do Governo, dirigentes empresariais e de centrais sindicais de trabalhadores; com o Conselho Fiscal, com três representantes de órgãos externos; finalmente, com o Comitê de Auditoria, composto de até seis membros, designados pelo Conselho de Administração, além de empresa de auditoria externa.

Gestão da Ética

O BNDES tem compromisso permanente com a ética no exercício de suas atividades. Para isso, formalizou, ainda em 2002, o Código de Ética Profissional dos Empregados do Sistema BNDES, que tem orientado o trabalho da Comissão de Ética Profissional (CEP/BNDES).

Em 2008, foram desenvolvidos os trabalhos previstos no Plano de Atividades CEP/BNDES, com ênfase na estruturação do sistema de gestão da ética e na modelagem de processos e regulamentação de procedimentos relativos à conduta ética e à educação do empregado. Também foi elaborada e disponibilizada a página da gestão da ética no *site* do BNDES. No fim do ano, iniciou-se o processo de atualização do Regimento Interno da Comissão de Ética, do Código de Ética e das normas internas referentes ao Regulamento de Pessoal das Empresas do Sistema BNDES.

Política de Recursos Humanos

Visando ao bem-estar, à segurança, à higiene e à saúde de seus empregados, o BNDES mantém um ambiente de trabalho adequado e adota política de tratamento justo e benefícios voltados para o desenvolvimento pessoal e profissional. Os destaques do ano de 2008 são descritos a seguir.

- Programa Novos Tempos

Com o objetivo de proporcionar aos empregados em condições de se aposentar a oportunidade de fazer uma reflexão sobre o significado dessa etapa e de elaborar o seu novo projeto de vida, além de sensibilizá-los para a importância da transmissão de conhecimentos e experiências para os novos empregados, foi lançado em 2008 o Programa Novos Tempos. Durante o ano, foram formadas quatro turmas, com a participação de mais de cem empregados. Essa iniciativa do BNDES, por meio do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos, no âmbito de seu Programa de Qualidade de Vida, demonstra responsabilidade social quanto à questão da aposentadoria, da valorização e do reconhecimento aos empregados.

- Projeto Jovem Aprendiz

O BNDES atende aos requisitos legais do Projeto Jovem Aprendiz, que tem por objetivo oferecer aos adolescentes formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, caracterizada por atividades teóricas e práticas. O projeto visa à inserção de adolescentes no mercado formal de trabalho, contribuindo para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil, que é a falta de experiência profissional.

O BNDES contava, ao fim de 2008, com 44 adolescentes entre maiores de 15 anos e menores de 18 anos, matriculados, no mínimo, na 7ª série do ensino fundamental. O prazo de permanência no programa é de no máximo dois anos. A remuneração é de um salário mínimo nacional por mês integralmente trabalhado, assegurados, ainda, os demais direitos trabalhistas e previdenciários, além do benefício do auxílio-alimentação e assistência médico-odontológica, contemplando atendimento médico de emergência, ambulatorial e hospitalar.

- Programa de estágio

O programa de estágio do BNDES visa proporcionar oportunidade de formação e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior. O trabalho é desenvolvido por meio de acordo entre o BNDES, um agente de integração, o estudante e a instituição de ensino. Os estagiários trabalham em turnos de quatro horas diárias e recebem um valor correspondente à bolsa-auxílio, além dos benefícios do auxílio-transporte, do auxílio-alimentação, assistência médico-odontológica e seguro contra acidentes pessoais. Ao fim de 2008, o Banco contava com cerca de trezentos estagiários, distribuídos pelas diferentes áreas do Banco.

- Distribuição dos lucros e apoio a fundos

Além da disposição legal de distribuição de lucro para o seu acionista, o BNDES tem uma política de participação nos lucros negociada entre sua Direção e os representantes de seus empregados.

O BNDES destina, também, parte de seu lucro para a formação de fundos, cujas aplicações contribuem para o desenvolvimento econômico e social do País, por meio de projetos e ações nas áreas de inovação social, ambiental, cultural, de estudos e estruturação de projetos.

Cabe destacar que essa parte do lucro compõe o conjunto das fontes de recursos do BNDES, que são aplicados em sua atividade-fim, em consonância com sua missão de promoção do desenvolvimento sustentável. Assim, os projetos apoiados com os recursos oriundos dos fundos seguem a mesma sistemática de análise e aprovação dos demais programas e linhas do banco.

Os fundos vigentes em 2008 eram os seguintes:

- Fundo Tecnológico (FUNTEC).
- Fundo Social/Ambiental.
- Fundo Cultural.
- Fundo de Estruturação de Projetos (FEP).

O FUNTEC destina-se a apoiar financeiramente projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o País, em conformidade com os programas e políticas públicas do Governo Federal.

O Fundo Social/Ambiental prevê o apoio, com recursos não reembolsáveis, a projetos de caráter social no âmbito de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, meio ambiente, desenvolvimento rural e outras áreas vinculadas ao desenvolvimento regional e social.

No apoio à geração de trabalho e renda para a população de menor renda, o BNDES tem priorizado esforços na busca por modelos que deem capilaridade e abrangência à sua atuação. A principal diretriz é a articulação institucional para que, em conjunto com parceiros estratégicos e em linha com as políticas públicas existentes, seja possível apoiar estruturas geradoras de trabalho e renda e promover acesso a crédito para aquela faixa de público.

Parte das ações culturais realizadas pelo BNDES utilizava como fonte recursos não reembolsáveis previstos no artigo 9º, inciso V, de seu Estatuto Social, sob a rubrica do Fundo Social. Em agosto de 2008, a Diretoria do BNDES aprovou dotação adicional para aplicações não reembolsáveis, referentes ao exercício de 2007, e especificou a parcela de R\$ 80 milhões a ser empregada no “apoio a investimentos de natureza cultural”.

Nos meses subsequentes, foi criado pela Diretoria do BNDES o Fundo Cultural, cuja dotação é oriunda da transferência dos recursos mencionados anteriormente. Juntamente com sua criação, foi aprovado regulamento de operação do Fundo e seu Plano de Aplicações para o biênio 2009–2010, pautado não apenas nos objetivos de aprofundar as ações desenvolvidas ao longo dos últimos anos no setor cultural, em particular na preservação do patrimônio histórico brasileiro, mas também na meta de empreender novas ações de caráter estruturante para o setor nos eixos de atuação definidos como prioritários: patrimônio histórico e acervos; integração de turismo e cultura; música; animação.

O apoio mediante recursos não reembolsáveis a pesquisas científicas e técnicas e estudos técnicos, dá-se por meio do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), que tem por objetivo promover a ampliação do conhecimento sobre as tendências do desenvolvimento socioeconômico, visando fortalecer as orientações estratégicas e prioridades do BNDES e possibilitar a elaboração de projetos estruturantes de elevado retorno social.

Os estudos técnicos e pesquisas passíveis de financiamento são classificados em duas categorias: Pesquisa Científica e Prospecção. A primeira refere-se a uma pesquisa, ou conjunto de pesquisas, cujo escopo tenha relação inequívoca com a ampliação do conhecimento sobre tendências do desenvolvimento econômico e social

do País e com as políticas do BNDES. Já a segunda diz respeito a pesquisas técnicas com o objetivo de produzir informações e dados necessários à orientação de políticas públicas ou à identificação de potenciais projetos estruturantes, de elevado benefício econômico e social, viabilizados mediante relações jurídicas de longo prazo entre o poder público e a iniciativa privada.



OUVIDORIA

CANAL DE DIÁLOGO ENTRE O BANCO E O CIDADÃO

A Ouvidoria do BNDES tem por atribuição atuar como interlocutora entre a Instituição e seu público, servindo como um canal de comunicação aberto a qualquer cidadão, beneficiário ou não dos recursos do Banco, e aos seus próprios empregados. Busca, também, valorizar a participação do cidadão na condução da prestação dos serviços inerentes à missão do BNDES e exercitar a transparência nas relações com a sociedade e com os demais órgãos e entidades do Poder Público.

Ao receber reclamações, sugestões, denúncias, solicitações, dúvidas e agradecimentos do público externo e interno, a Ouvidoria, em parceria com as áreas diretamente responsáveis, registra, analisa, acompanha e responde às manifestações recebidas, estabelecendo um relacionamento direto, não-burocrático, entre o Banco e a sociedade.

Ao participar ativamente desse relacionamento, a Ouvidoria identifica oportunidades de melhoria que, tratadas em conjunto com a Alta Administração, propiciam a adoção de medidas corretivas ou de

aprimoramento dos procedimentos e normas do Sistema BNDES.

Em obediência às normas aplicáveis às ouvidorias de instituições financeiras públicas, a Ouvidoria do BNDES elabora Relatórios de Atividade semestrais, revisados por auditores externos independentes, submetidos à Presidência da Instituição e encaminhados formalmente à Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria, à Diretoria e ao Conselho de Administração do BNDES.

Apenas em 2008, foram recebidas e tratadas 2.281 manifestações, representando aumento de 29%, na comparação com 2007. Das manifestações recebidas em 2008, 36,7% foram reclamações; 32,4%, dúvidas; 15,7%, solicitações; e 2,1%, denúncias, enquanto as demais se distribuíram entre sugestões, agradecimentos e improcedentes.

A maioria das reclamações foi direcionada às linhas e programas específicos operados pelo BNDES, enquanto as dúvidas apresentadas estão relacionadas às dificuldades encontradas para comunicar adequadamente as diversas modalidades de atuação da Instituição.

Quanto à caracterização daqueles que procuraram o atendimento da Ouvidoria, 59,6% eram representantes de pessoas jurídicas, em sua maioria micro, pequenas e médias empresas, buscando adequação das linhas e programas aos seus pleitos, reclamando ou formulando dúvidas quanto aos procedimentos e critérios definidos pelo BNDES ou por seus agentes financeiros. Os demais 40,4% reuniram acessos de pessoas físicas, distribuídos de maneira difusa entre reclamações, dúvidas e solicitações de estudos e publicações do BNDES. Segundo as regiões do País, as demandas recebidas tiveram a seguinte distribuição: Sudeste, 55,6%; Sul, 19,6%; Nordeste, 12,4%; Centro-Oeste, 7,9%; Norte, 4,5%.

A Ouvidoria participou, ainda em 2008, de ações corporativas, com destaque para a definição e a implementação de uma política interna de igualdade de gênero, bem como para a revisão do regulamento e do código de ética da Instituição.





GESTÃO
CORPORATIVA

NOVA DIRETORIA ABORDA DE MANEIRA INTEGRADA QUESTÕES RELACIONADAS AO QUADRO FUNCIONAL

O ano de 2008 marca uma mudança na abordagem da relação entre a administração do BNDES e seus funcionários, com destaque para a criação da Diretoria Corporativa, da Área de Recursos Humanos e da reorganização da Área de Tecnologia da Informação e Processos.

Sob a responsabilidade de uma única Diretoria, será possível a adoção de uma visão integrada e abrangente das questões corporativas, para melhor conduzir os processos de mudança necessários para vencer o desafio da criação de um novo modelo de negócios, adequado às atuais necessidades da economia brasileira.

Área de Recursos Humanos

A criação da ARH é especialmente importante neste momento em que o BNDES enfrenta o grande desafio de realizar com êxito a transição de gerações em seu quadro de empregados. Cerca de 30% dos empregados serão substituídos nos próximos quatro anos devido às aposentadorias que deverão ocorrer neste período. Além disso, em 2008, o limite máximo para o quadro de pessoal próprio foi ampliado em 13%, passando de 2.200 para 2.490 empregados.

A ARH será, também, responsável pelo acompanhamento do Clima Organizacional, com o objetivo de apreender de forma sistemática os anseios e necessidades do corpo funcional e melhor direcionar suas ações.

Dentre as prioridades de ação se destaca o Programa de Gestão por Competências, tema inicialmente debatido ainda em 2006 com a criação de um Grupo de Trabalho que visava à identificação de diretrizes para a Política de RH e que resultou na adequação da estrutura organizacional.

Sob a nova ótica de Gestão de Pessoas do BNDES, o Modelo de Competências será a base para os demais processos de RH:

- Avaliação de Desenvolvimento;
- Plano de Desenvolvimento e Carreira;
- Programa de Educação Corporativa;
- Alocação e Movimentação de Pessoal;
- Capacitação de Sucessores.

Das ações de RH realizadas em 2008, incluindo nestas a concessão de novos benefícios, destacam-se:

- Curso de Desenvolvimento Profissional, voltado para os novos empregados, que contam agora com o apoio de um Facilitador em sua área de atuação;
- Aumento do período de Licença Maternidade (seis meses) e Paternidade (dez dias);
- Ampliação do Auxílio Educação até o ensino médio para os dependentes;
- Adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, com o intuito de aprofundar a visão de respeito à diversidade no ambiente de trabalho.

Projeto AGIR

O Projeto AGIR nasceu da necessidade de modernização dos sistemas e dos processos, identificada mediante a realização de um extenso esforço de diagnóstico iniciado no final da década de 1990. O objetivo principal do AGIR é modernizar os processos de negócio do BNDES, integrá-los e suportá-los com sistemas modernos.

A implantação do Projeto AGIR está dividida em nove programas: **Programa de Risco Operacional (já finalizado); Programa de Gestão e Acompanhamento¹; Programa de Aquisições; Programa de Detalhamento de Processos; Programa de Arquitetura de TI; Programa de Infraestrutura; Programa Aplicativos de Mercado; Programa Aplicativos Desenvolvidos e Programa de Migração de Dados.** A seguir, as principais atividades desenvolvidas em 2008 nos programas ativos.

Programa de Aquisições: Foram realizadas e concluídas cinco licitações e uma contratação direta envolvendo um montante global de R\$ 38 milhões. Foi elaborado e lançado o edital para aquisição dos Aplicativos de Mercado (ERP) e concluídas as Especificações Técnicas para a aquisição dos Aplicativos Desenvolvidos. As principais aquisições de 2008 são listadas a seguir:

- Novo Datacenter Interno (CPD – Centro de Processamento de Dados);
- *Framework* de Desenvolvimento; Gerenciador de Banco de Dados; Servidores e Sistema Operacional;
- Ambiente de Execução/Portal/Ferramenta de *Business Process Management (BPM)*;
- Ferramenta de Extração, Transformação e Carga de Dados (ETL).

Programa de Detalhamento de Processos: O detalhamento dos novos processos contou com a participação de aproximadamente 150 especialistas das Áreas do BNDES, demonstrando o grande envolvimento do Banco nesta atividade.

Programa de Arquitetura de TI: Foram iniciados os testes e a capacitação dos funcionários nas novas plataformas tecnológica e de desenvolvimento. Foram elaboradas as políticas que possibilitarão o gerenciamento e a operação da nova infraestrutura de TI, tendo também sido realizado o levantamento detalhado do portfólio de sistemas atuais do BNDES.

¹ Este programa é permanente, com atividades durante toda a fase de implantação

Programa de Infraestrutura: Em novembro de 2008, foram iniciadas as obras para a construção do novo CPD do BNDES, cujo término está previsto para o primeiro semestre de 2009. O novo CPD permitirá que o Banco gerencie seus dados considerando as melhores práticas de mercado, com relação à segurança e à disponibilidade dos mesmos.

Programa Aplicativos de Mercado (ERP): No final de 2008 foi iniciado o processo licitatório para aquisição do Aplicativo de Mercado – sistema integrado de gestão empresarial (ERP – *Enterprise Resource Planning*) um dos principais marcos do projeto AGIR. Este sistema dará cobertura, aos processos de suporte ao negócio do Banco, tais como: Contabilidade, Financeiro, Jurídico, Recursos Humanos, Administração, além de Auditoria, Controles Internos, Riscos Operacionais e Planejamento. Esta iniciativa permitirá que o BNDES integre seus processos e seus dados referentes ao suporte negócio, em um único sistema.

Programa Aplicativos Desenvolvidos: Foram finalizadas as etapas que permitirão em 2009 a realização de licitação com vistas a contratar o desenvolvimento “sob medida” dos sistemas que atenderão diretamente partes importantes do negócio principal do BNDES, como a Concessão de Apoio Financeiro e Mercado de Capitais. O edital deverá ser publicado no 2º trimestre de 2009.

Programa de Migração de Dados: Foi realizado levantamento de todos os sistemas atuais que deverão ser migrados para a nova plataforma tecnológica do BNDES, possibilitando que os novos sistemas do Banco recebam dados acurados.

Área de Tecnologia da Informação

No ano de 2008 foram iniciadas as atividades do Departamento de Gestão de Projetos. Este departamento visa apoiar a gestão de portfólio de projetos da ATI, bem como divulgar e implantar os conceitos e processos de gerenciamento de projetos no BNDES.

O parque de equipamentos foi renovado, com a distribuição de novas impressoras departamentais e novos microcomputadores e a padronização do Windows XP como sistema operacional único. A recuperação de todo o ambiente do CPD foi testada durante o quarto teste de contingência de TI.

Foi também realizada uma licitação para a contratação de novo serviço de operação da infraestrutura de TI do BNDES, preparando esse ambiente para que possa operar de forma ininterrupta em regime de 24 horas, 7 dias por semana.

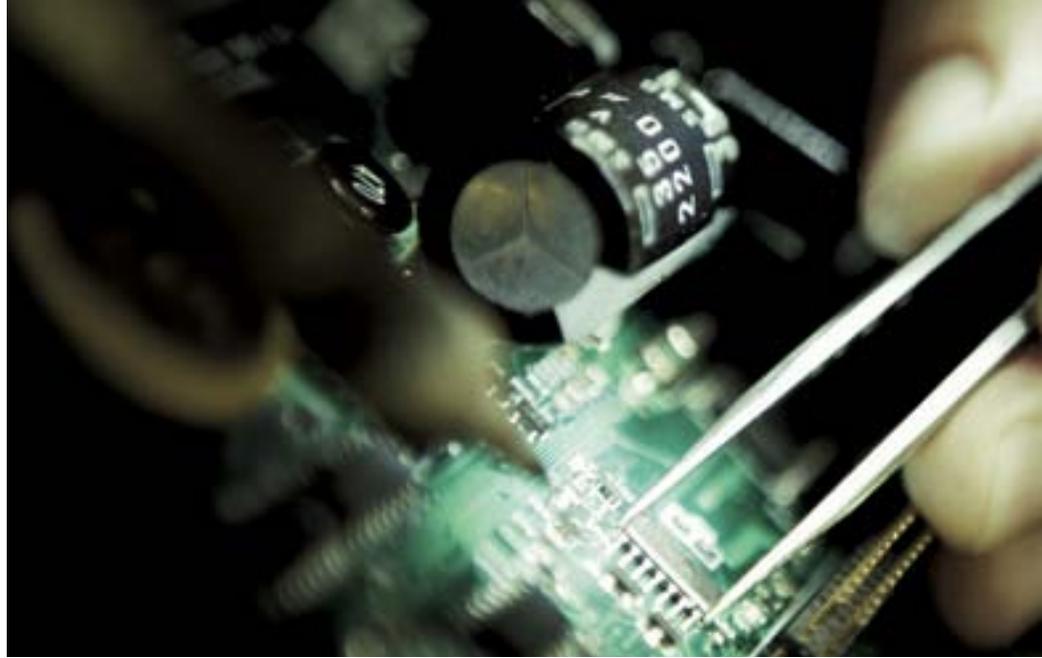
Na área de telecomunicações, foram feitos novos contratos que possibilitaram, já no início de 2009, aos empregados do Rio de Janeiro, contar com serviços de *roaming* internacional e *mensageria*, com aparelhos *Blackberry*. Para os *notebooks* corporativos, foi disponibilizado o acesso à Internet através de conexão sem fio pela rede 3G, com *roaming* nacional e internacional, destacando ainda a conexão das salas de videoconferência do BNDES à Rede Infovia Brasília².

² Rede que permite a conexão entre os órgãos da Administração Pública.

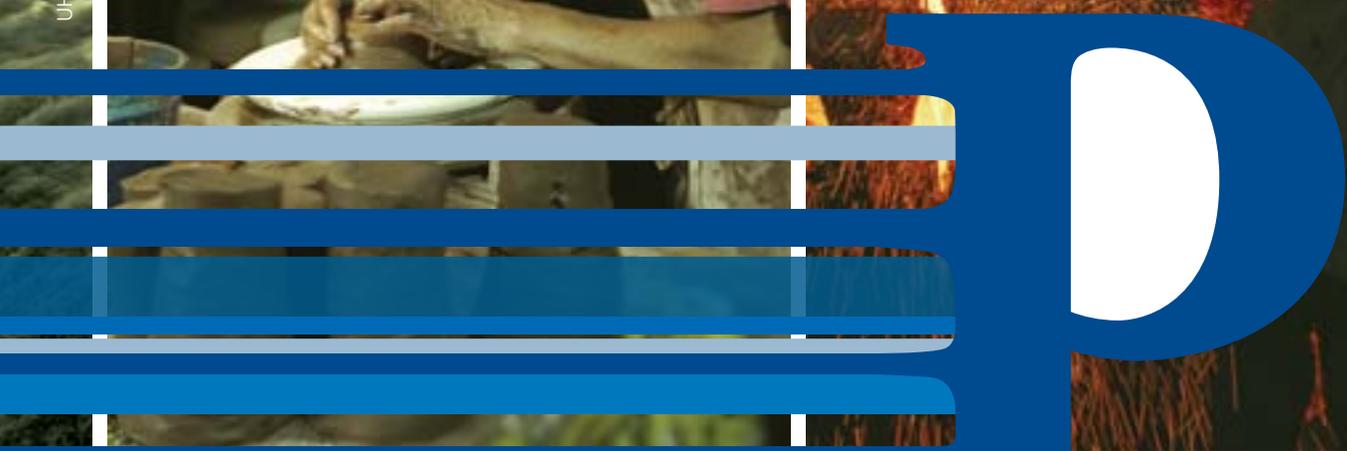
Com relação ao apoio das operações do BNDES e atendimento às exigências do BACEN, foram promovidas diversas ações no campo de desenvolvimento, por meio da condução de vários projetos, dentre os quais se destacaram:

- Automatização dos trabalhos manuais de controle da Área Financeira nos sistemas de controle da dívida e contábil, referentes à captação via CDB (Projeto Captação via CDB);
- Integração dos dados de risco ao Universo da Contabilidade no *Business Objects*;
- Projetos de implantação de novos programas, tais como o Programa de Incentivo à Armazenagem para Empresas Cerealistas Nacionais e a Safra Agrícola 2008/2009;
- Programa Contabilidade 100%;
- Sistema de Garantias;
- Aprimoramento do controle de acesso às informações de TI;
- Lançamento do Portal de Normas;
- Aprimoramento do desenvolvimento de sistemas no BNDES.





UHE Tucuruí - Açoero Eletronorte



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

VISÃO INTEGRADA E SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO

Ao longo de 2008, deu-se continuidade ao processo de Planejamento Corporativo 2009–2014 do BNDES, iniciado em outubro de 2007. Em sequência ao estabelecimento da missão e visão do BNDES e do conjunto de orientações estratégicas definidas na primeira etapa, procedeu-se à construção da estratégia corporativa, em um processo que envolveu diretamente quinhentos funcionários em cerca de cem reuniões e eventos.

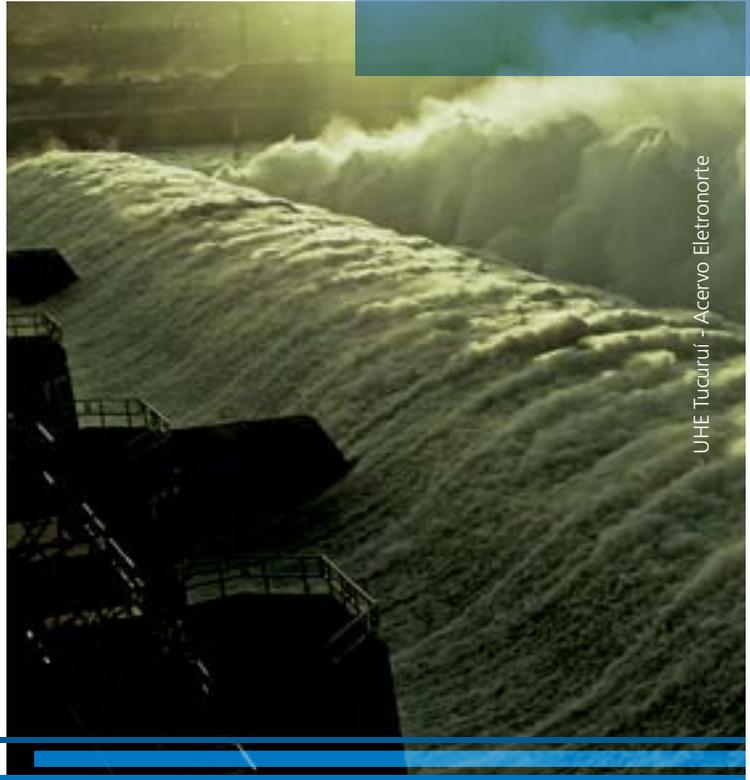
Esse processo resultou na definição da política de atuação do BNDES para o período 2009–2014, que determina a expansão de capacidade na indústria, comércio e serviços, bem como a ampliação da infraestrutura econômica e social, com foco na universalização de serviços e no desenvolvimento do entorno dos grandes projetos.

O Planejamento Corporativo mostrou a importância de o BNDES assumir um papel de vanguarda com a incorporação das dimensões inovação, socioambiental e regional na análise de seus projetos, passando, assim, a fortalecer uma visão integrada e sustentável do desenvolvimento.

Para garantir a implementação da nova estratégia corporativa, foi definida a política de crescimento e fortalecimento do BNDES. Em termos financeiros, tem-se como meta a ampliação da capacidade de captação de recursos, tanto por meio das fontes usuais quanto por intermédio da obtenção de novas fontes, com custos e prazos compatíveis com as condições de financiamento, mesmo no mercado internacional.

Também como resultado do Planejamento Corporativo, iniciou-se o processo de internacionalização do BNDES, por meio da abertura de unidades no exterior, com o objetivo de atuar de forma complementar às suas operações externas, especialmente no que tange ao financiamento às exportações de bens e serviços e ao apoio à internacionalização das empresas nacionais.

O Planejamento Corporativo mostrou também a necessidade de o BNDES colocar em prática uma revisão na sua política de recursos humanos, a fim de promover o desenvolvimento do capital intelectual da Instituição. O foco passa a ser a gestão de competências, alinhada à integração dos processos de trabalho e à articulação entre as diferentes áreas. Deverá ser enfatizada a contínua evolução dos investimentos em tecnologia da informação para assegurar recursos, sistemas, infraestrutura tecnológica e serviços adequados ao desenvolvimento das atividades da Instituição e às demandas dos órgãos de fiscalização e controle. Tais medidas visam primordialmente à construção de uma organização flexível, horizontal e integrada.



UHE Tucuruí - Acervo Eletronorte

Por fim, é fundamental introduzir na rotina permanente do Banco o monitoramento da execução da Estratégia Corporativa. Para tanto, a Estratégia Corporativa foi desdobrada em planos de ação bianuais para cada unidade do BNDES. Esses planos serão monitorados pela metodologia *Balanced Scorecard*, por meio de indicadores corporativos e outros específicos para cada área, como também por projetos corporativos.

MACKED
Cutting Systems





POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO
PRODUTIVO

BNDES NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

No ano de 2008, o BNDES envolveu-se ativamente na concepção, operacionalização e gestão da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), fortalecendo o seu papel como um dos principais agentes de desenvolvimento do País.

O lançamento da PDP foi feito na sede do BNDES, em 12 de maio de 2008. Dessa forma, deu-se continuidade, em bases mais abrangentes, à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) – iniciativa lançada em 2004 e que, ao lado de outras políticas estruturantes, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), marca a retomada de políticas voltadas ao planejamento de longo prazo da economia brasileira.

O objetivo organizador da PDP é a criação de condições que deem sustentação ao crescimento de longo prazo da economia brasileira. Com essa finalidade, a política foi desenhada como um conjunto de programas com metas, que têm por referência o período 2008–2010.

A PDP estabeleceu quatro macrometas orientadoras a serem atingidas até 2010:

- ampliação da taxa de investimento fixo da economia brasileira, para 21% do PIB;
- elevação do dispêndio privado em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para 0,65% do PIB;
- ampliação da participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais para 1,25%;
- aumento, em 10%, do número de micro e pequenas empresas (MPEs) exportadoras em relação a 2006.

Ainda no seu lançamento, a PDP instituiu 32 programas com metas específicas, para cuja condução foram constituídos comitês executivos formados por representantes das instituições de governo pertinentes a cada caso. Conforme mostrado no quadro a seguir, 25 desses programas referem-se a sistemas produtivos (agrupados em três categorias): seis são relacionados a temas estratégicos (“destaques estratégicos”); um último programa está ligado a ações de caráter horizontal (“ações sistêmicas”). O documento de divulgação da política detalha cada um desses programas, apresentando os objetivos, os desafios e as ações a serem empreendidos no período de vigência da PDP.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO: POLÍTICAS EM TRÊS NÍVEIS

AÇÕES SISTÊMICAS: Focadas em fatores geradores de externalidades positivas para o conjunto da estrutura produtiva.

Programas Estruturantes para Sistemas Produtivos: Orientados por objetivos estratégicos, tendo por referência a diversidade da estrutura produtiva doméstica.

Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas	Programas para Fortalecer a Competitividade	Programas para Consolidar e Expandir Liderança
6 programas	12 programas	7 programas

DESTAQUES ESTRATÉGICOS: Temas de políticas públicas escolhidos deliberadamente em razão da sua importância para o desenvolvimento produtivo do País a longo prazo.

Micro e Pequenas Empresas	Exportações	Integração Produtiva da América Latina e Caribe, com Foco no Mercosul
Regionalização	Produção Sustentável	Integração com a África

Na ocasião do lançamento da PDP, também anunciou-se um amplo conjunto de medidas, em sua grande maioria de caráter horizontal, com destaque para investimentos em capital fixo, em inovação e exportações. Parte dessas medidas objetivava a desoneração fiscal-tributária, tendo sido incluída nas Medidas Provisórias (MPs) 428 e 429, que depois foram convertidas nas Leis 11.774/2008 e 11.786/2008, respectivamente. Outro conjunto de medidas teve por finalidade ampliar o volume e melhorar as condições de financiamento.

O envolvimento do BNDES com a PDP iniciou-se no período de montagem da política, ainda em 2007. Houve mobilização das áreas técnicas para a consolidação de diagnósticos relacionados aos temas e aos sistemas produtivos por ela contemplados e para a identificação/sugestão de medidas de políticas pertinentes.

Posteriormente, o Banco foi chamado a participar da estrutura de governança da PDP. O BNDES é membro da Secretaria Executiva (SEX), que dá apoio ao coordenador geral, ministro Miguel Jorge; coordena os Programas para Consolidar e Expandir a Liderança; faz a gestão do comitê executivo de petróleo e gás e integra cada um dos 32 comitês já mencionados.

Como membros do BNDES na SEX, foram indicados o vice-presidente, como representante titular da Instituição, e o diretor de planejamento, pesquisa e gestão de risco, como seu representante-adjunto. Para a coordenação dos Programas para Consolidar e Expandir a Liderança, foram designados os superintendentes da Área Industrial e da Área de Insumos Básicos. E para integrar os Comitês Executivos da PDP foram indicados, por diretores e superintendentes, mais de setenta funcionários, entre chefes de departamento, gerentes e técnicos.

No que se refere às medidas anunciadas na PDP, o BNDES ocupa papel de destaque. O quadro a seguir reúne as medidas referentes ao Banco previstas no documento de divulgação da PDP, indicando o seu estágio de implementação. Todas as medidas previstas estão em plena operação.

MEDIDAS REFERENTES AO BNDES PREVISTAS NO DOCUMENTO DE DIVULGAÇÃO DA PDP

MEDIDAS	IMPLEMENTAÇÃO
Investimento	
<ul style="list-style-type: none"> - Redução de 20% no <i>spread</i> básico médio (de 1,4% a.a. para 1,1% a.a.). - Redução da taxa de intermediação financeira: de 0,8% para 0,5%. 	Aprovadas em 09.05.2008 pela Diretoria. Aplica-se a todas as operações diretas desde junho de 2008 e a todas as indiretas desde 1º de julho de 2008.
Linhas para comercialização de bens de capital: <ul style="list-style-type: none"> - redução de <i>spread</i> básico (de 1,5% a.a. para 0,9% a.a.), duplicação do prazo para a FINAME-Indústria (de 5 para 10 anos) e 100% TJLP. 	Aprovada em 09.05.2008 pela Diretoria. Aplica-se a todas as operações diretas desde junho de 2008 e a todas as indiretas desde 1º de julho de 2008.
Ampliação do <i>funding</i> do BNDES.	A MP 453 (22.1.2009) amplia recursos do BNDES para financiamentos em até R\$ 100 bilhões.
Programa “Novo” Revitaliza.	Sancionado pela Lei 11.786/2008 e com regulamentação final em 31 de outubro de 2008 pela Resolução Bacen 3.630 (alterou a Resolução Bacen 3.596, de 31 de julho). Dotação orçamentária: R\$ 4 bilhões em 2008.

Fonte: BNDES.

MEDIDAS REFERENTES AO BNDES PREVISTAS NO DOCUMENTO DE DIVULGAÇÃO DA PDP

Inovação	
Novas linhas Capital Inovador e Inovação Tecnológica.	Aprovadas em 09.05.2008 pela Diretoria e áreas operacionais.
Regionalização	
Alterações no Programa de Dinamização Regional: - Aumento do nível de participação e acesso direto ao FINEM para Norte e Nordeste, municípios de baixa renda e operações do Programa para o desenvolvimento local no entorno de grandes projetos.	Aprovadas em 09.05.2008 pela Diretoria e áreas operacionais.
Exportação	
Permissão para financiamento em euros com recursos do FAT.	Medida estabelecida pela MP 429, já operacional.

Ainda ao longo de 2008, o BNDES incorporou as orientações e as atividades relacionadas à PDP ao seu dia a dia. Além da participação ativa nos comitês executivos e na SEX, responsáveis pela condução da política após o seu lançamento, o BNDES considerou as orientações da política no seu processo de planejamento corporativo 2009–2014. A política de atuação do BNDES resultante desse processo, com suas diretrizes e prioridades, está em linha com os objetivos e metas estabelecidos na PDP e se reflete nas suas políticas operacionais e orçamentárias.





PROGRAMA DE
ACELERAÇÃO
DO CRESCIMENTO

CARTEIRA ENCERRA 2008 COM R\$ 93,7 BILHÕES EM FINANCIAMENTOS

No ano de 2008, o BNDES consolidou uma carteira potencial de projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no valor de R\$ 93,7 bilhões, que representa uma alavancagem no investimento em R\$ 181 bilhões. As ações relacionadas ao PAC, operacionalizadas, na grande maioria, pelas Áreas de Infraestrutura e de Inclusão Social, são consideradas prioritárias pelo Banco.

Os 287 projetos existentes encontram-se subdivididos da seguinte forma: 113 pertencentes ao eixo Infraestrutura Energética; 104 para Infraestrutura Logística; 55 para Infraestrutura Social e Urbana; 15 para Administração Pública, estes especificamente destinados ao financiamento da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A seguir, é apresentada a demonstração do desempenho da carteira dos projetos em 31 de dezembro de 2008.

EIXOS	CARTEIRA				PERSPECTIVA/ FOMENTOS		TOTAL POTENCIAL	
	Contratadas/ Aprovadas R\$ milhões	Em Análise/ Enquadradas/ Consultas R\$ milhões	TOTAL (a)		(b)		(a + b)	
			R\$ milhões	Nºde projetos	R\$ milhões	Nºde projetos	R\$ milhões	Nºde projetos
Energia	33.738	12.835	46.573	108	6.469	5	53.042	113
Logística	11.922	7.613	19.536	70	16.636	34	36.171	104
Social e Urbana	4.160	205	4.365	55	----	0	4.365	55
Administração Pública	129	56	185	15	----	0	185	15
Total	49.949	20.710	70.659	248	23.105	39	93.764	287

Fonte: BNDES.

O desembolso do BNDES para o PAC já alcançou R\$ 22,8 bilhões, distribuído por eixos de atuação e regiões, conforme mostrado a seguir.

REGIÃO/EIXO ATUAÇÃO	Energia	Logística	Social e Urbana	Admin. Pública	TOTAL	%
Norte	3.706	41	32	4	3.783	17
Nordeste	2.366	676	45	0	3.087	14
Sudeste	5.780	1.618	711	5	8.144	36
Sul	3.320	224	70	--	3.614	16
Centro-Oeste	1.885	--	16	1	1.902	8
Inter-Regional	1.533	765	--	--	2.299	10
TOTAL	18.590	3.324	873	10	22.798	100
%	82	15	4	0	100	

Fonte: BNDES.

PROJETOS COM DESTAQUE EM 2008

Eixo infraestrutura energética

USINA HIDRELÉTRICA SANTO ANTÔNIO. Construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, com capacidade instalada de 3.150 MW, no rio Madeira, no município de Porto Velho (RO), bem como das instalações da linha de transmissão de interesse restrito da central geradora. Projeto aprovado em dezembro, no valor de R\$ 6,1 bilhões e investimento total de R\$ 13,1 bilhões.

USINA HIDRELÉTRICA SIMPLÍCIO. Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 333,7 MW de capacidade instalada de geração, localizada no rio Heropic, na divisa dos municípios de Sapucaia e Três Rios (RJ) e Chiador (MG), bem como do respectivo sistema de transmissão. Projeto contratado em março, no valor de R\$ 1 bilhão e investimento total de R\$ 1,7 bilhão.

USINAS HIDRELÉTRICAS CAÇU E BARRA DOS COQUEIROS. Implantação das usinas hidrelétricas Caçu e Barra dos Coqueiros, com 65 MW e 90 MW, respectivamente, de capacidade instalada de geração, localizadas em Rio Claro, no estado de Goiás, bem como do sistema de transmissão associado. Projeto contratado em julho, no valor de R\$ 543 milhões e investimento total de R\$ 694 milhões.

MEXILHÃO/PLATAFORMA FIXA PMXL-1. Construção de plataforma marítima fixa de exploração de gás natural, com capacidade de produção de 15 milhões de m³/dia, a ser utilizada nos campos de Mexilhão, Cedro e áreas adjacentes, na Bacia de Santos (SP). Empréstimo-ponte contratado em novembro, no valor de R\$ 500 milhões e investimento total de R\$ 1,4 milhão.

Eixo infraestrutura logística

LOG IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A. Construção de cinco navios do tipo *full container*, com capacidade de carga estática de 2.700 TEU cada, a serem construídos pelo estaleiro Eisa, no município do Rio de Janeiro. Projeto contratado em maio, no valor de R\$ 624 milhões e investimento total de R\$ 887 milhões.

CIA. BRASILEIRA DE *OFFSHORE*. Construção de quatro embarcações do tipo MPSV-3000 (multipurpose platform supply vessel), de apoio às plataformas marítimas de petróleo, a cargo do estaleiro Aliança. Projeto aprovado em novembro, no valor de R\$ 221 milhões e investimento total de R\$ 328 milhões.

RODOVIA DO AÇO S.A. – CONCESSÃO BR-393/RJ-ACCIONA. Recuperação e readequação do trecho da BR-393/RJ, no Estado do Rio de Janeiro, desde a divisa com o estado de Minas Gerais até a BR-116, num trecho de 200,4 km de extensão, com previsão de construção de três praças de pedágio. Projeto contratado em dezembro, no valor de R\$ 66 milhões e investimento total de R\$ 343 milhões.

RONDONÓPOLIS. Expansão da malha da ALL-América Latina Logística (antiga Ferronorte), com construção de trecho ferroviário de cerca de 262 km entre Alto Araguaia (MT) e Rondonópolis (MT). Projeto aprovado em dezembro, no valor de R\$ 615 milhões e investimento total de R\$ 780 milhões.

Eixo infraestrutura social urbana

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Expansão e melhoria do sistema de abastecimento de água em Cruzeiro do Sul e de esgotamento sanitário em Rio Branco, beneficiando, respectivamente, 80 mil pessoas e 190 mil pessoas. Projeto contratado em abril, no valor de R\$ 79 milhões e investimento total de R\$ 87 milhões.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA/EXPANSÃO. Ampliação e otimização dos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água em 34 municípios de Minas Gerais, beneficiando, respectivamente, 1,7 milhão de pessoas e 4,3 milhões de pessoas. Financiamento contratado em maio, no valor de R\$ 579 milhões e investimento total de R\$ 682 milhões.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABESP). Ampliação do sistema de esgotamento sanitário da Região Metropolitana de São Paulo, beneficiando uma população de 1,74 milhão de pessoas. Financiamento contratado em maio, no valor de R\$ 174,5 milhões e investimento total de R\$ 195,3 milhões.

SANEAMENTO DE RIO DAS OSTRAS. Execução de obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário e drenagem do município de Rio das Ostras, beneficiando uma população de 62 mil pessoas e atingindo 100% de tratamento do esgoto coletado no município. Projeto contratado em setembro, no valor de R\$ 263 milhões e investimento total de R\$ 376 milhões.

PROJETO MULTISSETORIAL INTEGRADO (PMI) "BEM VIVER" – MUNICÍPIO DE SERRA (ES). Programa Municipal Integrado de Saneamento e Urbanização, visando à melhoria das condições urbanísticas, sociais e ambientais dos bairros Jardim Carapina e Novo Horizonte, selecionados em função de sua situação de vulnerabilidade socioeconômica. Projeto contratado em maio, no valor de R\$ 20 milhões e investimento total de R\$ 35,6 milhões.







INTERNACIONALIZAÇÃO

NOVA ÁREA INTERNACIONAL AMPLIA APOIO AO CRESCIMENTO DE EMPRESAS E EXPORTAÇÕES

O BNDES tem desempenhado nos últimos anos um papel relevante no apoio à inserção internacional das empresas brasileiras, especialmente nos financiamentos à exportação, que, em 2008, superaram US\$ 5 bilhões. Além de financiar o comércio exterior, o BNDES apoia desde 2003 o investimento direto de empresas brasileiras no exterior, por meio de financiamento ou de participação acionária.

O BNDES entende que o reforço de sua atuação internacional e do apoio à internacionalização das empresas brasileiras demanda a formatação de novas estruturas organizacionais. Nesse sentido, alguns passos importantes foram dados em 2008, com o início do processo de constituição de unidades do BNDES no exterior e a criação da Área Internacional (AINT).

O ponto de partida foi a implantação da representação do Banco no Mercosul, com a abertura de um escritório em Montevideú, no Uruguai, para identificar, estruturar e facilitar negócios de interesse do Brasil, em especial nos países do bloco. O passo seguinte foi o início do processo de abertura de uma subsidiária em Londres, na forma de empresa de participações sem atividades financeiras (*investment holding company*).

A AINT foi criada em dezembro de 2008, com o objetivo de estruturar a atuação internacional do Banco com base em uma perspectiva integrada. Cabe à nova área liderar e coordenar a implementação das atividades operacionais e institucionais associadas à atuação internacional do BNDES, em articulação com as demais áreas do Banco.

A AINT também é responsável pela captação de recursos externos e pela estruturação de fundos voltados para a internacionalização da economia brasileira. A unificação da atuação internacional do BNDES, sob a coordenação da AINT, objetiva aumentar a sinergia e dar maior eficácia às ações do Banco de promoção da economia brasileira no exterior. Ao conformar uma estrutura dedicada às operações externas, a área efetuará um trabalho de alcance transversal a outras áreas do BNDES, buscando fontes de recursos mais adequadas a este fim e o desenvolvimento de novos produtos. Dessa forma, estará apoiando de modo mais efetivo a internacionalização de empresas brasileiras.

CAPTAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS MULTILATERAIS E AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Em 2008, o ingresso de recursos de organismos multilaterais e agências governamentais totalizou US\$ 850 milhões. Desse montante, US\$ 750 milhões foram captados junto ao China Development Bank (CDB) e US\$ 100 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

China Development Bank (CDB) – Os recursos do CDB foram fruto de um contrato de empréstimo assinado em 27.12.2007, para repasse de US\$ 750 milhões à Transportadora Gasene S.A., objetivando a construção do gasoduto Sudeste-Nordeste. O Projeto Gasene consiste na construção de um gasoduto de 1.338 quilômetros, conectando o terminal de Cabiúnas, no Rio de Janeiro, à cidade de Catu, na Bahia.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – A bem-sucedida parceria entre o BNDES e o BID, iniciada em dezembro de 1964, levou as duas instituições a assinarem em 2004 um convênio por meio do qual o BID aprovou uma linha de crédito condicional para o BNDES, destinada à execução de três programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPME). Desde a aprovação do convênio entre o BID e o BNDES, foram assinados e executados dois programas: o primeiro foi assinado em 23.9.2005 e seu desembolso final registrou-se em 2007; o último foi firmado em 19.10.2007 e a conclusão dos desembolsos verificou-se em janeiro de 2008, com um aporte de US\$ 100 milhões.

No que diz respeito ao relacionamento do BNDES com organismos internacionais em 2008, merece também destaque o contrato de empréstimo celebrado em 25.12.2008 com o Japan Finance Corporation (JFC), cujo braço externo é o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor de US\$ 250 milhões, a ser integralmente desembolsado em 2009, objetivando a promoção do desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

Captação de Recursos no Mercado

Em 2008, com a expectativa de desembolso em volumes recorde, o BNDES retornou ao mercado internacional com a bem-sucedida repactuação de títulos da dívida externa emitidos em 1998, cujo vencimento se daria em junho. A repactuação, concluída nesse mesmo mês, foi realizada pelo valor original da emissão – US\$ 1 bilhão, a valor de face – com cupom de juros de 6,369% ao ano e novo vencimento em 16 de junho de 2018. A qualidade da estruturação e da execução da operação foi reconhecida pela prestigiada revista *Latin Finance*, que, em sua premiação anual, elegeu a referida transação como a melhor do ano de 2008 na categoria *quasi-sovereign bond/financial institution bond*.

Destaque-se que, entre 2002 e 2007, o BNDES optou por não acessar o mercado de capitais externo em virtude de sua posição confortável de liquidez frente ao volume de desembolsos e das próprias condições de mercado. Avaliou-se que a volatilidade característica do período e as elevadas taxas de juros exigidas pelo mercado em uma eventual captação teriam impacto significativo no custo de seus repasses internos.

Apoio a Exportações

Paralelamente à criação da AINT, o BNDES intensificou seu suporte às exportações de bens e serviços brasileiros. O último trimestre de 2008 foi marcado por uma forte crise de liquidez no mercado mundial, que não deixou de afetar os exportadores brasileiros. O financiamento à exportação chegou a se contrair à metade do existente no ano anterior. Com o objetivo de atenuar os efeitos da escassez de crédito, o BNDES procurou atender às necessidades dos exportadores brasileiros, ampliando seus financiamentos na fase pré-embarque. Os desembolsos nas Linhas BNDES-*exim* Pré-embarque foram de US\$ 4,9 bilhões no ano passado.

Os desembolsos totais nas Linhas BNDES-*exim* alcançaram US\$ 6,6 bilhões em 2008, valor recorde desde a criação das linhas de apoio à exportação no BNDES, em 1990. O valor desembolsado no ano passado representou crescimento de 57% em relação ao ano anterior. Nesse valor, estão incluídos não só os financiamentos na fase pré-embarque destinados a suprir a escassez de crédito no mercado privado, mas também desembolsos em operações referentes à exportação de bens e serviços brasileiros para projetos de infraestrutura, na América Latina e Angola, e ao setor aeronáutico, estruturados ao longo dos últimos anos.







M

MICRO, PEQUENAS E
MÉDIAS EMPRESAS

JUROS EM QUEDA E CONDIÇÕES MAIS FAVORÁVEIS IMPULSIONAM DESEMBOLSOS E AUMENTO DE OPERAÇÕES

Em consonância com as diretrizes do Governo Federal, o apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) é prioridade para o BNDES.

Em 2008, o desembolso total do BNDES alcançou R\$ 90,9 bilhões, com um crescimento de 40% em relação ao ano anterior. Desse total, R\$ 21,8 bilhões, ou 24%, foram aplicados no financiamento das MPMEs, inclusive pessoas físicas, o que representou um crescimento de 36% em relação a 2007. Além disso, foram realizadas 174.111 operações com MPMEs, representando 87,9% das operações totais.

DESEMBOLSO POR PORTE	2007	%	2008	R\$ milhões	
				%	Δ %
Pessoa física	3.939,2	24,5	4.214,8	19,3	7,0
Micro	2.588,1	16,1	3.925,0	18,0	51,7
Pequena	3.460,5	21,5	5.201,1	23,8	50,3
Média	6.078,7	37,8	8.505,3	38,9	39,9
TOTAL	16.066,5	100	21.846,2	100	36,0

Fonte: BNDES.

Em relação aos produtos do BNDES, quatro destacam-se em 2008. O principal é o FINAME, que respondeu por 57,7% do total de desembolso dirigido às MPMEs, com R\$ 12,6 bilhões liberados e mais de 57 mil operações. Em seguida, aparece o FINAME Agrícola, com R\$ 2,5 bilhões, respondendo por 11,6% do total dos desembolsos e por 23.186 operações. O BNDES Automático é o terceiro, com R\$ 1,8 bilhão e participação de 8,2% no total desembolsado. Em 2008, foram realizadas 3.329 operações e observou-se uma redução em relação a 2007, justificada, principalmente, pelo fim de programas como o Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito (Procapcred), o Programa de Competitividade das Empresas do Setor Industrial (Procomp) e o Programa de Refinanciamento de Insumos Agrícolas (Proinsa). O outro produto é o Cartão BNDES, que superou o FINAME no número de operações, com 60.265 em 2008.

Desembolso por produtos	2007	%	2008	R\$ milhões	
				%	Δ %
FINAME	8.881,3	55,3	12.605,9	57,7	41,9
FINAME Agrícola	1.934,8	12,0	2.543,2	11,6	31,4
BNDES Automático	1.872,5	11,7	1.781,5	8,2	-4,9
Programas Agrícolas	1.283,5	8,0	1.592,7	7,3	24,1
FINEM	556,5	3,5	1.278,4	5,9	129,7
FINAME <i>Leasing</i>	834,3	5,2	928,1	4,2	11,2
Cartão BNDES	509,2	3,2	845,7	3,9	66,1
BNDES- <i>exim</i>	41,4	0,3	52,4	0,2	26,7
Outros	153,1	1,0	218,2	1,0	42,5
Total	16.066,5	100	21.846,2	100	36,0

Fonte: BNDES.

O desembolso cresceu, em comparação com o ano anterior, em todas as regiões. A maior variação foi na região Sul, com 55,2%, o que aumentou sua participação no total de desembolsos para 34,4%. A região Sudeste continua com predominância nos desembolsos para MPMEs, com R\$ 8,9 milhões e participação de 40,8%, enquanto a Centro-Oeste respondeu por 11,5%, a Nordeste, por 9,6%, e a Norte, por 3,7%.

Desembolso por produtos	2007	%	2008	R\$ milhões	
				%	Δ %
Centro-Oeste	1.755,8	10,9	2.517,5	11,5	43,4
Norte	690,8	4,3	809,0	3,7	17,1
Nordeste	1.512,1	9,4	2.090,0	9,6	38,2
Sudeste	7.260,3	45,2	8.904,1	40,8	22,6
Sul	4.847,4	30,2	7.525,6	34,4	55,2
TOTAL	16.066,5	100	21.846,2	100	36,0

Condições financeiras mais favoráveis

Fonte: BNDES.

Diversos fatores vêm influenciando o bom desempenho do BNDES em relação às MPMEs. Destacam-se a redução da taxa de juros de longo prazo (TJLP) e as políticas operacionais do BNDES, com a criação de produtos e programas com condições financeiras mais favoráveis para esse segmento.

As MPMEs têm-se beneficiado de condições especiais nos produtos FINAME, FINAME Agrícola, FINAME *Leasing*, BNDES Automático, BNDES-*exim* e programas agrícolas do Governo Federal, que oferecem participação de até 100% no investimento. Em 2008, diversas linhas tiveram redução na taxa de remuneração básica do BNDES, contando até com isenção de cobrança da taxa de intermediação financeira.

A maioria das operações contratadas nos produtos FINAME, FINAME *Leasing* e BNDES Automático tem seu custo financeiro definido pela soma da TJLP, remuneração básica do BNDES e *spread* do agente. Assim como os demais segmentos, as MPMEs beneficiaram-se da queda da TJLP, que, desde 2003, foi praticamente reduzida à metade (de 12% no início de 2003, para 6,25% ao final de 2008). Os *spreads* médios cobrados pelos agentes financeiros também se comportaram de forma favorável, tendo sido reduzidos de 3,5% a.a. em 2003, para 2,9% a.a. em 2008.

As empresas ainda puderam contar com o aumento dos prazos de financiamento das operações nos produtos FINAME, FINAME *Leasing*, BNDES Automático e Cartão BNDES. Nas operações realizadas com as MPMEs em TJLP, os prazos aumentaram de 46 para 52 meses, de 2003 a 2008.

ESTRATÉGIAS PARA FACILITAR O ACESSO AOS RECURSOS DO BNDES

O BNDES vem estabelecendo estratégias para contribuir com a superação da dificuldade de acesso ao crédito por parte das MPMEs, por meio de ações específicas, como a captação de recursos para financiamento; definição de produtos e condições exclusivas nas linhas do BNDES; adoção de políticas indutoras à atuação dos agentes financeiros; criação de mecanismos para superar a falta de garantias na contratação dos financiamentos; e apoio ao desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

Em 2008, o BNDES continuou desenvolvendo ações para incrementar ainda mais o seu apoio às MPMEs, a exemplo do aperfeiçoamento no Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC) e do desenvolvimento do FINAME Internet, um novo produto.

No caso do FGPC, o objetivo foi transformá-lo num instrumento ágil e efetivo de viabilização do acesso ao crédito pelas MPMEs. Nesse sentido, foram introduzidas melhorias nos mecanismos de gestão, além de serem instituídas regras para acordos. Foi criado, ainda, um departamento específico no BNDES para administrar o FGPC, propor políticas e gerir outros instrumentos de garantia de crédito.

O FINAME Internet foi desenvolvido ao longo de 2008 e deverá ser implementado até 2010. Tem como objetivo melhorar o acesso das MPMEs aos financiamentos. As negociações serão realizadas por intermédio

de um portal, que colocará as demandas de financiamento do micro ou pequeno empresário frente aos vários agentes financeiros. No portal, o micro ou pequeno empresário terá ainda à sua disposição informações sobre os equipamentos cadastrados e as condições financeiras dos produtos e programas do BNDES direcionados e disponíveis para as MPMEs. A expectativa é que, ao promover maior competição entre os agentes pelas operações, o portal contribua para ampliar o acesso dessas empresas aos recursos do BNDES, com redução dos *spreads* e aumento dos prazos das operações.

RENDA VARIÁVEL

Em função da reconhecida importância das pequenas empresas inovadoras para o desenvolvimento nacional, tanto no âmbito da geração de empregos e de renda quanto na produção de novas tecnologias, o BNDES criou em 2007 o Programa Criatec, voltado para atender à necessidade de capitalização dessas empresas, que têm dificuldade de acesso a recursos por meio dos financiamentos tradicionais.

Ao longo de 2008, o Programa Criatec selecionou sete gestores regionais: Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. A distribuição geográfica destes polos de atuação em várias regiões do Brasil reflete a tentativa do BNDES de promover o acesso a seus recursos para empresas de todo o País. A carteira do Criatec conta com 11 empresas, com um investimento médio aprovado de R\$ 1,4 milhão por empresa, no montante total de R\$ 15,4 milhões.

Além do Programa Criatec, o BNDES também apoia a ampliação da capacidade de inovação nas pequenas e médias empresas, tanto por meio de investimentos diretos em participação acionária, quanto indiretamente, por intermédio de fundos de *venture capital*.







APOIO À
INOVAÇÃO

PRIORIDADE ESTRATÉGICA PARA IMPULSIONAR A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

O apoio à inovação é definido como prioridade estratégica para o BNDES, em razão, principalmente, do seu caráter fundamental no aumento de produtividade e competitividade das empresas, bem como na criação de riqueza para o País.

O objetivo do BNDES é contribuir para o aumento das atividades inovadoras no País e para a sua realização em caráter sistemático. Para tanto, realiza ações de apoio que combinam instrumentos financeiros diversos, tanto de renda fixa quanto de renda variável, extensivas a todos os setores da Economia.

No ano de 2006, o BNDES criou suas primeiras linhas de apoio horizontal: a Linha Inovação PD&I e a Linha Inovação Produção. No mesmo ano, foi lançado o Fundo Tecnológico (FUNTEC), com o objetivo de apoiar projetos que estimulem o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o País, em conformidade com os programas e políticas do Governo Federal.

Em 2008, buscando reformular seu apoio à inovação, o BNDES criou duas novas linhas em substituição às anteriormente vigentes: a Capital Inovador e a Inovação Tecnológica.

A Linha Capital Inovador tem como finalidade apoiar empresas no desenvolvimento de capacidade para empreender atividades inovativas em caráter sistemático. Isso compreende investimentos tanto em capitais tangíveis quanto em capitais intangíveis.

A Linha Inovação Tecnológica visa apoiar projetos de inovação de natureza tecnológica que busquem o desenvolvimento de produtos e/ou processos novos ou significativamente aprimorados e que envolvam risco tecnológico e oportunidades de mercado.

Até 2007, as regras do FUNTEC estabeleciam que 70% dos seus recursos deveriam ser destinados a projetos de energias renováveis provenientes da biomassa; semicondutores, softwares e soluções biotecnológicas voltadas para o desenvolvimento da agropecuária brasileira; medicamentos e insumos para doenças negligenciadas e fármacos obtidos por biotecnologia avançada.

Em 2008, com a mudança de prioridades, 85% dos recursos do fundo passaram a se destinar a projetos voltados para o enfrentamento de questões relacionadas a:

- Energias renováveis;
- Meio ambiente, em projetos voltados para o controle de emissões de veículos e de indústrias;
- Saúde, especificamente princípios ativos e medicamentos para doenças negligenciadas, fármacos obtidos por biotecnologia avançada e apoio à construção de infraestrutura de inovação em saúde, envolvendo biotérios, pesquisa pré-clínica e pesquisa clínica.

Em função da reconhecida importância das pequenas empresas inovadoras para o desenvolvimento nacional, o BNDES criou em 2007 o Programa Criatec, um fundo de capital semente destinado a capitalizar empresas nascentes e a prover-lhes adequado apoio gerencial.

Ao longo de 2008, o Programa Criatec selecionou sete gestores regionais: Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. A distribuição geográfica reflete a busca do BNDES em promover o acesso a seus recursos para empresas de todo o País. A carteira de empresas investidas pelo Programa Criatec conta com 11 companhias, com um investimento médio aprovado de R\$ 1,4 milhão por empresa, no montante total de R\$ 15,4 milhões.

Nova metodologia para análise de intangíveis

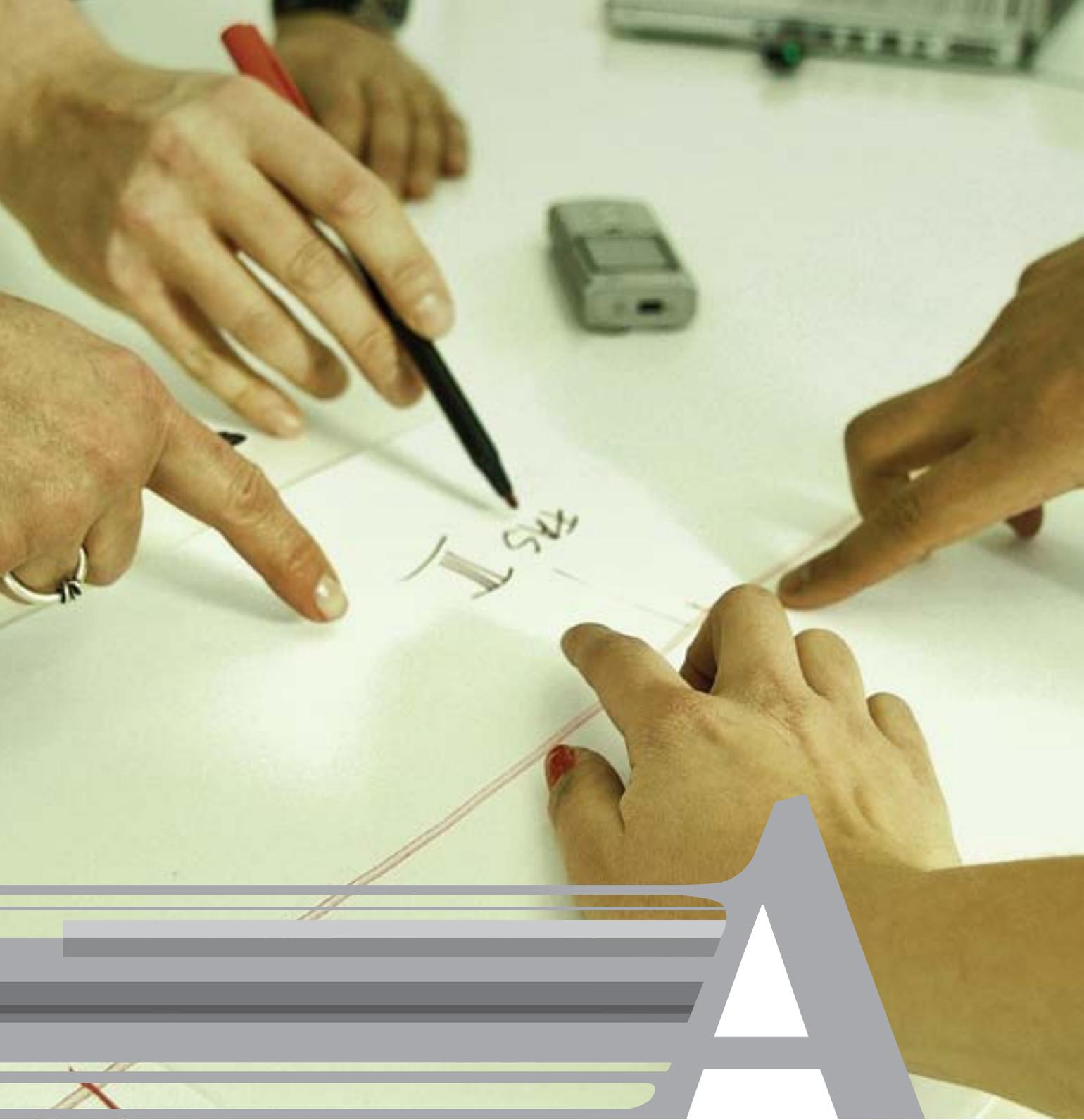
A crescente importância do conhecimento como fator de sucesso competitivo em diferentes mercados impôs novas estratégias de diferenciação às empresas, como o fortalecimento de sua estrutura de capital intangível. De acordo com a norma IAS 38, de 1998, capitais intangíveis são os “ativos não monetários internos da empresa, sem substância física, fundamentais para o fornecimento de bens e serviços e do qual sejam esperados benefícios econômicos futuros”. São descritas dessa forma, com frequência, a capacidade e a habilidade da empresa em atividades como inovação, relacionamento com clientes e fornecedores, organização, planejamento e execução de estratégias.

É insuficiente avaliar uma empresa apenas por suas demonstrações contábeis, pois estas representam o desempenho passado. O capital intangível pode, muitas vezes, explicar o descolamento entre seu valor contábil e o valor de mercado, na medida em que revela suas perspectivas futuras.

Ao longo de sua história, o BNDES teve de adaptar sua missão às necessidades do País e ao paradigma internacional. Como parte desse desafio, estão a avaliação de ativos intangíveis e o incentivo ao fortalecimento desses ativos nas empresas brasileiras.

Nesse contexto, o BNDES já iniciou esforços para incorporar metodologia de avaliação de ativos intangíveis em suas rotinas. Estão sendo aperfeiçoadas métricas para a avaliação desses ativos como parte de uma nova metodologia, mais ampla, denominada Metodologia de Avaliação Qualitativa de Empresas, que inclui outros fatores também fundamentais para a análise de uma empresa. Tal metodologia poderá ser utilizada com diferentes fins dentro do BNDES, desde a análise de projetos de financiamento até cálculo de *rating*.





ÁREA DE
ESTRUTURAÇÃO
DE PROJETOS

SUPERANDO GARGALOS COM ALTO RIGOR TÉCNICO E QUALIDADE

A superação de gargalos de infraestrutura e restrições de capacidade produtiva depende de investimentos públicos estruturantes, que podem ser em parte viabilizados por meio de concessões públicas ou parcerias público-privadas (PPPs). Tendo em vista que tais empreendimentos requerem um trabalho complexo de elaboração de projetos pelo setor público, o BNDES tem concentrado seus esforços nessa etapa de fomento e estruturação, prestando assessoria técnica e suporte aos governos para o desenvolvimento e a concretização de políticas públicas.

Nesse sentido, o presidente da República editou o Decreto 6.322, de 21.12.2007, que alterou o Estatuto Social do BNDES, listando entre suas atribuições a estruturação de projetos. Em face dessa nova atribuição, o BNDES instituiu a Área de Estruturação de Projetos (AEP), encarregada de estruturar projetos de concessões públicas e PPPs para a União, estados e municípios.

A atividade aqui denominada “estruturação de projetos” é prévia à sua implantação e não se confunde com a atividade tradicional do BNDES de financiar os empreendimentos.

O financiamento de um projeto de concessão pública pressupõe a prévia realização de uma série de tarefas que conduzem à licitação e à outorga do empreendimento, tais como: (i) Estudos técnicos de engenharia e demanda; (ii) Definição das características do projeto; (iii) Estimativa do valor do investimento; (iv) Definição do modelo de leilão e da estrutura tarifária para exploração do serviço; (v) Especificação da contrapartida pública nos investimentos, se necessária; (vi) Estabelecimento dos parâmetros de qualidade e desempenho do serviço público a ser prestado; (vii) Acompanhamento e aprovação de todas essas etapas pelos órgãos de controle e pelo poder concedente, após um longo processo, que envolve também consulta pública à sociedade. Esse é o conjunto de tarefas aqui denominado “estruturação de projetos”.

A elaboração de um projeto público começa com a sua concepção e termina com a celebração do instrumento que permitirá o efetivo início da exploração do serviço público, seja por concessão pública ou PPP. Esse “ciclo de estruturação do projeto” compreende um conjunto complexo de atividades, que exigem coordenação, emprego da melhor técnica, alinhamento com políticas públicas e comprometimento político.

É preciso ressaltar que esses projetos representam investimentos vultosos que envolvem riscos para o ente público, para o investidor privado e para o agente financiador. Por esse motivo, é fundamental um trabalho rigorosamente técnico para dimensionar os investimentos necessários, utilizando projeções e análises prospectivas, mitigação de riscos e repartição de responsabilidades entre os atores. Além disso, é indispensável conferir transparência e impessoalidade ao processo.

Dessa forma, o BNDES, por meio da AEP, procura identificar, fomentar, apoiar e realizar a estruturação de concessões públicas e PPPs, criando condições para viabilizar projetos de infraestrutura com a participação de recursos privados. Para atingir esses objetivos, foram desenvolvidos o Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), a Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), em parceria com oito instituições financeiras nacionais, e um fundo multilateral no qual o BNDES conta com a parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do International Finance Corporation (IFC), cujas atribuições são complementares, conforme descrito a seguir:

	Descrição	Foco
Fundo de Estruturação de Projetos (FEP)	Fundo estatutário do orçamento de aplicações do BNDES. Dotação inicial de R\$ 20 milhões (2008). http://www.bndes.gov.br/programas/outros/fep.asp	Estudos ou pesquisas técnicas que, direta ou indiretamente, propiciem a geração de projetos de caráter estratégico e estruturantes.
Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP)	Sociedade anônima de capital fechado com participação de bancos privados e da BNDESPAR. Capital de até R\$ 100 milhões ao longo de 10 anos. http://www.ebpbrasil.com	Projetos de infraestrutura com atratividade para o setor privado. Requer o pagamento da estruturação do projeto à EBP pelo licitante vencedor da concessão (art. 21 da Lei 8.987/1995).
Fundo Multilateral (BNDESPAR, IFC e BID)	Fundo administrado pelo IFC com recursos da BNDESPAR e dos organismos multilaterais. Capital de US\$ 3,99 milhões.	Projetos-piloto de concessões ou PPP.

Fonte: BNDES.

Em 2008, destacaram-se as seguintes atividades de estruturação de projetos do BNDES:

Concessões rodoviárias. Concluídos os estudos técnicos, com apoio técnico e financeiro do BNDES e do IFC, foi estruturada e licitada a Concessão da BR 116/324, sistema rodoviário localizado no estado da Bahia, da divisa com Minas Gerais até a cidade de Salvador, que prevê investimentos de R\$ 1,95 bilhão. O projeto foi licitado com sucesso em janeiro de 2009 e inaugura um novo modelo contratual para as concessões rodoviárias federais, baseado na qualidade do serviço assegurado por parâmetros objetivos de desempenho. Além disso, o BNDES assessoria a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Ministério dos Transportes na estruturação de concessões para outros seis trechos rodoviários, cujos estudos foram iniciados, e o leilão está previsto para 2009: BR 116, BR 040 e BR 381, em Minas Gerais, trechos da BR 101, no Espírito Santo e na Bahia e BR 470, em Santa Catarina. Os trechos fazem parte da 3ª Etapa de Concessões Rodoviárias Federais, que deve seguir o modelo estabelecido pela BR 116/324 BA.

Trem de Alta Velocidade. O BNDES é responsável pela contratação e coordenação dos estudos técnicos relacionados ao Projeto Trem de Alta Velocidade entre Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. O Banco trabalha na estruturação desse projeto em parceria com o BID, sob a coordenação do Ministério dos Transportes e da ANTT.

Petróleo e gás. Iniciou-se o estudo para diagnóstico de alternativas regulatórias, institucionais e financeiras para exploração e produção de petróleo e gás, bem como o desenvolvimento industrial da cadeia produtiva do setor no Brasil. Com previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2009, esse estudo financiado com recursos do FEP subsidiará o debate sobre os modelos mais apropriados ao desenvolvimento do potencial brasileiro no setor.

Setor aéreo. Com base em acordos de cooperação técnica celebrados com o Ministério da Defesa, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), serão financiados estudos para subsidiar o planejamento setorial e viabilizar a estruturação de projetos e investimentos no setor. Merece destaque o estudo para reestruturação da Infraero, que tem por objetivo transformá-la em companhia aberta, propor modelos alternativos de gestão e/ou de configurações empresariais. Outro trabalho é o estudo para diagnóstico e proposição de políticas públicas para o setor de transporte aéreo no Brasil, com início previsto para 2009.

Concessões aeroportuárias. Em linha com o Decreto 6.373, de 14.02.2008, que incluiu no Programa Nacional de Desestatização a concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, na região metropolitana de Natal (RN), foram iniciados os estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica para estruturação desse projeto, que será a primeira concessão aeroportuária federal. A conclusão dos estudos está prevista para o primeiro semestre de 2009.

Projetos estaduais e municipais. O BNDES tem atuado na identificação de projetos estaduais e municipais que possam ser viabilizados mediante concessões públicas ou PPPs. Como resultado desse trabalho, já foram iniciados os estudos para estruturação da concessão do Sistema Rodoviário Estadual BA 093, que abrange a região metropolitana de Salvador. Contratados com recursos do Fundo Multilateral, os estudos têm conclusão prevista para o primeiro semestre de 2009.





MEIO AMBIENTE

O BANCO É O GESTOR DO FUNDO AMAZÔNIA, QUE CAPTA RECURSOS PARA PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA FLORESTA

A floresta amazônica é a maior floresta tropical do planeta e tem uma extensão total aproximada de 5,5 milhões de km², dos quais 60% estão em território brasileiro.

Na Amazônia, estão armazenadas mais de 100 trilhões de toneladas de carbono, o que evidencia a sua grande importância para a estabilidade ambiental do planeta. A floresta libera mais de sete trilhões de toneladas de água anualmente para a atmosfera, via evapotranspiração, e seus rios são responsáveis por cerca de 20% de toda a água doce despejada nos oceanos pelos rios de todo o mundo.

A importância da região para a humanidade não se restringe à questão do equilíbrio ecológico do planeta. A Amazônia abriga 33% das florestas tropicais do globo e cerca de 30% das espécies conhecidas de flora e fauna. A região é habitada por povos indígenas e populações tradicionais, além de conter um inestimável patrimônio econômico representado por sua biodiversidade (recursos alimentares, florestais, medicinais, energéticos e minerais).

Hoje, o governo brasileiro vem enfrentando uma grande ameaça a esse patrimônio da humanidade – o processo de desmatamento da Amazônia –, que está levando à extinção de diversas espécies, muitas delas nem sequer identificadas pelo homem. Além da perda da biodiversidade, o desmatamento da Amazônia é atualmente o principal fator de emissão de gases de efeito estufa no Brasil.

Para combater o desmatamento e, conseqüentemente, reduzir as emissões, o governo brasileiro lançou um programa que visa à captação de recursos para investimentos em projetos que possam contribuir direta ou indiretamente para a preservação da floresta.

Após o processo de elaboração, realizado em conjunto com o Sistema Florestal Brasileiro, o Ministério do Meio Ambiente e o BNDES, foi criado o Fundo Amazônia. Seu objetivo central é captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico.

O Fundo Amazônia promoverá, ainda, a implementação de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais – colaborando para multiplicar, por intermédio da captação de doações voluntárias, os projetos de incentivo à redução das emissões oriundas do desmatamento –, baseados em desempenhos prévios de redução de emissões.

A captação de recursos para o Fundo Amazônia está relacionada à efetiva redução de emissões de CO₂ causadas pelo desmatamento. Ou seja, capta-se recurso para o fundo apenas quando existe redução de emissões.

O Fundo Amazônia tem como gestor o BNDES e será operacionalizado pela sua Área de Meio Ambiente. As iniciativas a serem apoiadas podem ser classificadas em quatro grandes categorias:

- Fomento a atividades produtivas sustentáveis de produção, comercialização e uso dos recursos naturais do bioma amazônico que se constituam em alternativas aos empreendimentos que, direta ou indiretamente, concorrem hoje para o desmatamento;
- Conservação de Áreas Protegidas;
- Desenvolvimento científico e tecnológico ligado ao uso sustentável da biodiversidade;
- Modernização e desenvolvimento institucional de órgãos atuantes na região amazônica.

A cada contribuição ao Fundo Amazônia, o BNDES emitirá um diploma, identificando o doador e a parcela de suas contribuições ao esforço de redução das emissões.

A administração do Fundo Amazônia também conta com um comitê orientador – composto de representantes do governo federal, das administrações estaduais e de membros da sociedade civil –, que responde pelas diretrizes estratégicas do Fundo, e com um comitê técnico, responsável por atestar a efetividade das reduções das emissões originadas do desmatamento, o que define o montante a ser captado a cada ano pelo Fundo Amazônia.

O BNDES também será responsável pela prestação de contas à sociedade sobre as atividades do Fundo Amazônia, que será auditado de maneira independente para verificar a correta aplicação de seus recursos.





INDÚSTRIA
CULTURAL

INVESTIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA CULTURA

Desde 1995, o BNDES apoia de forma sistemática ações na área da cultura, notadamente em cinema, patrimônio histórico e acervos, e, mais recentemente, também atividades relacionadas à economia da cultura, destacadamente nas cadeias produtivas do audiovisual e editorial.

Desde 2006, tais ações são da competência do Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo (DECULT), criado com o objetivo de reunir em uma única unidade operacional todos os instrumentos e as ações de suporte ao setor cultural.

O DECULT tem por missão estratégica desenvolver a cadeia produtiva da economia da cultura, reposicionando a atuação do BNDES no setor cultural, o que significa mudar de uma concepção de patrocínio e retorno de imagem para uma postura de estruturação e desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas envolvidas. Tal mudança tem demandado a criação de mecanismos de financiamento mais adequados às suas necessidades e uma nova abordagem diante dos projetos apoiados com recursos não reembolsáveis. O Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Audiovisual (Procult), os Fundos de Financiamento à Indústria Cinematográfica (Funcines), a adoção de novas modalidades de garantia, a combinação de financiamento com aporte de recursos não reembolsáveis e os projetos de restauro de patrimônio histórico em cidades-polo são alguns exemplos desse novo posicionamento do BNDES no setor cultural.

A criação do Fundo Cultural, com dotação de R\$ 80 milhões, permitirá a expansão do apoio do Banco à preservação do patrimônio histórico nacional, agregando investimentos que se traduzam em desenvolvimento, por meio da conjugação das necessidades de restauração de bens do patrimônio público com as oportunidades de dinamização do turismo e revitalização urbana locais. Isso permitirá a melhoria do uso público das edificações restauradas e da gestão dos monumentos. O Fundo Cultural viabilizará, ainda, a ampliação da atuação do BNDES no setor de cultura, nos eixos definidos como prioritários: Patrimônio histórico e acervos; Integração de turismo e cultura; Música; Animação.

	Aprovações em 2008		Desembolsos em 2008
	Nº de Projetos	R\$ Mil	R\$ Mil
Recursos não reembolsáveis			
Patrimônio histórico	22	33.619	16.038
Acervos	25	8.000	4.017
Outros bens e serviços culturais	6	1.964	1.618
Renda variável			
Edital de cinema	18	12.450	11.001
Empréstimo (recursos reembolsáveis)			
Editoras	1	141.636	29.528
Procult	5	14.663	22.270

Fonte: BNDES.

Segundo Maior Patrocinador do Cinema Nacional

A produção cinematográfica brasileira tem sido objeto de apoio do BNDES desde 1995. Pela vertente dos recursos provenientes da aplicação da Lei do Audiovisual, foram contemplados desde então, por meio de edital de seleção pública anual, 322 projetos, que fizeram jus a investimentos de mais de R\$ 118 milhões. Hoje, o BNDES é o segundo maior investidor no cinema nacional. Apenas no ano de 2008, foram selecionados 18 novos projetos, no valor total de R\$ 12,45 milhões.

O BNDES apoia, ainda, o setor de audiovisual por intermédio de operações de financiamento, por meio do Procult, e de investimento em Funcines. Em 2008, foram aprovados, no âmbito do Procult, cinco novos projetos de financiamento ao setor do audiovisual, no valor total de R\$ 14,7 milhões.

Cabe destacar em 2008 o apoio do BNDES a dois projetos de coprodução internacional de seriados de animação para TV, em moldes inovadores, combinando financiamento com recursos não reembolsáveis.

Apoio à Preservação do Patrimônio Histórico Nacional

Com a utilização de aplicações não reembolsáveis integralmente dedutíveis como incentivos fiscais, o BNDES tem viabilizado a implementação de projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), no âmbito da Lei 8.313, de 23.12.1991 (Lei Rouanet).

Esse apoio tem sido direcionado, prioritariamente, a investimentos em obras de restauro, conservação e adaptação de patrimônio histórico nacional tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para tal, o Banco dispõe de regulamento para patrocínio a projetos relativos ao patrimônio histórico e arqueológico brasileiro, no âmbito da Lei Rouanet, no qual estão fixados os parâmetros para a apresentação de projetos, que têm de estar aprovados pelo Ministério da Cultura e enquadrados no art. 18 da referida lei (dedução fiscal de 100% do valor do patrocínio).

Desde 1997, já foram destinados cerca de R\$ 125 milhões para mais de 120 projetos de revitalização e restauro de edificações. Esses apoios consolidaram a posição do BNDES como maior promotor da conservação do patrimônio histórico brasileiro.

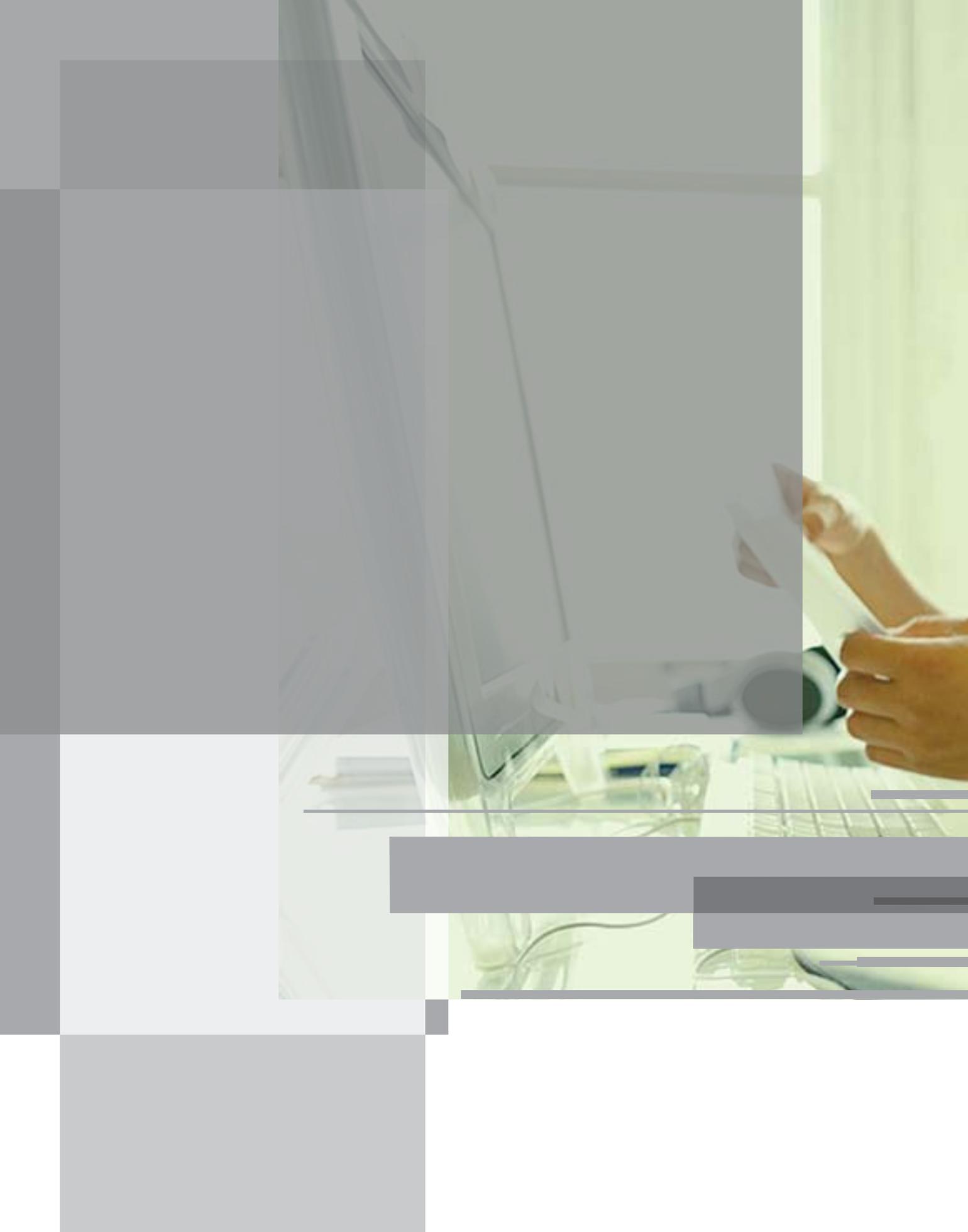
No ano de 2008, foram aprovados 22 novos projetos, no valor total de R\$ 33,6 milhões, e desembolsados R\$ 16 milhões para as obras de restauração. A expectativa é de que esse patamar seja superado nos próximos anos com a complementação de recursos do Fundo Cultural da ordem de R\$ 7 milhões/ano.

Edital de Acervos

Também com recursos de natureza não reembolsável, mas nesse caso com base no art. 9º, inciso V, de seu Estatuto Social, o BNDES desenvolve desde 2004 o Programa de Preservação de Acervos, destinado a ações de recuperação de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, de relevância cultural e histórica. O apoio abrange catalogação, higienização e acondicionamento, restauração, gerenciamento ambiental, instalação de sistemas de segurança e investimentos em infraestrutura. Tal programa é operacionalizado por meio de edital público de seleção anual. Nos três últimos anos, já foram contemplados 69 projetos, com valor total de R\$ 16 milhões.

Em 2008, o BNDES incorporou 25 novos projetos à sua carteira, perfazendo um total de R\$ 8 milhões. Para as obras de recuperação dos acervos, foram desembolsados R\$ 4 milhões.







ÁREA DE
CAPITAL
EMPREENDEDOR

APOIO EM RENDA VARIÁVEL PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

A Área de Capital Empreendedor (ACE) é responsável pelas operações de apoio financeiro a pequenas e médias empresas (PMEs) nacionais, com a utilização de instrumentos financeiros de renda variável. Participa das etapas de fomento, estruturação, investimento, acompanhamento e desinvestimento desses ativos na carteira da BNDESPAR, além de apoiar as demais áreas operacionais do Sistema BNDES na utilização desses instrumentos financeiros em suas operações.

No fim do exercício de 2008, a carteira de ativos de renda variável da BNDESPAR administrados pela ACE, composta de ações, bônus, debêntures (participações diretas) e fundos de investimento (participações indiretas), era a seguinte:

Carteira da ACE em 2008	
Número de Empresas	117
Número de Fundos	25
Valor de Mercado (R\$ milhões)	1.206

Fonte: BNDES.

Considerando investimentos e vendas de ativos das suas participações diretas e indiretas, a ACE realizou em 2008 uma movimentação financeira aproximada de R\$ 678 milhões – cerca de R\$ 528 milhões decorrentes de operações de investimento, R\$ 148 milhões oriundos de desinvestimentos, além de pouco mais de R\$ 2 milhões em recebimentos provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio.

Ao longo do ano de 2008, a ACE realizou operações de investimento direto em 17 empresas de pequeno e médio portes no total de R\$ 377 milhões, sendo nove empresas novas, e também efetuou operações de desinvestimento direto de sete delas no montante de R\$ 112 milhões, sendo dois desinvestimentos integrais.

Já nas participações indiretas em empresas por meio de cotas de fundos de investimento, foram aprovados investimentos em 32 empresas, em que trinta são novas, e desinvestimentos de seis delas. Além disso, a ACE integralizou cotas em 17 fundos, no valor total de R\$ 151 milhões, e amortizou ou resgatou cotas em 13 fundos, na soma de R\$ 36 milhões.

Com relação às atividades dos comitês de investimento dos fundos, formados por representantes indicados pelos cotistas, entre eles a BNDESPAR, foram aprovados investimentos no montante aproximado de R\$ 943 milhões e desinvestimentos de R\$ 725 milhões.

A BNDESPAR apoiou a constituição de oito novos fundos de *private equity* e *venture capital*, dos quais cinco foram aprovados pela Diretoria do BNDES no exercício de 2008 e mais três já tiveram seus gestores selecionados e se encontram em fase de estruturação. O patrimônio comprometido pela BNDESPAR nos fundos aprovados é de R\$ 327,6 milhões, e o patrimônio comprometido total nos fundos aprovados é de R\$ 1,5 bilhão, proporcionando uma alavancagem de cinco vezes sobre os valores investidos pela BNDESPAR. Também foi aprovado o Novo Programa de Fundos, com orçamento de R\$ 1,5 bilhão para a criação de dez novos fundos, sendo oito de *private equity* e dois de *venture capital*, a ser desembolsado ao longo de cinco anos contados a partir do segundo semestre de 2009. Em função do efeito multiplicador dos investimentos da BNDESPAR na captação de recursos, estima-se que os fundos do Novo Programa serão capazes de formar um patrimônio comprometido total de R\$ 7,5 bilhões.

Entre os investimentos diretos realizados em 2008, destacam-se a subscrição e a integralização de ações emitidas pela Laticínios Bom Gosto S.A., no montante de R\$ 200 milhões. Os recursos foram utilizados para, entre outros projetos, apoiar o processo de fusão da companhia com outra empresa do setor de laticínios. Ainda na carteira de ativos diretos, tem destaque o desinvestimento total da participação da BNDESPAR na empresa Nutrella Alimentos S.A., no valor aproximado de R\$ 61 milhões.

Com relação às participações indiretas, merece destaque o desempenho do Fundo Criatec, focado no apoio a pequenas empresas inovadoras, que ao longo de 2008 selecionou sete gestores regionais: Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. A distribuição geográfica desses polos de atuação do fundo em várias regiões do Brasil reflete a busca do BNDES em promover o acesso a seus recursos para empresas de todo o País. No mesmo período, o Comitê de Investimentos do Criatec aprovou investimentos em 11 empresas, perfazendo o montante total de R\$ 15,4 milhões.

Além das operações de investimento e desinvestimento, a atividade de acompanhamento dos ativos diretos e indiretos da carteira envolveu a participação de representantes do Sistema BNDES em reuniões de Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais e Comitês de Investimentos, além de eventos importantes do setor de empresas emergentes, tais como o Congresso ABVCAP 2008 e o *World Dairy Summit* 2008.





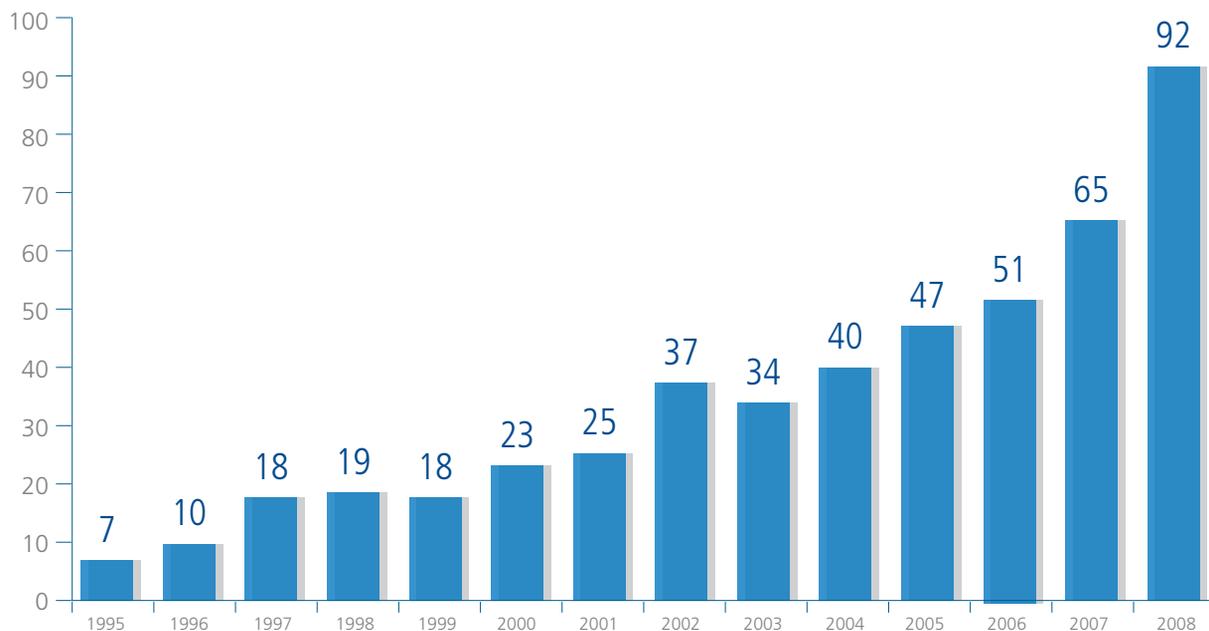
B BNDES EM NÚMEROS

DESEMBOLSOS

O ciclo de investimentos que a economia brasileira vivenciou, de 2003 a meados do segundo semestre de 2008, foi acompanhado de forte aumento na demanda pelos recursos do BNDES. Em 2008, o desembolso do Banco atingiu o recorde histórico de R\$ 92,2 bilhões (gráfico 1). Trata-se de uma elevação de 42% na comparação com 2007, quando se registrou desembolso de R\$ 64,9 bilhões.

Gráfico 1

Evolução do desembolso –1995-2008
(Em R\$ bilhões)



Fonte: BNDES.

SETOR

Desse total liberado, 82% foram destinados à indústria (43%) e à infraestrutura (39%). O desembolso à indústria elevou-se 48% entre 2007 e 2008, enquanto a infraestrutura apresentou crescimento de 37% na mesma base de comparação.

Gráfico 2

Desembolso do BNDES por setor – 2008
(Em R\$ bilhões)

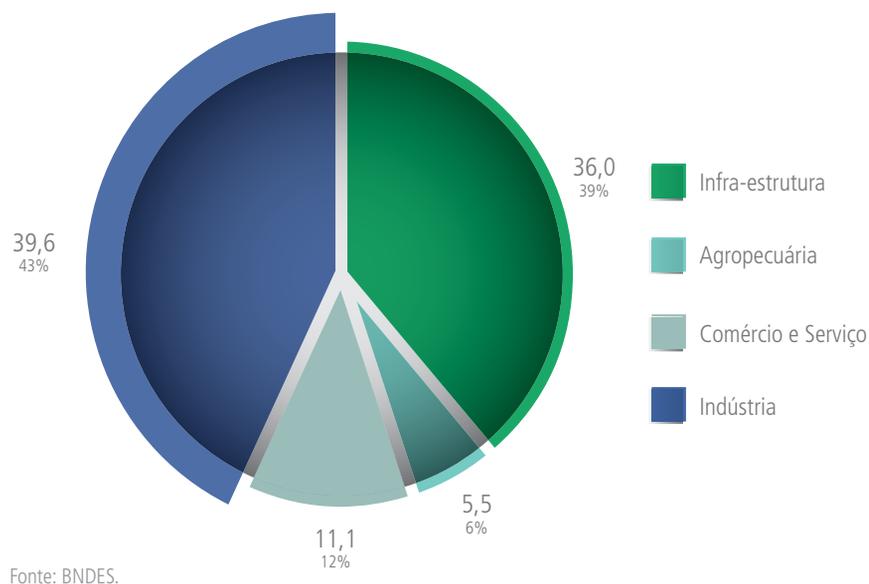


Tabela 1 - DESEMBOLSO DO BNDES POR SETOR (R\$ bilhões)

SETORES	2006	2007	2008	Taxa de crescimento em %	
				2007/2006	2008/2007
Indústria	27,1	26,4	39,0	-2,5	47,6
Infraestrutura	15,8	25,6	35,1	62,1	36,9
Agropecuária	3,4	5,0	5,6	46,0	11,9
Comércio/Serviços	5,0	7,8	11,2	57,5	42,9
Outros	--	--	1,4	--	--
TOTAL	51,3	64,9	92,2	26,5	42,1

Fonte: BNDES.

O bom desempenho da indústria em 2008 reflete projetos em áreas como alimentos e bebidas, material de transporte e química/petroquímica, que somaram R\$ 23,2 bilhões, isto é, cerca de 60% das liberações para o setor – com crescimento de 111% e 58,4% e 31,5%, respectivamente, em relação a 2007. O desembolso para a extrativa mineral, por sua vez, cresceu 215%, ainda que representem uma fatia pequena do total do desembolso para a indústria (tabela 2).

Na infraestrutura, sobressai o desembolso ao setor de transporte rodoviário – R\$ 13,8 bilhões –, seguido por energia elétrica – R\$ 8,6 bilhões. Outro destaque foi a área de telecomunicações, que apresentou uma taxa de crescimento de 83% entre 2008 e 2007 – a maior taxa do setor de infraestrutura.

Tabela 2 - DESEMBOLSO DO BNDES POR PRINCIPAIS SETORES (R\$ bilhões)					
SETORES	2006	2007	2008	Tx. de crescimento em %	
				2007/2006	2008/2007
INDÚSTRIA	27,1	26,4	39,0	-2,5	47,6
Alimentos e bebidas	3,6	4,8	10,1	30,8	111,0
Material de transporte	9,4	4,8	7,5	-49,4	58,4
Química e petroquímica	2,6	4,3	5,6	64,2	31,5
Metalurgia	2,5	3,6	3,7	45,8	2,1
Mecânica	3,2	3,4	3,4	4,1	1,3
Extrativa mineral	1,5	1,1	3,3	-27,9	215,2
INFRAESTRUTURA	15,8	25,6	35,1	62,1	36,9
Transporte rodoviário	5,9	9,9	13,8	68,1	36,9
Energia elétrica	3,2	6,4	8,6	98,7	35,7
Telecomunicações	2,1	3,4	6,2	58,4	83,1
Outros transportes	2,2	1,9	3,2	-12,0	63,4

Fonte: BNDES.

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

As micro, pequenas e médias empresas, como mostra o gráfico 3, responderam por 24% do desembolso do BNDES em 2008, superando mais de 120 mil operações (gráfico 4).

Gráfico 3

Evolução do desembolso do BNDES por porte de empresa (Em %)

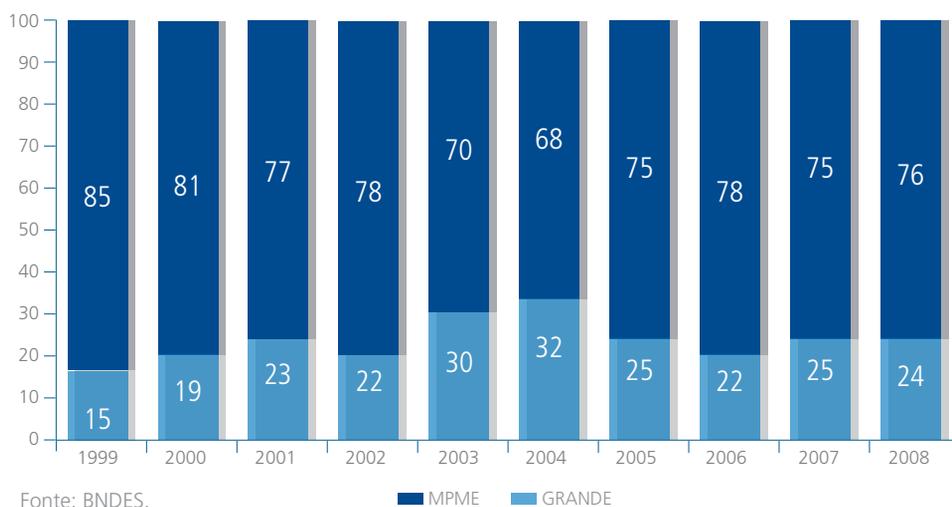
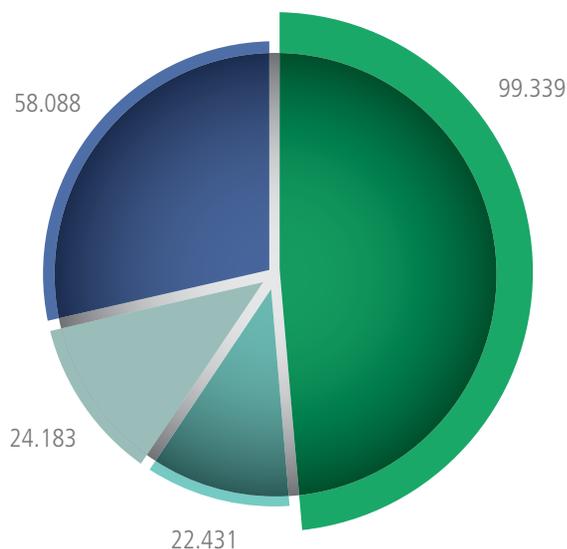


Gráfico 4

Evolução do desembolso do BNDES por porte de empresa em 2008 e desembolso médio (Em R\$ bilhões)

Nº de operações em 2008
204041



Desembolso Médio - R\$ Mil	
Pessoa Física	72,6
Micro e Pequenas Empresas	91,9
Médias Empresas	379,2
Grandes Empresas	2.854,6

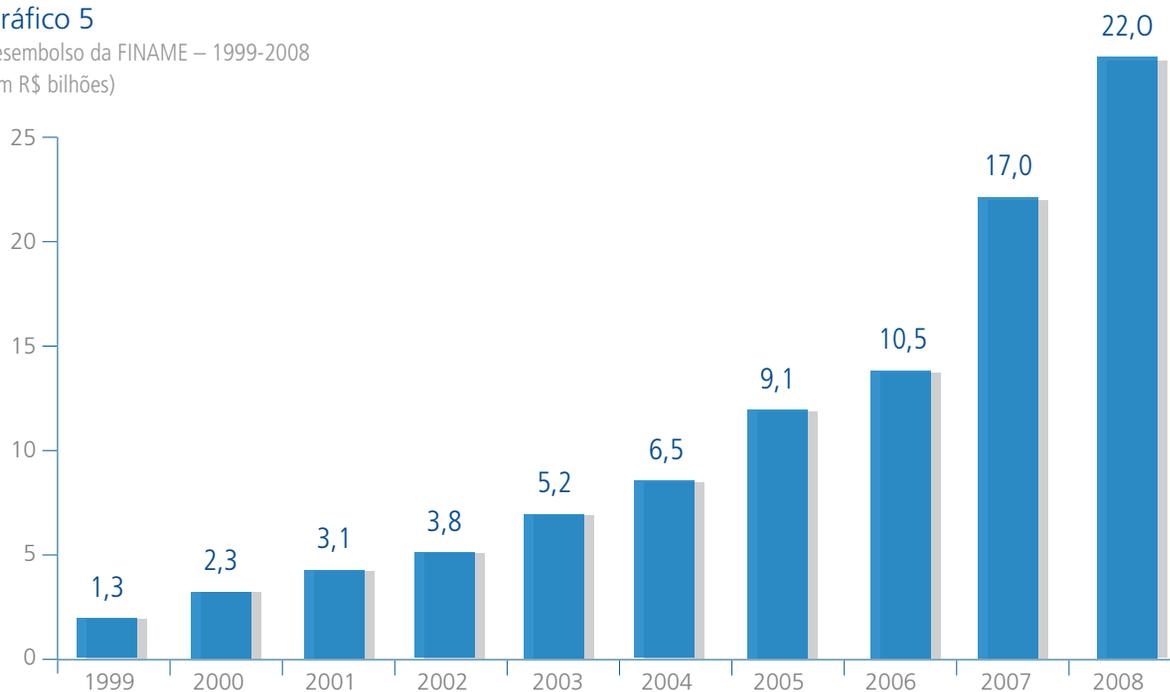
Fonte: BNDES.

DESEMBOLSO DA FINAME

O desembolso da linha FINAME, destinado à aquisição de máquinas e equipamentos, atingiu R\$ 22 bilhões em 2008, com crescimento de 30% relativamente a 2007 (gráfico 5). O destaque foi o segmento de transporte rodoviário – responsável por mais de 50% das liberações da FINAME, em 2008.

Gráfico 5

Desembolso da FINAME – 1999-2008
(Em R\$ bilhões)



Fonte: BNDES.



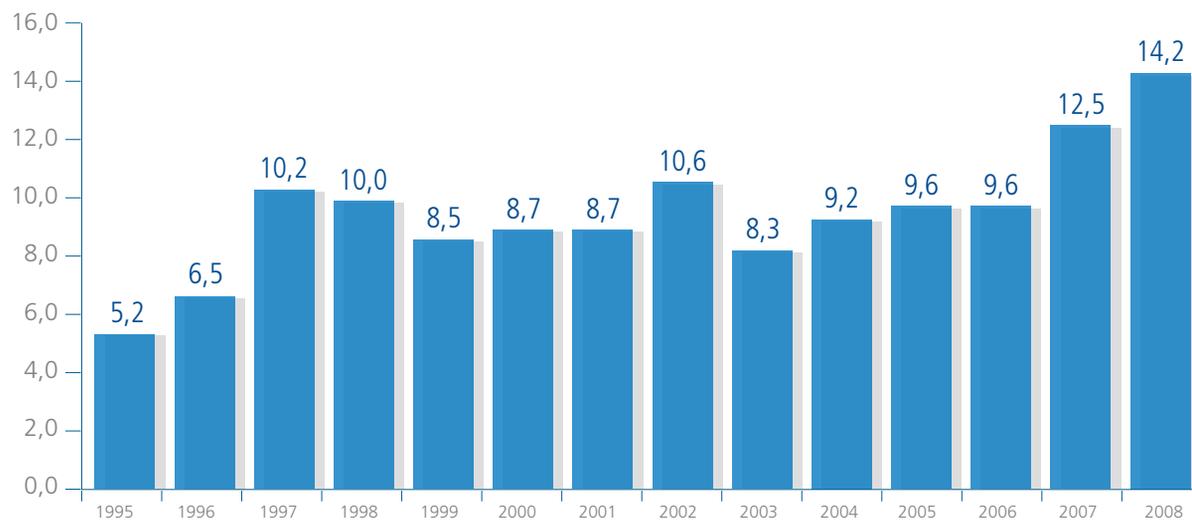
IMPORTÂNCIA DO BNDDES NO INVESTIMENTO DA ECONOMIA

A forte expansão das operações do BNDDES fez com que a Instituição aumentasse sua importância como fonte de financiamento de longo prazo às empresas. Em 2008, o desembolso do BNDDES respondeu por 14,2% da formação bruta de capital fixo da Economia, percentual bem superior aos registrados nos anos anteriores.

Gráfico 6

Desembolso do BNDDES/FBKF – 1995-2008

(Em %)



Fonte: BNDDES.

A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E OS NÚMEROS DO BNDES

A crise financeira internacional, iniciada em agosto de 2007, agravou-se sensivelmente a partir de meados de setembro de 2008, com a quebra do quinto maior banco de investimento norte-americano – o Lehman Brothers. O resultado foi uma forte retração dos mercados globais de crédito, que levou as autoridades governamentais de diversos países a realizar intervenções nos mercados financeiros, na tentativa de restaurar a confiança perdida. A crise afetou o desempenho da economia brasileira no último trimestre do ano, com rápida deterioração dos indicadores de produção industrial e de investimento.

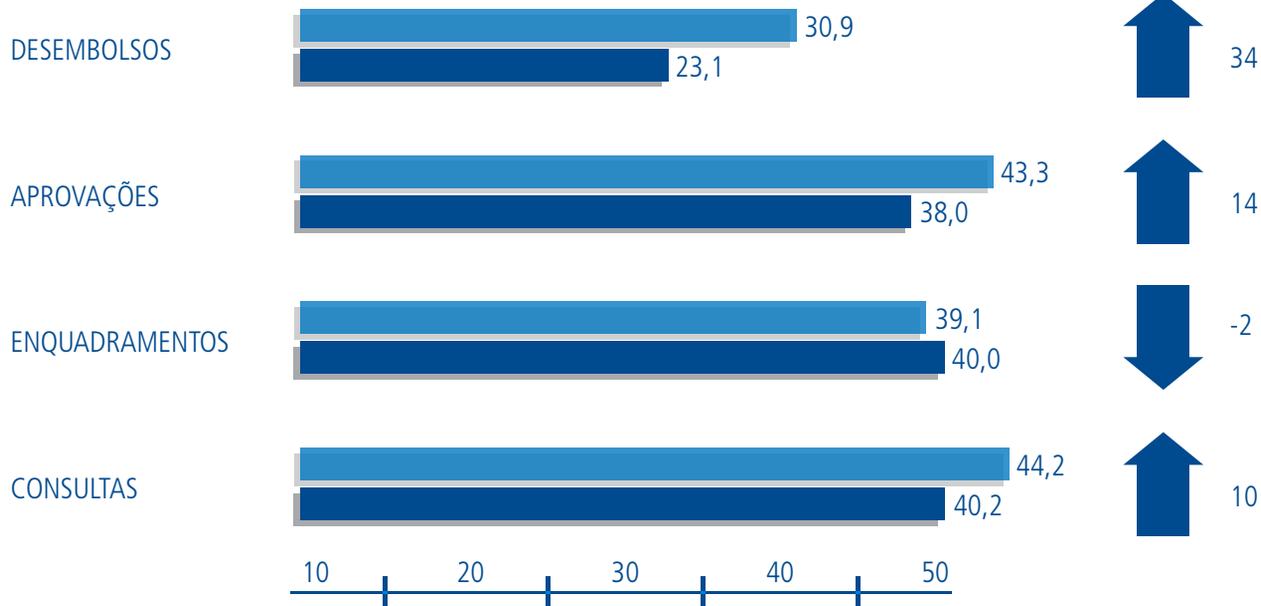
Os números de desempenho do BNDES revelam a manutenção de um quadro de normalidade das suas operações em 2008, em que pese a crise internacional. O gráfico 7 compara os números de consulta, enquadramentos, aprovações e desembolso do BNDES no quarto trimestre de 2008 – período de agravamento da crise financeira – com os do quarto trimestre de 2007 – período de aceleração do investimento. Exceção feita aos enquadramentos, que apresentaram uma ligeira redução de 2%, os demais itens cresceram de maneira consistente: Desembolso, 34%; Aprovações, 14%; e Consultas, 10%.

Gráfico 7

BNDES e a crise financeira internacional

(Em R\$ bilhões)

(Em %)



Fonte: BNDES.

■ 4º Tri de 2007 ■ 4º Tri de 2008





Á R E A D E
INFRAESTRUTURA

DESTAQUE PARA PROJETOS DO PAC EM ENERGIA E LOGÍSTICA

No ano de 2008, o apoio aos projetos de investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) continuou a ser o grande desafio da Área de Infraestrutura.

No exercício, foram aprovados 85 projetos, com financiamento de R\$ 23,2 bilhões e investimentos de R\$ 51,6 bilhões. Desses projetos, quarenta eram do PAC, com apoio de R\$ 13,1 bilhões e investimentos de R\$ 25,3 bilhões.

Ainda no mesmo período, foram contratados 89 projetos, com financiamento de R\$ 18 bilhões e investimentos de R\$ 34,7 bilhões. Dos projetos contratados, 45 eram do PAC, com apoio de R\$ 10,1 bilhões e investimentos de R\$ 16,7 bilhões.

Departamento de Energia Elétrica (DEENE)

Em 2008, o BNDES realizou um total de R\$ 8,5 bilhões em liberações para o setor de energia elétrica, um crescimento de 40,3% em relação ao ano anterior. Aprovaram-se 62 operações, que totalizam R\$ 16,9 bilhões em financiamento. O setor elétrico demonstra mais uma vez sua capacidade anticíclica de prover à economia brasileira investimentos necessários à manutenção do crescimento do PIB.

No segmento de geração de eletricidade, foram aprovados R\$ 11,6 bilhões em crédito, para uma expansão de capacidade instalada de 5.359 MW. Em transmissão, o crédito total aprovado foi de R\$ 934 milhões, para expansão de cerca de 1.200 km do sistema interligado nacional. Em distribuição, contabilizam-se R\$ 4,3 bilhões em financiamento aprovado para oito distribuidoras.

O principal destaque entre as aprovações foi a operação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (R\$ 6,1 bilhões), integrante do Complexo do Rio Madeira, com potência instalada de 3.150 MW.

Departamento de Gás, Petróleo, Cogeração e Outras Fontes de Energia (DEGAP)

Em 2008, foram aprovados 22 projetos pelo DEGAP, com valor total de apoio de R\$ 2,9 bilhões.

O destaque foi a cogeração da biomassa, com 11 projetos aprovados, no valor total de apoio de R\$ 1 bilhão. Houve, ainda, aprovações para dois projetos de geração eólica. Além desses, aprovaram-se, pela primeira vez, projetos de geração elétrica com base em capim-elefante e em gás de aterro sanitário. Esses projetos, com base em fontes renováveis de energia, somam 532 MW de capacidade instalada.

Cabe destacar a aprovação do empréstimo-ponte para o Campo de Mexilhão, projeto que se enquadrou na priorização do BNDES à produção de gás não associado. A plataforma fixa terá capacidade de produção de 15 milhões de m³/dia de gás natural e será instalada na Bacia de Santos.

Departamento de Logística e Transportes (DELOG)

O DELOG desembolsou, durante o exercício de 2008, R\$ 1,2 bilhão. Entre seus setores de atuação, mantém-se a maior participação relativa do modal ferroviário (60%) frente aos demais modais, em sintonia com a importância do apoio a esse setor para o cumprimento de objetivos estratégicos.

Em sequência, destaca-se o segmento de construção naval, para o qual o BNDES repassa recursos do Fundo da Marinha Mercante, com 26% do total desembolsado em 2008, em função, principalmente, dos financiamentos para a construção de embarcações para o transporte de petróleo e derivados da Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) e construção de novos rebocadores.

O setor portuário, de terminais e armazéns, participou com 8%, e o rodoviário, com 5% do desembolso.

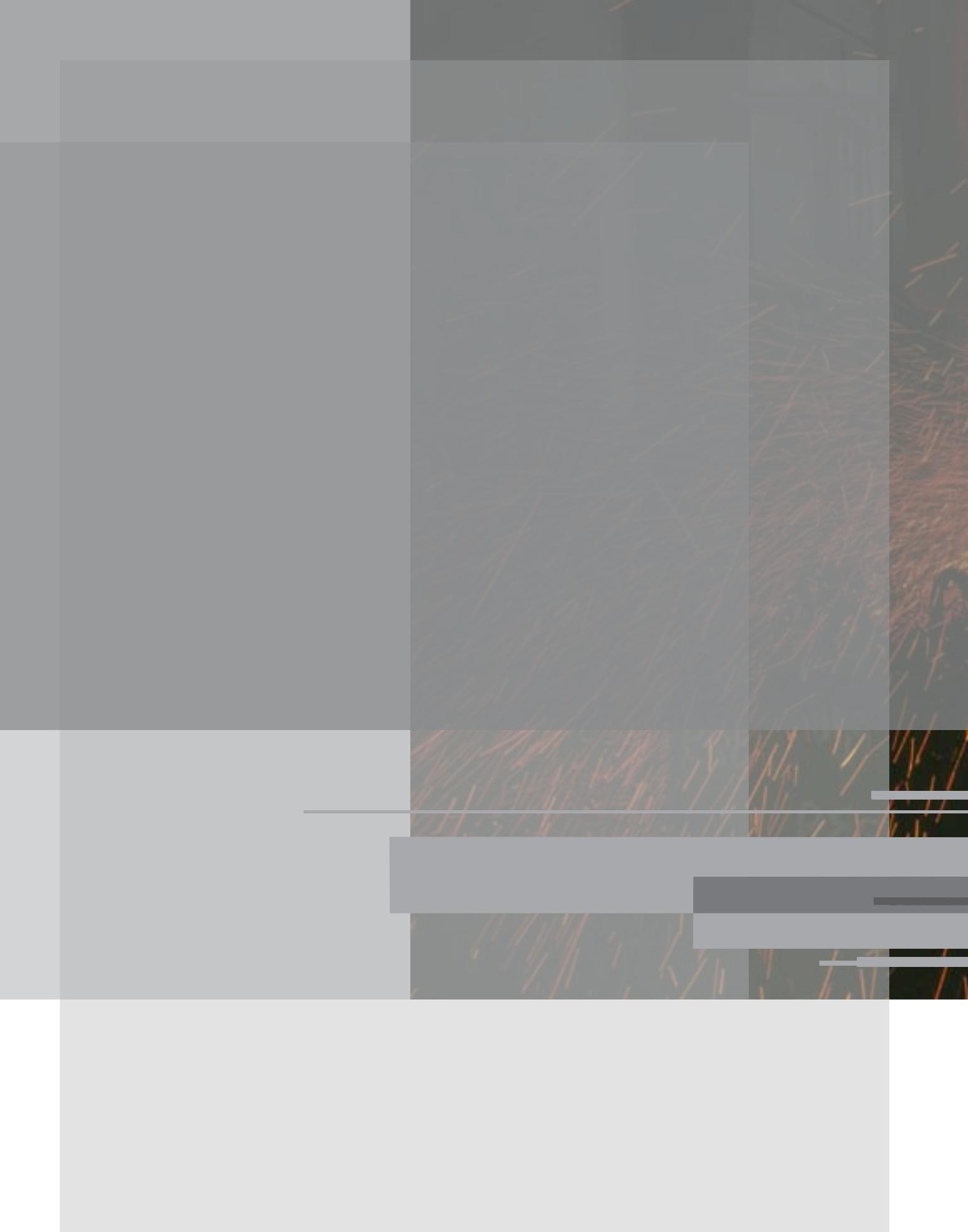
O setor ferroviário é impulsionado pelos investimentos do setor privado nas ferrovias concedidas que se encontram em fase de expansão de capacidade.

O destaque ficou por conta da aprovação da operação de expansão de 266 km da Ferronorte do Alto Araguaia (MT) até Rondonópolis (MT), no valor de R\$ 615 milhões, prevista no PAC.

Departamento de Telecomunicações (DETEL)

Em 2008, o DETEL realizou operações no âmbito de telecomunicações e energia, especificamente em pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Em telecomunicações, o desembolso atingiu aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, valor 6% superior ao ano anterior, compreendendo operadoras, TV por assinatura e TV digital. Foram aprovados cerca de R\$ 2,6 bilhões, incluindo uma operação realizada por meio do Programa de Apoio à Implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (PROTVD-Radiodifusão). Cabe destacar a aprovação do plano de investimentos de R\$ 1,5 bilhão da TIM, na modalidade Limite de Crédito, além de R\$ 616 milhões para a operadora GVT. Cumpre ainda ressaltar aprovações de 21 novas PCHs em 2008, num montante correspondente a R\$ 1,3 bilhão, 43% maior que em 2007, enquanto o desembolso superou em 23% os valores do ano anterior, totalizando R\$ 960 milhões. A capacidade total aprovada foi de 367 MW, abrangendo 134 MW para o grupo Ersá, que recebeu financiamento de R\$ 471 milhões.





ÁREA DE INSUMOS
BÁSICOS

DESEMBOLSO TOTALIZA R\$ 9,2 BILHÕES

Em 2008, o BNDES desempenhou papel relevante no financiamento aos setores siderúrgico, metalúrgico, de mineração, do cimento, químico e petroquímico, e de papel e celulose – os chamados insumos básicos. O desembolso realizado pelo Banco no ano atingiu R\$ 9,2 bilhões (indústria de base: 68%; química e petroquímica: 22%; e papel e celulose: 10%).

Nesse mesmo ano, a Diretoria do BNDES aprovou 31 operações de apoio financeiro relacionadas aos setores destacados acima, totalizando R\$ 6,9 bilhões. Tais financiamentos correspondem a investimentos da ordem de R\$ 17,1 bilhões. Ademais, foram aprovados outros 24 projetos no âmbito do produto Limite de Crédito, correspondendo a um volume adicional de apoio de R\$ 3,8 bilhões e a investimentos de aproximadamente R\$ 6,8 bilhões.

Indústrias de Base

O setor minerometalúrgico, com destaque para a indústria siderúrgica, fornece insumos para praticamente todos os setores produtivos. O parque industrial siderúrgico brasileiro encontra-se atualizado tecnologicamente, e suas vantagens competitivas estendem-se por toda a cadeia produtiva.

As operações aprovadas em 2008 englobam projetos de instalação de plantas de beneficiamento de minério de ferro; de expansão da capacidade produtiva de aço, níquel, zinco, alumina e alumínio; de implantação de unidades de produção de cimento e cal; de implantação de infraestrutura industrial e de logística.

Química e Petroquímica

A indústria química brasileira fornece insumos para diversos segmentos industriais, apresentando forte encadeamento com outros setores e alto efeito multiplicador. Esse setor corresponde ao terceiro maior da indústria de transformação e alcançou faturamento líquido de R\$ 220,1 bilhões em 2008. No entanto, a indústria apresenta déficits frequentes na balança comercial, principalmente em função das importações de intermediários para fertilizantes e farmacêuticos.

A petroquímica é o setor mais expressivo da indústria química nacional, organizada em complexos industriais para o maior aproveitamento das sinergias e integração operacional. O ano de 2008 representou a conclusão do processo de consolidação do setor por meio do equacionamento dos entraves societários que limitavam investimentos de expansão.

Investimentos recentes nos polos existentes e no Rio de Janeiro estiveram baseados na utilização de matérias-primas alternativas à nafta, por causa de limitações para ampliação de sua oferta doméstica. A principal iniciativa corresponde à implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em fase de estudos, que empregará petróleo pesado como matéria-prima petroquímica. A busca por matérias-primas alternativas explica também as iniciativas na área de alcoolquímica, com investimentos no desenvolvimento de etanol celulósico, bem como de polímeros com base no etanol. A decisão da Petrobras de ampliação/construção de refinarias, além da descoberta de petróleo em águas ultraprofundas do pré-sal na Bacia de Santos, cria novas oportunidades no campo de matérias-primas petroquímicas.

Os principais investimentos apoiados em 2008 foram projetos de implantação e ampliação de capacidade produtiva nos segmentos tradicionais, bem como em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Celulose, Papel e Produtos Florestais

O Brasil alcançou o quarto lugar no *ranking* mundial dos produtores de celulose de mercado em 2008, ultrapassando, Finlândia e Suécia, resultado obtido em função dos investimentos em novas capacidades de produção implementados nos últimos três anos.

Em consonância com essa evolução, depois de um ano marcado pela concentração de projetos de eliminação de gargalos e modernizações no setor de papel e celulose, o BNDES aprovou o apoio a importantes projetos do setor, entre os quais a implantação de nova capacidade (1,3 milhão de toneladas) de produção de celulose em Três Lagoas (MS).

Na indústria de painéis de madeira reconstituída, continuando um importante movimento iniciado no ano anterior, também destacaram-se operações de aumento de capacidade. O BNDES aprovou o apoio à implantação de novas linhas de produção de *medium density particleboard* (MDP), que representam um adicional de capacidade de 1.680 mil m³/ano, no Rio Grande do Sul.

Vale ressaltar o crescimento da demanda por financiamento a projetos florestais não vinculados diretamente à transformação industrial. No ano de 2008, foi aprovado o apoio ao plantio de mais de 15 mil hectares de florestas independentes de eucalipto, no estado de Minas Gerais.

Por fim, entre os projetos aprovados em 2008, podem ser destacados os seguintes:

EMPRESAS	PROJETOS	Apoio BNDES (R\$ milhões)	Valor Projeto (R\$ milhões)
Anglo American Brasil (GO)	Barro Alto (níquel)	1.425	3.073
Vale (PA)	Salobo (cobre)	1.163	2.310
Siderúrgica Barra Mansa (RJ)	Siderúrgica semi-integrada	540	1.199
Cosipa (SP)	Linha de tiras a quente nº 2	493	1.872
Proquigel (BA)	Acrílicos	200	293
Petroquímica Suape (PE)*	PTA/POY/PET	170	1.395
Braskem (RS)	Inovação – PE Verde	15	16
Votorantim Celulose e Papel (MS)*	Linha de cruas celulose	160	3.858
Masisa (RS)	MDP	103	264
Satipel (RS)	MDP	92	225
Fibraplac (RS)	MDP	59	173
Estado do Acre (PIDS III)	Complexos florestais industriais	55	61

* Operações de empréstimo-ponte.

Fonte: BNDES.





Á R E A
INDUSTRIAL

AGROINDÚSTRIA E BIOCOMBUSTÍVEIS SÃO SETORES DE MAIOR DESTAQUE EM 2008

Em 2008, a Área Industrial (AI) ampliou de forma expressiva seu apoio ao desenvolvimento industrial do País, contribuindo para o crescimento no desembolso apresentado pelo BNDES.

O desembolso de toda a área atingiu R\$ 14,8 bilhões, representando um aumento de 89,5% em relação a 2007. Entre os setores atendidos, destacam-se agroindústria e biocombustíveis, que representaram 45% e 23%, respectivamente, do total desembolsado pela AI e apresentaram o maior crescimento relativo a 2007.

No tocante à agroindústria, excluído o setor sucroalcooleiro, o crescimento do desembolso foi de 196%. Os destaques foram os apoios à ampliação de capacidade e modernização das unidades existentes e implantação de novas unidades industriais nos segmentos de carnes (bovina, suína e de frangos) e de soja, e internacionalização das empresas do setor de carnes.

Ainda no mesmo setor, foram apoiados os investimentos em granjas de pequenos produtores, os quais estão integrados a grandes empresas. Em alguns casos, incluiu-se a implantação de biodigestores, com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e habilitar-se a receber as Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), conhecidas como créditos de carbono.

Em relação ao setor sucroalcooleiro, que apresentou um aumento de 150% nos desembolsos, os investimentos destinam-se à implantação de novas unidades de processamento de cana-de-açúcar para produção de etanol e açúcar e cogeração de energia-elétrica, além da formação de lavouras de cana-de-açúcar, com destaque para o deslocamento dos investimentos para a região Centro-Oeste. Isso traz impactos positivos na redução de emissões de CO₂ e maior capacidade de geração de excedentes comercializáveis de eletricidade, com base em fonte renovável.

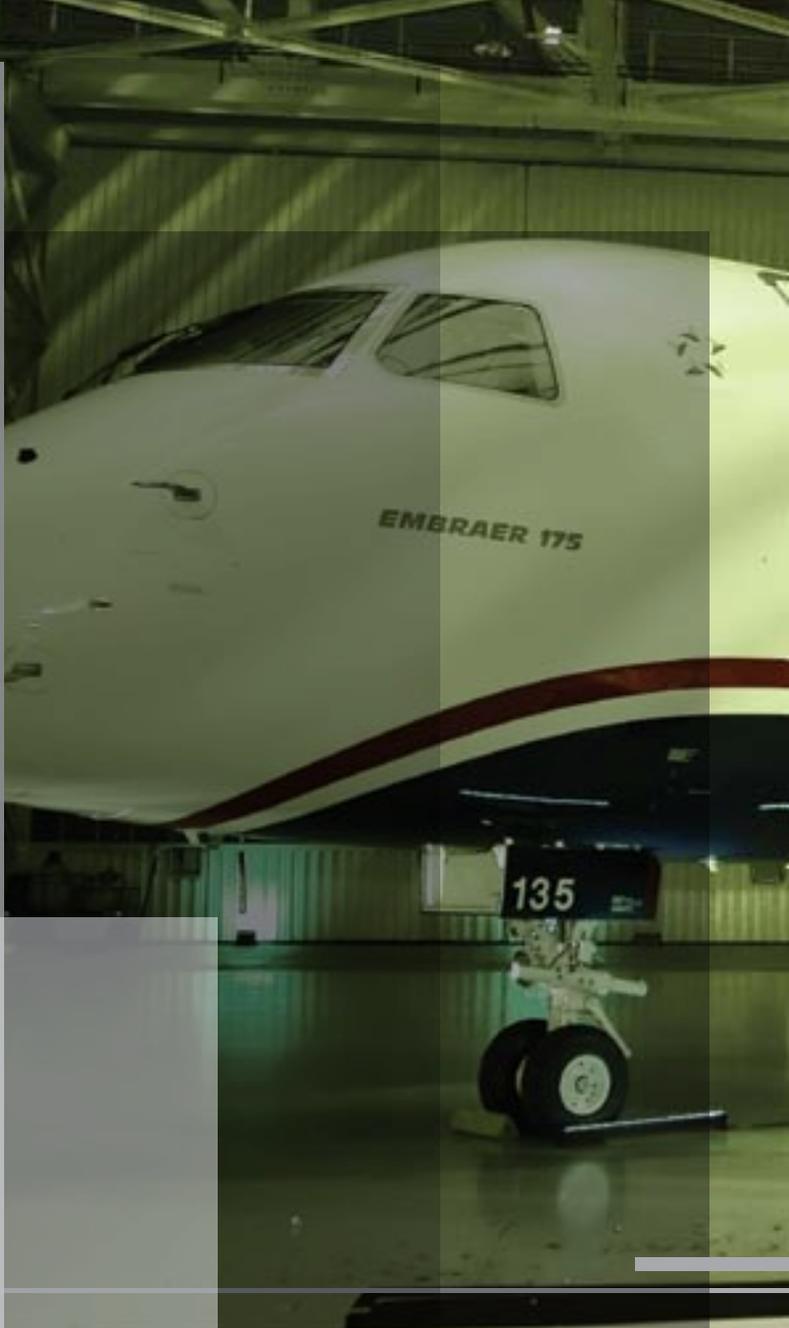
O apoio ao Complexo Eletrônico em 2008, com base no Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (Prosoft) e do Fundo Tecnológico (Funtec), caracterizou-se pela grande variação nos tipos e portes dos financiamentos. Foram apoiados desde fusões e aquisições de grandes empresas para a consolidação do setor até investimentos em pesquisa, desenvolvimento, *marketing* e comercialização de novos produtos de pequenas e médias empresas. Destaca-se o apoio ao desenvolvimento de sistema de rastreabilidade bovina, fundamental para o aumento das exportações do setor de carnes.

Os setores de bens de consumo (inclui os setores têxtil, de confecções, alimentos e bebidas e higiene pessoal, entre outros) e de comércio e serviços (varejo e atacado, *shopping centers* e outros) também apresentam grande dispersão de projetos analisados e apoiados pelo Banco, mas com uma característica marcante: a intensa geração de empregos. Por exemplo, foram apoiados desde a implantação de novas lojas por grandes redes varejistas até uma cooperativa de compras em Blumenau (SC).

A indústria pesada, que inclui os setores de bens de capital, aeronáutico e construção naval e o complexo automotivo, teve alguns projetos aprovados e contratados no âmbito do Programa de Apoio à Engenharia Automotiva, implantado no ano anterior. Ele visa ao fortalecimento dos setores de engenharia das empresas, estimulando o aprimoramento das competências e do conhecimento técnico do País.

No âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma) e do Funtec, foram apoiados projetos que visavam à redução da vulnerabilidade da Política Nacional da Saúde e à promoção da articulação entre as políticas industrial e de saúde. Alguns exemplos foram os investimentos para o desenvolvimento de vacinas para rotavírus, dengue e leishmaniose canina, e de tecnologias inovadoras para a produção de três biofármacos recombinantes de utilização em hematologia/hemoterapia, essenciais para o tratamento de hemofílicos.

Cabe ressaltar que o Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo (DECULT), responsável pelas atividades descritas no item Indústria Cultural, também é de responsabilidade da AI.





ÁREA DE
COMÉRCIO
EXTERIOR

BANCO REAGE À ESCASSEZ DE CRÉDITO, E APOIO À EXPORTAÇÃO BATE RECORDE

O desembolso nas linhas BNDES-*exim* alcançaram US\$ 6,6 bilhões em 2008, valor recorde desde a criação das linhas de apoio à exportação no BNDES. O valor desembolsado no ano passado representou crescimento de 57% em relação ao ano anterior.

Os principais setores atendidos foram os de bens de capital e serviços de engenharia/construção e *software*, responsáveis por 72% do total desembolsado. Mas as linhas BNDES-*exim* atenderam quase todos os setores produtivos da economia brasileira, percorrendo segmentos tão distintos quanto os de máquinas, alimentos, eletrônicos, calçados, veículos de carga, têxteis, móveis, ônibus e químicos.

O papel das linhas BNDES-*exim* foi particularmente relevante no último trimestre do ano, após o agravamento da crise de liquidez mundial, que afetou fortemente o crédito disponível aos exportadores. Retirou-se o limite até então existente, de US\$ 50 milhões anuais por grupo econômico, para operações relativas a bens de capital, e ampliou-se o limite referente a bens de consumo para US\$ 150 milhões por grupo. De outubro a novembro, foram desembolsados US\$ 1,9 bilhão em operações destinadas à fase pré-embarque, que ajudaram a mitigar a escassez de financiamento no mercado. O valor desembolsado representou o dobro em relação ao mesmo período do ano anterior.

O forte crescimento dos desembolsos deveu-se também a liberações referentes a operações estruturadas na fase pós-embarque, principalmente destinadas à comercialização de bens e serviços brasileiros exportados para projetos de infraestrutura na América Latina e Angola e ao setor aeronáutico.

O apoio à exportação de bens e serviços para importadores na América Latina resultou em desembolsos de US\$ 650 milhões, valor recorde em toda a história das linhas BNDES-*exim*. As principais operações desembolsadas ao longo do ano de 2008 foram referentes a exportações de bens e serviços brasileiros para a construção de gasodutos na Argentina e hidrelétricas na República Dominicana, além da venda de ônibus para o Projeto Transantiago, no Chile.

O desembolso na Linha de Crédito a Angola alcançou US\$ 539 milhões em 2008. Os Protocolos de Entendimento realizados entre Brasil e Angola estabeleceram uma linha de crédito total de US\$ 1,75 bilhão para operações a serem realizadas pelo BNDES, permitindo o apoio à exportação de bens e serviços brasileiros destinados a projetos prioritizados pelo governo angolano no esforço de reconstrução do país, após o longo período de guerra civil. O valor disponibilizado na linha já se encontra completamente comprometido em operações contratadas ou enquadradas. Os financiamentos compreendem o apoio à exportação de um amplo conjunto de bens e serviços brasileiros destinados a projetos de infraestrutura rodoviária e urbana, saneamento, abastecimento de água, geração e distribuição de energia, centros de formação profissional, equipamentos para

o Corpo de Bombeiros e Defesa Civil e à construção de um aeroporto. A grande demanda existente naquele país constitui uma oportunidade única para as empresas brasileiras expandirem suas vendas no exterior. Por isso, o apoio das linhas BNDES-*exim* é fundamental para que elas possam lidar com a intensa competição de empresas de outros países interessadas no mesmo mercado.

No setor aeronáutico, houve a retomada das liberações após a conclusão do Acordo Setorial Aeronáutico (Aircraft Sector Understanding – ASU), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2008, foram desembolsados US\$ 526 milhões em operações relativas ao setor. O novo acordo foi resultado de um longo processo de negociação, que contou com a participação, pela primeira vez, do Brasil, que não é um país-membro da OCDE, mas é o terceiro maior produtor de aeronaves comerciais do mundo. O acordo estabelece os termos financeiros mais favoráveis que as agências de crédito à exportação de cada país poderão oferecer, bem como busca um sistema eficiente de troca de informações sobre o setor. As novas regras são importantes para a redução de disputas comerciais, evitando novos questionamentos na OMC. O novo acordo é muito mais amplo do que o anterior, estabelecido em 1986, ao incluir todos os países atuantes no setor e todos os tipos de aeronaves comerciais, peças, engenharia e serviços de manutenção e conversão de aeronaves. São previstas também extensões dos protocolos que possibilitem a adesão ao acordo por futuros exportadores de aeronaves, como China e Rússia.





ÁREA DE
INCLUSÃO
SOCIAL

DIVERSIDADE DE AÇÕES PARA AMPLIAR O ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO

A Área de Inclusão Social (AS) tem como estratégia fortalecer a contribuição do BNDES para o desenvolvimento sustentável. Com base nisso, a AS busca ampliar a carteira de projetos de infraestrutura urbana, economia solidária e gestão pública, atuando também nas áreas de educação, saúde, segurança pública e microcrédito. Adicionalmente, tem buscado viabilizar investimentos no entorno de grandes projetos, em linha com a estratégia corporativa do BNDES.

O maior volume de recursos desembolsados pela AS está concentrado em projetos de saneamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas outras importantes ações em 2008 merecem destaque.

Projetos Multissetoriais Integrados (PMIs)

Em 2008, o BNDES reforçou seu apoio a investimentos do setor público que sejam fruto de planejamento integrado de desenvolvimento, em lugar de contemplar ações pontuais nos estados. Um exemplo é o Programa Sergipe Cidades, que abrange todos os municípios do estado, exceto a capital, e foi resultado do Plano de Desenvolvimento Territorial “Desenvolver-se”. Sua formulação foi embasada na identificação de oito territórios que reuniam municípios com situações semelhantes, nas dimensões ambiental, econômico-produtiva, social, cultural e político-institucional. A participação do Banco é de R\$ 250,5 milhões, equivalente a 62% do total do projeto.

Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável – Acre

O conjunto de investimentos estratégicos para os quais o estado do Acre buscou financiamento no BNDES – o PIDS – vem sendo implantado desde 2002, em sucessivas fases. Os projetos contemplam diversos setores da economia, infraestrutura urbana e regional e serviços sociais básicos. Sua terceira fase, contratada em junho de 2008, refere-se a um financiamento de R\$ 517,3 milhões, correspondente a 90% do investimento total, e abrange todos os 22 municípios do Acre. Para 2009, o estado já apresentou ao BNDES o PIDS IV, com perspectiva de contratação até o fim do primeiro semestre.

Gestão pública

Com o objetivo de apoiar a iniciativa de integração de informações fiscais entre as administrações tributárias nas três esferas governamentais, o BNDES criou o Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (PMAE), que financia investimentos em projetos voltados à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) – incluindo Nota Fiscal Eletrônica – e do Cadastro Sincronizado.

Em 2008, foram contratadas cinco operações PMAE com os estados da Paraíba, Mato Grosso do Sul, Acre, Ceará, Pará e Rio de Janeiro. Adicionalmente, já foram aprovadas quatro operações PMAE, nos estados de Goiás, São Paulo, Espírito Santo e Piauí, com expectativa de contratação ainda em 2009.

Também na linha de financiamento para os estados, o BNDES iniciou entendimentos com o Ministério do Planejamento para ampliação do escopo dos investimentos financiáveis pelo PMAE, objetivando contemplar todos os investimentos voltados para a melhoria da qualidade do gasto e do ambiente de negócios das demais secretarias e órgãos.

No âmbito de apoio à modernização da gestão pública municipal, o Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT) foi ampliado, por meio da linha PMAT Especial, flexibilizando o acesso ao crédito a municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

Saúde

Na área de saúde, destaca-se o apoio do BNDES ao desenvolvimento da Rede BrasilCord (rede nacional de Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário – BSCUP), coordenada pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca), que inclui a estruturação de oito novos bancos de sangue públicos, em diferentes estados do País, a complementação de dois BSCUPs, em implantação nos hemocentros de Campinas e Ribeirão Preto, e melhorias no Laboratório de Imunogenética do Inca e em maternidades que irão atender à Rede BrasilCord. Ademais, propiciará condições para a integração da rede brasileira com os registros internacionais e com a rede mundial NetCord de células-tronco de sangue de cordão umbilical e placentário. O investimento totaliza R\$ 31,5 milhões.

Trabalho e renda

Em prosseguimento às ações iniciadas em 2007, o BNDES ampliou seu apoio a projetos de catadores de materiais recicláveis. Até o fim de 2008, 55 projetos haviam sido enquadrados, totalizando R\$ 38,5 milhões. Entre eles, 33 operações foram contratadas (R\$ 21,9 milhões), sete encontravam-se aprovadas e em fase de contratação (R\$ 4,7 milhões) e 15 estavam em análise (R\$ 11,9 milhões). Estima-se que serão beneficiados cerca de 3,2 mil catadores.

Adicionalmente, o BNDES negociou parcerias com o Ministério da Cultura, com a Fundação Banco do Brasil e com o programa Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (BB DRS), para aumentar sua capilaridade e tornar mais efetivo seu apoio a projetos de geração de trabalho e renda. Entre os projetos, destacam-se os seguintes:

a) Complementação das fontes de recursos para a realização de investimentos em projetos de arranjos produtivos locais (APLs) localizados em municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Municipal e de Desenvolvimento Social, como o Programa de Desenvolvimento dos Territórios Produtivos do Estado do Ceará, em que o BNDES participa com R\$ 2,5 milhões dos R\$ 5,9 milhões de investimento total.

b) Financiamento ao Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart), que prevê intervenções em 65 polos artesanais de todo o País. O BNDES participa com um volume de R\$ 1,3 milhão, complementar aos recursos de R\$ 5,1 milhões do Convênio de Cooperação celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Cultura, e a Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro (Acamufec).

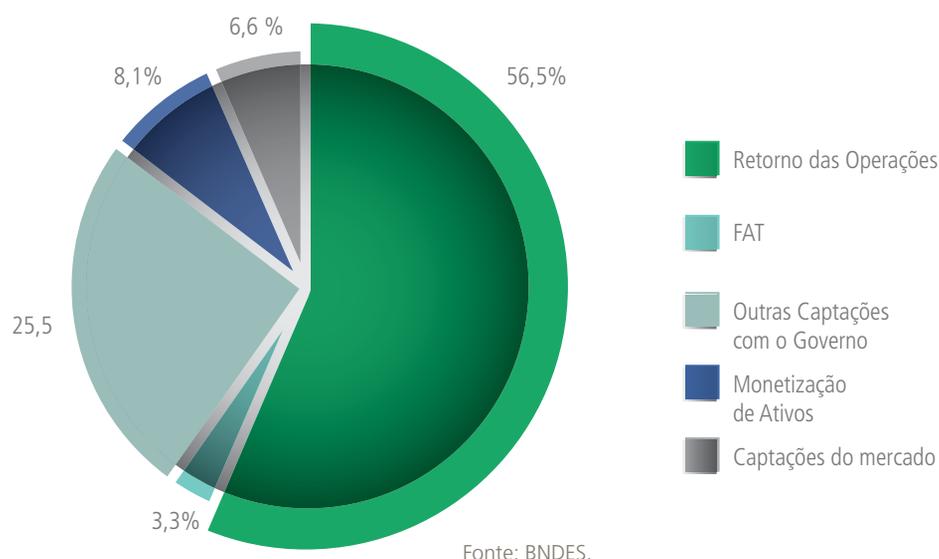
c) Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Banco do Brasil e o BNDES, para a implementação de projetos direcionados a atividades produtivas sustentáveis, com ênfase em regiões menos desenvolvidas. Já foram aprovados três projetos, no valor total de R\$ 1,6 milhão, em favor de pequenas cooperativas de produção, localizadas em diversos estados, para implantação de unidades de fabricação de produtos cerâmicos e de beneficiamento de castanha-de-caju (também conhecida como castanha-do-brasil) e leite.





Á R E A
FINANCEIRA

RETORNO DAS OPERAÇÕES E APOIO DA UNIÃO GARANTEM GERAÇÃO DE RECURSOS



Fonte: Área Financeira.

O retorno de operações de crédito é composto de todas as fontes de recursos (FAT, PIS-Pasep, mercado interno, mercado externo, Tesouro Nacional etc.). Da contribuição líquida das fontes, foram deduzidas, quando possível, as saídas correspondentes a determinada fonte. Saídas sem uma correspondência bem definida foram descontadas de maneira proporcional às contribuições líquidas obtidas anteriormente.

O retorno das operações de crédito representa a contribuição mais notável, respondendo por 56,5% da geração de recursos em 2008, que totalizaram aproximadamente R\$ 94,1 bilhões. Isso mostra a importância do volume e da qualidade da carteira de crédito do Banco para financiar o orçamento de desembolso.

Outras captações junto ao governo tiveram grande importância no *funding* do Banco, destacando-se não somente como a segunda fonte mais importante – representa 25,5% da geração líquida de recursos do ano analisado –, mas também como a fonte adicional que possibilitou um volume de desembolso recorde.

A receita líquida proveniente dos rendimentos e da monetização de ativos de renda variável e renda fixa destacou-se como a terceira fonte, contribuindo com 8,1% da geração líquida de recursos em 2008.

Os recursos obtidos no mercado de capitais, doméstico e internacional, contribuíram com 6,6% da geração líquida de caixa em 2008. A captação doméstica alcançou R\$ 7,3 bilhões, com destaque para certificados de depósitos interfinanceiros (CDI). No mercado externo, houve uma captação para o refinanciamento de US\$ 1 bilhão de recursos do *floating yield note* (FYN), marcando o retorno do BNDES ao mercado internacional de títulos e empréstimos, do qual estava ausente desde 2003.

A contribuição líquida do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), expressa pelas entradas de novos recursos, descontadas do serviço da respectiva dívida, representou 3,3% da geração líquida de caixa em 2008.

Estrutura de capital

Das fontes de recursos que compõem a estrutura de capital próprio e de terceiros do BNDES, destaca-se o peso daquelas de origem governamental, as quais, em conjunto, representam a parcela predominante da estrutura de financiamento. Entre essas fontes, o FAT é a de maior peso. A decomposição da estrutura de capital reflete, de forma aproximada e com alguma defasagem temporal, a estimativa de decomposição do valor do retorno anual das operações de crédito.

FONTE DE RECURSOS	R\$ bilhão	%
FAT	116,6	42
PIS-Pasep	29,5	11
Tesouro Nacional	43,2	16
Empréstimos no exterior	17,5	6
Outros	45,2	16
Patrimônio líquido	25,3	9
PASSIVO TOTAL	277,3	100

BNDES – Fontes de financiamento - saldo 31.12.2008

Fonte: BNDES.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de recursos do FAT no BNDES era de R\$ 116 bilhões. Desse total, R\$ 91 bilhões constituíam o saldo do FAT constitucional e R\$ 25 bilhões, o saldo do FAT depósitos especiais. Ao longo de 2008, ingressaram no BNDES R\$ 11,7 bilhões de recursos novos oriundos do FAT – R\$ 10 bilhões do FAT constitucional e R\$ 1,7 bilhão do FAT depósitos especiais. Os recursos novos dos depósitos especiais foram alocados nos seguintes programas:

PROGRAMA	VALOR	%
FAT Fomentar	1.540	90,6
Pronaf	160	9,4
TOTAL	1.700	100

Fonte: BNDES.

Captação junto ao Tesouro Nacional

No ano de 2008, foram editadas duas medidas provisórias (MP) que constituíram fonte adicional de recursos para o BNDES. A MP 414, de 2008, convertida na Lei 11.688, de 2008, autorizou a União a conceder ao BNDES crédito com correção cambial de R\$ 12,5 bilhões, cuja captação foi realizada nos meses de março e junho.

Já a MP 439, de 2008, convertida na Lei 11.805, de 2008, autorizou crédito da União ao BNDES de R\$ 15 bilhões, dos quais R\$ 10 bilhões foram captados sob a forma de títulos públicos federais no ano de 2008, em duas parcelas de R\$ 5 bilhões, em setembro e outubro. O custo da dívida decorrente dessa captação foi estabelecido de acordo com o custo de captação externa da União em reais e fixado no momento da contratação.

Captação junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

O BNDES pôde acessar pela primeira vez uma nova fonte de recursos públicos, o Fundo de Investimentos do FGTS, criado à época do anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com seus recursos direcionados a projetos de infraestrutura. Foram captados R\$ 7 bilhões por meio de emissão de debêntures simples adquiridas pelo próprio fundo, as quais são remuneradas à taxa referencial (TR) + 6% ao ano e têm prazo de resgate compatível com as amortizações dos projetos beneficiados por esses recursos.

Em outra operação, o BNDES adquiriu títulos CVS com valor de face de aproximadamente R\$ 6 bilhões junto ao FGTS, mediante financiamento do próprio FGTS, remunerado à TR + 5,17% ao ano, com garantia da União.

Captações via CDB e CDI

O BNDES recorreu em 2008 a instrumentos de captação pouco utilizados pela Instituição no passado, como os certificados de depósitos bancários (CDB) e os certificados de depósitos interfinanceiros (CDI). O volume captado em 2008 por meio desses instrumentos chegou a R\$ 6,05 bilhões, sendo R\$ 5,65 bilhões via emissão de CDI e R\$ 400 milhões pela emissão de CDB.

Para mitigar a retenção de liquidez pelos grandes bancos, em novembro de 2008 foi publicada a Circular 3.421 do Banco Central do Brasil (Bacen), a qual incluiu a aplicação em DI de emissão do BNDES no rol de instrumentos financeiros elegíveis para dedução dos depósitos compulsórios dos grandes bancos sobre recursos a prazo. Apenas no mês de dezembro, a captação do BNDES por meio desse instrumento foi de R\$ 2,85 bilhões. Com esses recursos, o BNDES foi capaz de lançar novos programas de crédito de prazos mais reduzidos.





ÁREA DE
OPERAÇÕES
INDIRETAS

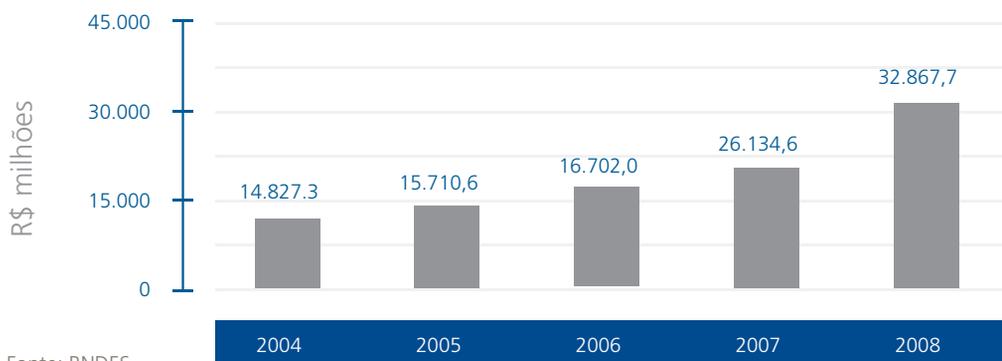
DESEMBOLSO RECORDE, COM FOCO EM MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

A Área de Operações Indiretas (AOI) é responsável pelo financiamento à aquisição ou à produção de máquinas e equipamentos e a projetos de investimento, no valor de até R\$ 10 milhões, por intermédio de agentes financeiros credenciados no BNDES.

Enfatiza-se o atendimento às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) sob as diversas modalidades de produtos administrados pela Área: FINAME (financia a produção e a comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES e capital de giro associado), FINAME *Leasing* (destina-se a operações de arrendamento mercantil), FINAME Agrícola (refere-se a máquinas e equipamentos destinados ao setor agropecuário), BNDES Automático (financia projetos de investimento de até R\$ 10 milhões) e Cartão BNDES (provê crédito rotativo voltado a MPMEs), além dos programas agrícolas do Governo Federal.

O desembolso total da AOI alcançou, em 2008, R\$ 32,9 bilhões, representando 36,2% do total desembolsado pelo BNDES e um crescimento de 25,8% em relação a 2007. Em termos absolutos, o crescimento do desembolso foi de R\$ 6,7 bilhões, sendo 76,2% exclusivamente por conta do produto FINAME. O número de operações aprovadas alcançou 196.727, permanecendo praticamente estável em relação a 2007, que registrou 197.539 operações.

Desembolso



Fonte: BNDES.

Produtos

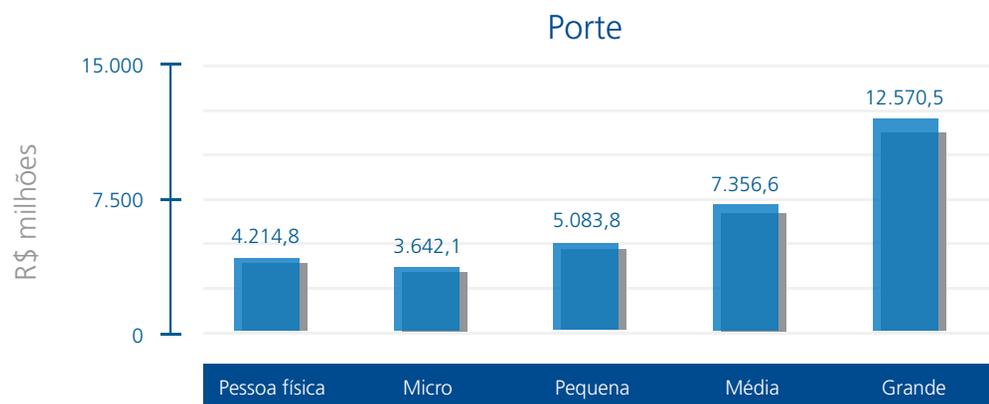
Todos os produtos registraram crescimento no desembolso em relação ao ano de 2007. O principal destaque foi o Cartão BNDES, com taxa de crescimento anual de 66,1%, seguido pelo FINAME Agrícola, com 30,4%, e o FINAME, com 30,1%. Em termos absolutos, o destaque foi o FINAME, que apresentou crescimento de R\$ 5,1 bilhões no desembolso, saltando de R\$ 17 bilhões, em 2007, para R\$ 22,1 bilhões, em 2008.

PRODUTOS E PROGRAMAS	Desembolso (R\$ milhões)		
	2007	2008	Δ %
FINAME	17.030,8	22.159,3	30,1
FINAME Agrícola V	2.071,3	2.701,7	30,4
FINAME <i>Leasing</i>	1.446,0	1.645,9	13,8
BNDES Automático	3.525,0	3.646,8	3,5
Programas Agrícolas	1.552,3	1.868,2	20,4
Cartão BNDES	509,2	845,7	66,1
TOTAL AOI	26.134,6	32.867,7	25,8

Fonte: BNDES.

Porte

O desembolso direcionado às pessoas físicas e às MPMEs alcançou R\$ 20,3 bilhões, com um crescimento de 32,5% em relação ao ano anterior. Em razão das contínuas ações de fomento às operações com pessoas físicas e MPMEs promovidas pela AOI, sua participação no desembolso da área subiu de 58,6%, em 2007, para 61,8%, em 2008.



Fonte: BNDES.

Equipamentos

Os desembolsos para máquinas e equipamentos por meio dos produtos FINAME, FINAME *Leasing* e FINAME Agrícola, que representaram 78,6% do total do desembolso da AOI em 2007 (R\$ 20,5 bilhões), tiveram uma evolução de 29% e representaram, em 2008, 80,6% do total do desembolso da AOI, totalizando R\$ 26,5 bilhões. O destaque do ano foi o financiamento para equipamentos de transporte, no montante de R\$ 15,8 bilhões, com participação de 59,8% e crescimento de 38,5%.

EQUIPAMENTOS	Desembolso (R\$ milhões)				
	2007	%	2008	%	Δ %
Caminhão	8.148	39,7	11.854	44,7	45,5
Ônibus	3.108	15,1	3.520	13,3	13,3
Outros	190	0,9	475	1,8	150,0
Transporte	11.446	55,7	15.849	59,8	38,5
Máquinas Rodoviárias	1.518	7,4	1.673	6,3	10,2
Outros	4.966	24,2	5.688	21,5	14,5
Não Transporte	6.484	31,6	7.361	27,8	13,5
Equipamentos Agrícolas	2.618	12,7	3.297	12,4	25,9
TOTAL	20.548	100	26.507	100	29,0

Fonte: BNDES.

Atendimento ao cliente

O atendimento aos clientes da AOI é um importante instrumento para comunicação da área com os beneficiários finais das operações, os fabricantes de máquinas e equipamentos, as instituições financeiras repassadoras dos recursos do BNDES e diversos órgãos empresariais e governamentais.

O atendimento funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, por meio de diversos canais de comunicação, como telefones, endereços eletrônicos e o "Fale Conosco" do Portal de Operações do Cartão BNDES. O endereço eletrônico é desco@bndes.gov.br e os telefones são os seguintes: (21) 2172-8800, para todos os produtos da AOI, com exceção do Cartão; (21) 2172-6337 e 0800-7026337, para o Cartão BNDES.

Por meio da consulta a esses canais, os clientes podem obter informações sobre o andamento das suas operações, esclarecer dúvidas sobre as normas dos diversos produtos e programas operacionalizados pela área e se informar sobre os procedimentos necessários para realização das operações e credenciamentos de produtos e fabricantes no FINAME e no Cartão BNDES.

Em razão das diversas campanhas publicitárias para divulgar os produtos e programas da AOI, especialmente aquelas direcionadas à promoção do Cartão BNDES, o número de atendimentos em 2008 registrou aumento de 115,6% em relação ao ano de 2007.

TIPO DE ATENDIMENTO	Desembolso (R\$ milhões)		
	2007	2008	Δ %
Ligações	127.528	231.925	81,9
E-mail	15.948	23.177	45,3
Fale Conosco	2.365	7.769	228,5
Fax	58.681	178.297	203,8
Cartas	52	37	-28,8
Minutas	50	25	-50,0
Notas	84	123	46,4
TOTAL	204.708	441.353	115,6

Fonte: BNDES.

Políticas operacionais

Durante o ano de 2008, a equipe técnica da AOI realizou diversas ações de fomento a MPMEs, tais como: treinamento de agentes financeiros e postos de informações, palestras, rodada de negócios, participação em feiras e ação de crédito em arranjo produtivo local (APL). No total, foram realizadas 105 ações para um público conjunto de 9.008 participantes.

Tais ações ocorreram em 46 cidades localizadas em vinte estados e no Distrito Federal, e abrangeram todas as regiões do País – quase metade delas (46%), nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, para estimular o desenvolvimento das regiões tidas como prioridade pelo BNDES.

As ações de fomento realizadas estão distribuídas conforme quadro a seguir:

AÇÃO	EVENTOS	PARTICIPANTES
APL	8	563
Palestra institucional	22	3.789
Palestra MPME	23	2.144
Inauguração de postos de informações	1	112
Participação em feiras	11	1.559
Treinamentos presenciais	14	562
Outras	26	279
TOTAL	105	9.008

Fonte: BNDES.

Em 2008, foi assinado Convênio de Cooperação Institucional com a Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (Fies), dando origem ao Posto de Informações Fies/BNDES, o que totaliza 52 postos de informações, em 22 estados de todas as regiões do País.

- **Postos de Informações**

Os Postos de Informações realizaram 4.601 atendimentos em 2008, sendo 88% para MPMEs. Cartão BNDES (23%), capital de giro (20%) e BNDES Automático (17%) são os assuntos de maior demanda, representando 63% de todos os atendimentos. Quanto ao perfil dos empresários, 51% dos atendimentos estão concentrados nos setores de comércio e serviços.

- **Treinamento de agentes financeiros**

Durante o ano, foram realizadas 14 turmas de treinamento presencial para 562 alunos, abrangendo representantes de agentes financeiros credenciados, além de representantes de postos de informações e empregados do BNDES. Foram ministrados, também, 8.104 treinamentos a distância, por meio do trein@BNDES. Desse total, mais de 59% foi direcionado para representantes de agentes financeiros. Vale ressaltar que, desde o início de 2007, o trein@BNDES passou a ser pré-requisito para a participação em treinamentos presenciais.

• Atuação normativa

As atividades de normatização decorrentes das decisões internas e da legislação aplicável às operações de apoio indireto automático possibilitaram a ampla divulgação dos critérios, condições e procedimentos operacionais dos produtos BNDES Automático, FINAME, FINAME *Leasing* e FINAME Agrícola, bem como de programas criados ou apoiados pelo BNDES e dos processos de renegociação de dívidas do setor agropecuário determinados pelo Governo Federal.

Em 2008, foram emitidas 47 cartas-circulares, 11 circulares, 3 cartas normativas e 14 avisos.



O Cartão BNDES destina-se exclusivamente ao financiamento de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Com o Cartão, estas companhias podem acessar uma linha de crédito rotativo pré-aprovado, pagando uma taxa de juros prefixada (mensalmente determinada pelo BNDES), que é a menor do mercado.

O desembolso em 2008 no Cartão alcançou R\$ 845,7 milhões, o que significa um crescimento de 66,1% em relação a 2007. O número de operações alcançou 60.265, com um aumento de 57,9% na comparação com o ano anterior, e atingiu o total de 34,6% das operações do BNDES para MPMEs. O valor médio autorizado de compra (tíquete médio) foi de R\$ 14,8 mil. Os produtos mais transacionados foram veículos, equipamentos de informática, equipamentos de refrigeração, equipamentos e acessórios de logística e acessórios para exposição de mercadorias.

Em 2008, as regiões cujo desembolso mais cresceu foram Norte, Nordeste e Sul. Em número de operações, entretanto, a região Sul teve um crescimento maior, de 81,1%, enquanto as regiões Norte e Nordeste tiveram crescimento pouco acima de 60%.

Desde a criação do produto, em 2004, foram emitidos 154.964 cartões, com um limite total de crédito de R\$ 4,9 bilhões. Somente em 2008, foram emitidos 29.876 cartões, proporcionando um acréscimo do limite de crédito de R\$ 1,6 bilhão.

Até o final de 2008, 7.552 fabricantes estavam credenciados no Cartão BNDES. Desse total, 2.182 fabricantes foram credenciados no ano de 2008, o que resultou em um crescimento de 15,6% em relação a 2007. No que tange aos produtos, laminados de aço e autopeças para veículos pesados e implementos, além de serviços de certificação e acreditação, podem agora ser financiados no Cartão. Iniciou-se, também, o credenciamento de máquinas importadas para o setor de vestuário, que poderão ser adquiridas desde que não exista similar nacional.

Ainda em 2008, foram enfatizadas ações de fomento visando à ampliação do número de emissores do Cartão BNDES. Diversas reuniões foram realizadas com agentes financeiros, com destaque para Banrisul, Itaú, Unibanco, BNB, Bansicredi, Banestes e Nossa Caixa. Entre esses, o Banrisul deverá concluir seu ingresso como emissor do Cartão já no primeiro semestre de 2009.

As ações de fomento buscaram ampliar e massificar o Cartão BNDES para torná-lo mais presente no dia a dia dos negócios das MPMEs. Com esse objetivo, foram desenvolvidas em 2008 duas linhas de atuação: a ampliação do número de insumos e de novos itens no catálogo de bens cadastrados e a melhoria na comunicação para aumentar a exposição do produto.

No caso da comunicação, priorizou-se a divulgação do Cartão nas regiões Norte e Nordeste, objetivando à redução da desigualdade regional, e nos polos produtivos com grande concentração de MPMEs, que utilizam mão de obra de forma intensiva, como nos setores coureiro-calçadista, moveleiro, metal-mecânico e têxtil.

Finalmente, pode-se destacar que, em 2008, o Cartão BNDES beneficiou diretamente 33.125 empresas, sendo 27.657 que realizaram pelo menos uma compra, e 5.468 fornecedoras, que realizaram pelo menos uma venda, o que representou um crescimento de 51% em relação ao número de empresas beneficiadas em 2007. Outro destaque é o aumento do índice de ativação do Cartão, que passou de 16%, em 2007, para 29%, em 2008.

				LAST	VOL	ST
BANK	4.87	4.84	4.84	3M		JAN
BANK	18.04	18.05	18.05	10M		JAN
COLES	9.86	9.87	9.86	23M		JER
CULTH	4.85	4.86	4.85	1M		JET
FOSTER	7.20	7.22	7.20	4M		JETS
HAT BAN	29.50	29.52	29.50	14M		JFG
HEUS COM	4.26	4.27	4.27	7M		JFM
RIO TINT	31.85	31.86	31.86	6M		JINDA
ST. C	11.58	11.60	11.60	12M		JOHNS
	31.85	31.87	31.85	5M		JOYCE
	21.03	21.05	21.03	2M		JR REC
	4.80	4.81	4.80	16M		JUBILEE
	26.39	26.45	26.40	1M		JUMBO C
	14.82	14.83	14.82	2M		JUPITER
	3.53	3.54	3.53	2M		K & S C
	2.01	2.02	2.02	4M		KAEFER
	16.45	16.46	16.46	5M		KAGARA Z
	13.17	13.20	13.19	2M		KALREZ
	11.76	11.77	11.76	4M		KANOWNA
						KAZ COMP

1:50pm



STOCK	BID	OFFER	LAST	VOL
COBSEN	0.24	0.28	0.28	7T
MCAPITAL	0.21	0.22	0.21	0
UOIS	0.019	0.02	0.019	0
N	0.18	-	-	0
GET	0.205	0.21	0.21	40T
	2.96	2.99	2.97	0
ILEE	1.12	1.13	1.12	0
ON'S	0.12	0.18	0.12	12T
	0.066	0.091	0.066	0
FRUIT	0.69	0.70	0.70	4T
E	0.48	0.485	0.485	19T
	2.63	2.64	2.64	3HT
CORP	0.016	0.018	0.016	44T
ORP	6.34	6.35	6.34	9HT
	3.30	3.35	3.30	0
	0.065	0.08	0.063	0
	0.70	0.71	0.71	46T
	0.005	0.006	0.006	4HT
	0.019	0.023	0.023	4HT
	0.19	0.195	0.195	10T

STOCK	BID	OFFER	LAST	VOL
KCG MINES	0.018	0.03	0.018	0
KEY2 LTD	0.19	0.20	0.19	400
KEYCORP	1.21	1.22	1.22	21T
KIM OIL	0.021	0.024	0.021	0
KIMB.SEC.	0.55	-	0.60	0
KIMBERLEY	0.385	0.39	0.39	1HT
KINGS MINS	0.02	0.025	0.023	3HT
KINGSGATE	3.38	3.41	3.41	47T
KLM GROUP	0.365	0.385	0.365	0
KNH	0.215	0.235	0.215	1HT
KORVEST	2.47	2.60	2.47	0
KRESTA	0.465	0.47	0.465	2HT
LAFAYETTE	0.115	0.12	0.12	1M
LAKE RES	0.06	0.095	0.06	0
LAKE TECH	0.10	0.105	0.10	76T
LAKES OIL	0.019	0.02	0.02	5HT
LASSETERS	0.11	0.16	0.115	5
LDNCA	2.03	-	16.00	
LEGALCO	1.56	1.60	1.60	
LEGEND	0.025	0.061	0.025	

29.40 339 ANZ

12:22 4:38 AM

ÁREA DE MERCADO DE CAPITAIS

GIRO DA CARTEIRA ATINGE NÍVEL RECORDE DE R\$ 21,8 BILHÕES EM 2008

A Área de Mercado de Capitais (AMC) atua, por meio da BNDESPAR, no fomento e na estruturação de apoio financeiro do Banco, por intermédio de participações acionárias, debêntures conversíveis e outros instrumentos de renda variável, em conjunto com as demais áreas do Banco.

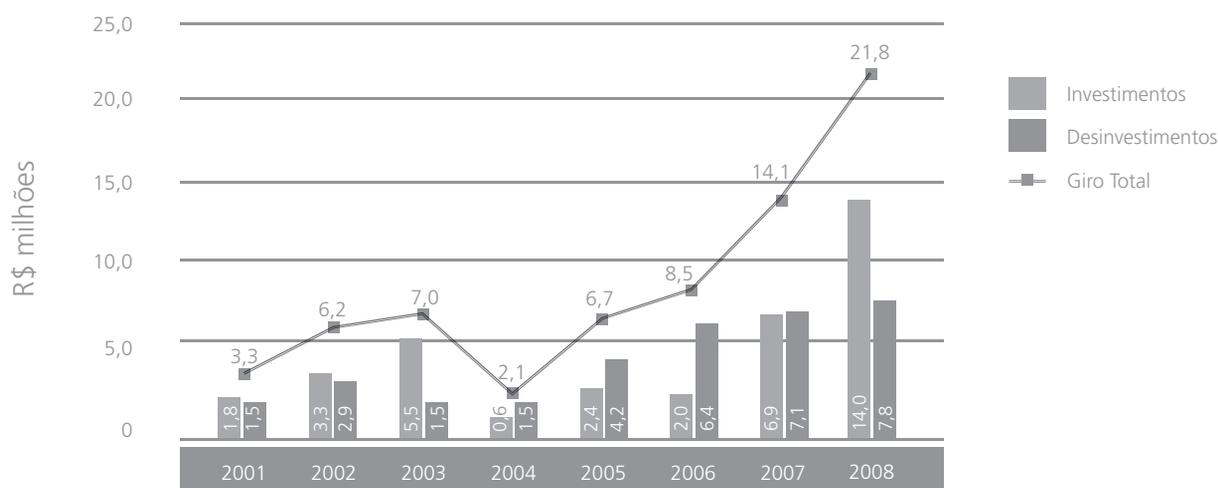
Além das operações de investimento, a AMC é responsável pela gestão do *portfolio* de ações e outros valores mobiliários emitidos por grandes empresas que integram a carteira da BNDESPAR, incluindo o desinvestimento de ativos em ofertas estruturadas, leilões e vendas em pregão, completando o ciclo de atuação operacional da AMC.

Em relação à gestão do restante da carteira da BNDESPAR, a Área de Capital Empreendedor (ACE) é responsável pelo *portfolio* de pequenas e médias empresas, bem como pela atuação do BNDES na indústria de fundos de investimento.

Desempenho em Números

O ano de 2008 foi um período de significativa atuação da AMC em importantes projetos apoiados pelo BNDES em setores econômicos estratégicos para o País.

Em 2008, o giro total da carteira da BNDESPAR (incluindo operações escriturais) alcançou a marca de R\$ 21,8 bilhões ao ano, 55% maior que em 2007. Contribuindo para esse aumento, o volume de investimentos em 2008 dobrou na comparação com 2007, totalizando R\$ 14 bilhões, enquanto os desinvestimentos atingiram 7,8 bilhões. O total de desembolso foi igualmente recorde: R\$ 10,4 bilhões.



Fonte: BNDES.

Destacam-se, também, cerca de R\$ 2,5 bilhões de remuneração total recebida no período, por meio de dividendos, juros sobre o capital próprio e rendimentos das debêntures, representando um crescimento de 14% em relação ao ano anterior. O lucro da BNDESPAR alcançou R\$ 3,4 bilhões em 2008, equivalente a 63% do lucro do Sistema BNDES no período, na comparação direta entre ambos os resultados.

As carteiras de renda variável (ações, debêntures, fundos e bônus) geridas pelo BNDES encerraram o ano com a seguinte posição:

	BNDESPAR		FPS		BNDES		BNDES	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Nº de Empresas	186	181	42	51	29	29	198	261
Nº de Fundo	29	24	1	1	--	--	1	25
Valor de Mercado (em R\$ bilhões)	59,0	87,8	1,1	2,7	0,1	0,1	58,8	90,6

Fonte: BNDES.

No fim de 2008, a BNDESPAR participava, por meio de representantes eleitos em assembleias, de 11 conselhos fiscais e de 25 conselhos de administração, no universo de 142 empresas em que detêm participação acionária, assim como era signatária de acordos de acionistas em 64 dessas empresas.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES E ATIVIDADES

Entre as operações apoiadas pelo BNDES, com o uso de instrumentos de renda variável em 2008, destacam-se aquelas com objetivos de consolidação e internacionalização de empresas brasileiras.

Alimentos

Com um total de R\$ 4,1 bilhões em investimentos, as operações no setor foram marcadas pelo apoio a estratégias de aquisição, visando à consolidação, até em nível mundial. Destacam-se as operações de Bertin, JBS Friboi e Marfrig.

Telecomunicações

Com o total de R\$ 2,4 bilhões de investimento líquido, destaca-se o apoio ao processo de reestruturação da Oi/Telemar, visando à reorganização do controle societário do grupo frente aos movimentos de consolidação do setor.

Mineração

Investimentos de R\$ 2,2 bilhões ao ano, principalmente ligados ao aumento de capital da Vale e da Valepar, no âmbito do direito de prioridade exercido pela BNDESPAR, visando à não diluição da sua participação acionária e ao apoio do fortalecimento da estrutura de capital da Companhia.

Siderurgia e metalurgia

Com R\$ 2,8 bilhões de desinvestimento líquido total, destacam-se a alienação do total de ações da Arcelor Mittal, em oferta pública, e a operação escritural de venda de ações da Aços Villares, com recebimento de debêntures de Gerdau Metalúrgica, permutáveis por ações da Gerdau S.A.

Software de gestão (ERP)

Apoio do Banco à Totvs, por meio de debêntures conversíveis (AMC) e FINEM (Área Industrial), visando consolidar o setor a partir da fusão das suas duas maiores empresas no Brasil (Totvs + Datasul), que deu origem a uma das maiores empresa de ERP do mundo.

Outras operações de investimento

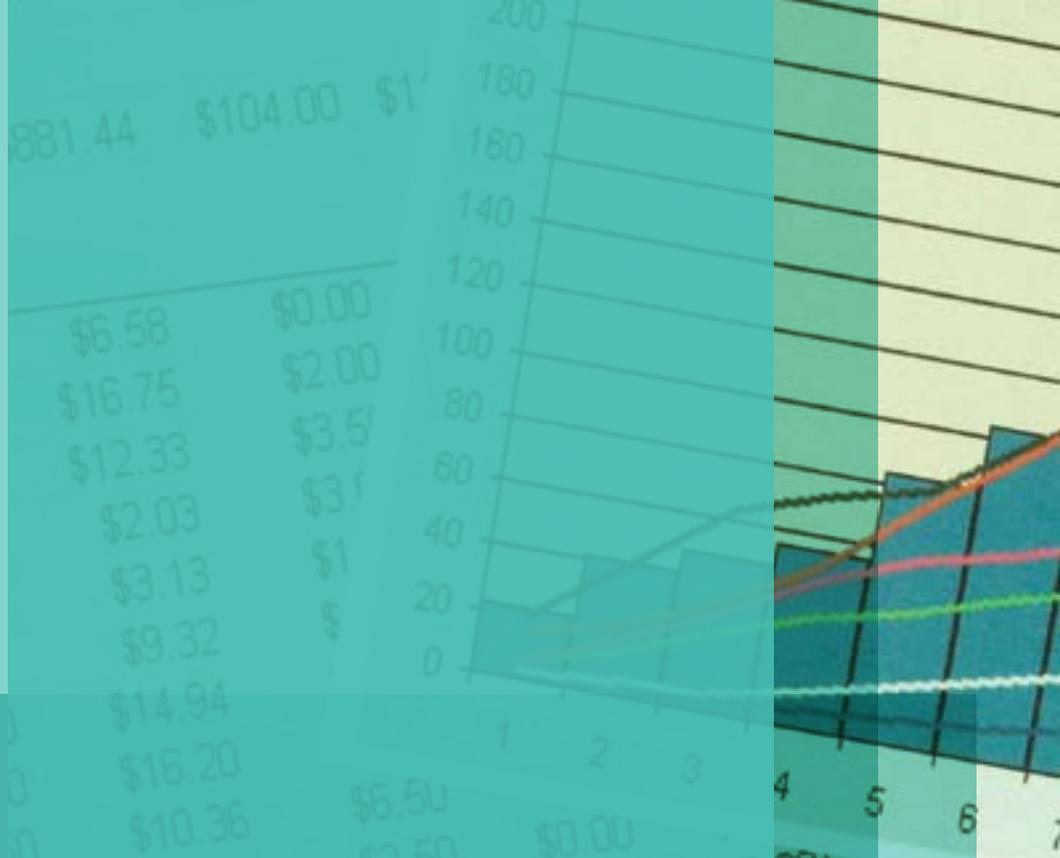
Também tiveram significativa participação da AMC as seguintes operações: Brenco (implantação de unidades para produção de álcool); Rede Energia (recuperação do investimento em Inepar); Paranapanema (reestruturação financeira); Vale Soluções em Energia-VSE (investimento em P&D de geração de energia e coeficiente em conjunto com a Vale); e Riopol (apoio à constituição da Quattor, nova *holding* que consolidou ativos petroquímicos na região Sudeste).

Outras operações de desinvestimento

Também destacam-se pela sua relevância: a alienação de ações do Banco do Brasil, em lote suplementar da oferta pública de dezembro de 2007, no valor de R\$ 316 milhões, e o significativo volume de venda de ações ao longo do ano, via pregão, da BM&F Bovespa, totalizando R\$ 2,6 bilhões.

Outras carteiras

De acordo com a recomendação, desde 2005, do Conselho Diretor do FPS de redução gradual de exposição em renda variável, foram vendidos R\$ 906 milhões em ações integrantes do Fundo, em 2008.



0	\$14.94	\$6.50	\$0.00	\$0.00	14.48
0	\$16.20	\$2.50	\$0.00	\$0.70	38.31
60	\$10.36	\$2.00	\$0.00	\$1.75	50.44
50	\$14.01	\$2.00	\$0.00	\$2.45	45.66
00	\$3.37	\$0.00	\$0.00	\$2.10	49.60
00	\$5.28	\$2.00	\$1.00	\$1.75	43.01
1.00	\$6.56	\$3.00	\$0.50	\$0.35	13.90
3.00	\$17.99	\$2.50	\$4.00	\$1.85	20.70
3.00	\$11.81	\$3.50	\$2.50	\$1.75	
\$0.00	\$17.35	\$1.00	\$0.50		
\$2.00	\$13.16	\$1.50			
\$0.50	\$0.88				
	\$10.25				

\$5.00	\$10.00	\$2.00	\$1.00	\$1.75	40
--------	---------	--------	--------	--------	----



CRÉDITO E GESTÃO DE RISCO

CRISE INTERNACIONAL REFORÇA AÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO

O ano de 2008 foi marcado pela crise financeira internacional, que se revelou na redução abrupta da liquidez, na enorme volatilidade dos preços dos ativos e na contração da concessão de novos empréstimos. A crise, que teve seu início em um segmento específico do mercado de crédito americano (*subprime*), rapidamente contaminou o sistema financeiro internacional e, em sequência, o brasileiro. É certo que, entre as diversas lições da crise, está a aceitação de que os canais que interligam o sistema financeiro são muito mais complexos e robustos do que se supunha, tornando a gestão de riscos um assunto crucial para a saúde financeira das economias.

No Brasil, 2008 foi também o ano em que entrou em vigor, no segundo semestre, um conjunto de normativos emitidos pelo Banco Central, que alteraram significativamente as informações demandadas às instituições financeiras, bem como estabeleceram novas metodologias para apuração do capital regulamentar. O *portfolio* do BNDES prioriza ativos de prazo superior ao mercado, com uma carteira concentrada em **clientes grau de investimento**. Até recentemente, entretanto, a gestão de riscos era feita de forma não integrada, envolvendo diversas áreas do Banco.

Em agosto de 2007, foi criada a Área de Gestão de Riscos do BNDES (AGR/BNDES), buscando prover uma visão integrada dos riscos de crédito, de mercado e operacionais; permitir a migração para o novo marco regulatório; aprimorar a segregação de funções entre aqueles que operam e os que controlam os riscos. Desde então – em atitude reforçada pela conjuntura internacional –, a Diretoria do BNDES vem concentrando esforços na criação de normativos internos, nas mudanças organizacionais e, principalmente, na difusão e consolidação da cultura de risco em todos os níveis da organização. Entre os trabalhos conduzidos em 2008, apresentaram especial relevância os seguintes:

- A aprovação da nova versão da política corporativa de gestão de risco operacional, da política corporativa de gestão de risco de mercado e da política corporativa de controles internos;
- A gestão de continuidade de negócios, com a realização, em outubro de 2008, em conjunto com a Área de Tecnologia da Informação e Processos (ATI), do quarto teste de contingência do CPD, visando à recuperação da infraestrutura tecnológica e de sistemas, bem como de atividades de negócios propriamente ditas em ambiente alternativo;
- O aprimoramento da gestão de garantias recebidas, que propiciará maior eficácia na sua gestão e permitirá maior controle das operações e mitigação dos riscos operacionais e de crédito;
- A intensificação da gestão de risco de crédito, não apenas com atendimento do capital regulatório, mas também do cálculo de estimativas para os diferentes componentes de risco de crédito: *probability of default* (PD); *loss given default* (LGD) e *exposure at default* (ED);
- A realização de avaliações de risco específicas para a carteira agropecuária, para as operações com estados e municípios, entre outros;

- O aprimoramento dos sistemas e do gerenciamento das informações de risco de mercado, a fim de isolar os fatores de risco e possibilitar, no futuro, a construção do modelo interno;
- A realização de atividades de treinamento, visando aprofundar o conhecimento nas diversas áreas de risco e nas modelagens específicas;
- A elaboração de editais, na modalidade de concorrência por técnica e preço, para aquisição e implementação de sistema de risco de mercado, de liquidez e de crédito, bem como a prestação de serviços técnicos especializados para planejamento, parametrização, consultoria, customização, manutenção e treinamento dos empregados do BNDES.

A partir de setembro de 2008, a Área de Crédito intensificou o monitoramento do risco de crédito de agentes financeiros credenciados e empresas e grupos econômicos não financeiros. As atividades de acompanhamento do desempenho econômico das instituições financeiras foram reforçadas, e as empresas e grupos econômicos não financeiros com as maiores exposições tiveram suas classificações de risco revisadas. Em paralelo, a Área de Crédito, cujo objetivo estratégico é o aperfeiçoamento constante dos processos de gestão e recuperação de crédito, vem revisando as normas de gestão de risco de crédito de instituições financeiras e de empresas e grupos econômicos não financeiros.

EXPEDIENTE

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EXTERIOR
Miguel Jorge

BNDES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
Miguel Jorge

VICE-PRESIDENTE
Luciano Coutinho

CONSELHEIROS
Alessandro Golombiewski Teixeira
Carlos Roberto Lupi
Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira
João Antônio Felício
João Paulo dos Reis Velloso
Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva
Paulo Antonio Skaf
Paulo Bernardo Silva
Cláudio Renato Guimarães da Silva

Conselho Fiscal

Erenice Alves Guerra
Charles Carvalho Guedes
Reginaldo Braga Arcuri
Maurício Teixeira da Costa

Comitê de Auditoria

João Paulo dos Reis Velloso
Attilio Guaspari
Paulo Roberto Vales de Souza

Chefe de Auditoria

Ricardo Fróes de Lima

BNDESPAR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Miguel Jorge
Luciano Coutinho
Ivan João Guimarães Ramalho
Roberto Teixeira da Costa
Clara Levin Ant

Conselho Fiscal

Cleber Ubiratan de Oliveira
Ricardo Schaefer
Cláudio de Almeida Neves

FINAME

JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO
Luciano Coutinho
Maurício Borges Lemos
Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira
Gabriel Jorge Ferreira
Maria Luisa Campos Machado Leal
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos
Luiz Aubert Neto
Francisco de Assis Crema
Helena Kerr do Amaral
Roberto Smith

DIRETORIA

PRESIDENTE
Luciano Coutinho

VICE-PRESIDENTE
Armando Mariante Carvalho Junior

DIRETORES
Eduardo Rath Fingerl
Elvio Lima Gaspar
João Carlos Ferraz
Luiz Fernando Linck Dorneles
Maurício Borges Lemos
Wagner Bittencourt de Oliveira

Chefe de Gabinete da Presidência

Paulo Todescan Lessa Mattos

SUPERINTENDENTES
Caio Marcelo de Medeiros Melo
Carlos Roberto Lopes Haude
Cláudia Pimentel Trindade Prates
Claudio Bernardo Guimarães de Moraes
Cláudio Figueiredo Coelho Leal
Ernani Teixeira Torres Filho
Fábio Sotelino da Rocha
Gil Bernardo Borges Leal
Henrique Amarante da Costa Pinto
Julio César Maciel Ramundo
Luciana Giuliani de Oliveira Reis
Luiz Antônio Araújo Dantas
Margarida Maria Pedrosa Sá Freire de Souza
Maria Isabel Rezende Aboim
Mariane Sardenberg Sussekind
Ricardo Luiz de Souza Ramos
Roberto Zurli Machado
Thereza Cristina Nogueira de Aquino
Yolanda Maria Melo Ramalho

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Av. República do Chile, 100
20031-917 Rio de Janeiro – RJ
Tel. (21) 2172-7447 Fax (21) 2172-8961

Escritórios

Brasília
Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco J
13º andar 70076-900 Brasília – DF
Tel. (61) 3204-5600 Fax 961) 3322-3663

São Paulo
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510 - 5º andar - Vila Nova Conceição
04543-906 - São Paulo – SP
Tel. (11) 3512-5100 Fax (11) 3512-5199

Recife
Rua Antônio Lumack do Monte, 96 - 6º andar
Ed. Empresarial Center II - Boa Viagem
51020-350 - Recife - PE
Tel. (81) 2127-5800 Fax (81) 3465-7861

Montevideu
Avenida Luiz Alberto de Herrera 1248, Torre II – 3º piso
World Trade Center Montevideo
CP. 11300 – Montevideo – Uruguay
montevideo@bndes.gov.br

www.bndes.gov.br
faleconosco@bndes.gov.br

EDITADO PELO GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Departamentos de Divulgação e de Políticas de Comunicação

PROJETO GRÁFICO
Arcos Comunicação

PRODUÇÃO EDITORIAL
Editora SENAC Rio

IMPRESSÃO
Gráfica Santa Marta

FOTOS
Keydisc

FOTO USINA HIDROELÉTRICA TUCURUÍ
Acervo Eletronorte

www.bndes.gov.br



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

